

**FACULDADE VALE DO CRICARÉ
MESTRADO PROFISSIONAL EM CIÊNCIAS,
TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO**

EDNA MARIA DE OLIVEIRA HONÓRIO

**GESTÃO ESCOLAR DEMOCRÁTICA: DESAFIOS E POSSIBILIDADES
PARA O ATENDIMENTO A CRIANÇA COM DEFICIÊNCIA**

**SÃO MATEUS-ES
2021**

EDNA MARIA DE OLIVEIRA HONÓRIO

GESTÃO ESCOLAR DEMOCRÁTICA: DESAFIOS E POSSIBILIDADES
PARA O ATENDIMENTO A CRIANÇA COM DEFICIÊNCIA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto-Sensu* em Ciência, Tecnologia e Educação, Nível de Mestrado Profissional, com área de Concentração em “Educação”, como requisito de avaliação de disciplina de Metodologia da Faculdade Vale do Cricaré, em São Mateus – ES.

Linha de Pesquisa: Educação

Professora: Dr^a Désirée Gonçalves Raggi.

SÃO MATEUS-ES
2021

Autorizada a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na publicação

Mestrado Profissional em Ciência, Tecnologia e Educação

Faculdade Vale do Cricaré – São Mateus – ES

H774g

Honório, Edna Maria de Oliveira.

Gestão escolar democrática: desafios e possibilidades para o atendimento a criança com deficiência / Edna Maria de Oliveira Honório – São Mateus - ES, 2021.

150 f.: il.

Dissertação (Mestrado Profissional em Ciência, Tecnologia e Educação) – Faculdade Vale do Cricaré, São Mateus - ES, 2021.

Orientação: prof^a. Dr^a. Désirée Gonçalves Raggi.

1. Educação especial. 2. Inclusão. 3. Gestão escolar. 4. Barra de São Francisco - ES. I. Raggi, Désirée Gonçalves. II. Título.

CDD: 371.2

Sidnei Fabio da Glória Lopes, bibliotecário ES-000641/O, CRB 6ª Região – MG e ES

EDNA MARIA DE OLIVEIRA HONÓRIO

**GESTÃO ESCOLAR DEMOCRÁTICA: DESAFIOS E
POSSIBILIDADES PARA O ATENDIMENTO A CRIANÇA COM
DEFICIÊNCIA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência, Tecnologia e Educação da Faculdade Vale do Cricaré (FVC), como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Ciência, Tecnologia e Educação, na área de concentração Ciência, Tecnologia e Educação.

Aprovada em 02 de junho de 2021.


COMISSÃO EXAMINADORA



Profa. Dra. Désirée Gonçalves Raggi
Faculdade Vale do Cricaré (FVC)
Orientadora



Prof. Dr. Edmar Reis Thiengo
Faculdade Vale do Cricaré (FVC)



Profa. Dra. Isabel Matos Nunes
Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)

DEDICATÓRIA

Dedico a Deus a minha louvação gratidão.
A meu esposo pelo apoio nos momentos em que mais precisei, por sua paciência e companheirismo dedicados a mim.
Aos meus familiares por sempre incentivarem o meu estudo.
Aos meus filhos e neto minha inspiração e força por sempre serem meus parceiros

AGRADECIMENTOS

A Deus pela dádiva da vida e por me permitir realizar tantos sonhos. Agradeço por sua eterna compreensão e cuidado para comigo, pelo seu amor que aquece meu coração.

À minha orientadora, Professora Doutora Désirée Gonçalves Raggi, pela sua orientação, comprometimento para comigo e com meu trabalho.

Aos meus pais, Geraldo Miguel de Oliveira e Maria Candeia de Oliveira *in memória* que sempre incentivaram os sete filhos a estudarem considerando que eram semianalfabetos e não tiveram a oportunidade de estudar e sonharam com esse momento antes mesmo de eu nascer.

Ao meu esposo, amor e amante, Luiz Carlos Honório por todo amor, paciência e carinho dedicados a mim.

Aos meus filhos, João Victor Oliveira Serafini e Isabella Oliveira Serafini por serem a minha inspiração e força motriz para prosseguir nessa caminhada.

Aos meus netos Estevão Serafini D'Ávila Ferreira e ao meu neto que na data de hoje está com quatro meses de geração deixo meu legado para as minhas próximas gerações.

A minha amiga de turma, Caroline Fardin Araujo por me ajudar na correção de todo trabalho acadêmico.

Ao meu grupo de estudo durante esta grande jornada.

Aos alunos da rede municipal de ensino de Barra de São Francisco, minha missão de vida.

Por fim, a todos que direta e indiretamente me incentivaram para a realização da dissertação.

“O futuro do País está em nós, irmão!
Vamos nos unir, vamos dar as mãos
Todos pela escola, todos pela educação
Todos juntos para salvar a nossa Nação.
Em um só ritmo, em uma só melodia
Buscando a paz, espalhando alegria.”

Sergio Brown

RESUMO

HONÓRIO, Edna Maria de Oliveira. **GESTÃO ESCOLAR DEMOCRÁTICA: Desafios e Possibilidades para o Atendimento a Criança com Deficiência.** 2021. Dissertação (Mestrado) - Faculdade Vale do Cricaré, 2021.

A gestão escolar e educação especial inclusiva são questões bastante discutidas na atualidade, pois sinalizam a necessidade de propostas gestoras que ultrapassem a ideia da mera inserção dos alunos com deficiências no ambiente escolar, sem que se faça um acolhimento pautado na afetividade e na empatia. Este estudo investiga as percepções dos gestores de escolas da rede municipal de ensino do município de Barra de São Francisco-ES acerca da prática de gestão democrática humanizada. O estudo se sustenta teoricamente nas ideias Freire, Gadotti, para fundamentar a educação humanizada. Em Mantoan, Kuenzer; Calazans; e Garcia para compreensão da perspectiva de gestão democrática. Também é embalado normas legais definidas nos âmbitos nacionais e internacionais que legislam sobre a educação inclusiva. O objetivo central da pesquisa é analisar como a gestão pode promover ações para o exercício de uma prática inclusiva humanizada e democrática. A metodologia elencada é de abordagem qualitativa, cuja coleta de dados ocorreu por meio de entrevistas com gestores que atuam no município referido, visando construir uma proposta de soluções para os problemas que forem detectados. Como resultados foram descritos os desafios que transpassam a educação especial na escola campo da pesquisa e descreveu-se uma análise das possibilidades de promoção efetiva da educação especial, com base nos princípios de uma gestão de educação inclusiva e humanizada, bem como, a atribuições do gestor na promoção de condições que proporcionam um atendimento às crianças público alvo da educação especial e favorece as práticas educativas. Todo o estudo resultou na construção de produto educacional um Guia de Orientações para o Atendimento de Crianças com Deficiência que foi elaborado durante a pesquisa para que pudesse funcionar como um material de auxílio e contribuição para os docentes, gestores e cogerentes em seu fazer, numa perspectiva de gestão democrática e humanizada.

Palavras-chave: Educação Especial. Inclusão. Gestão Escolar.

ABSTRACT

HONÓRIO, Edna Maria de Oliveira. **DEMOCRATIC SCHOOL MANAGEMENT: Challenges and Possibilities for Assistance to Children with Disabilities.** 2021. Dissertation (Master's Degree) - Faculdade Vale do Cricaré, 2021.

School management and inclusive special education are issues that are widely discussed nowadays, as they signal the need for management proposals that go beyond the idea of the mere inclusion of students with disabilities in the school environment, without making a reception based on affection and empathy. This study investigates the perceptions of managers of schools in the municipal education network in the city of Barra de São Francisco-ES about the practice of humanized democratic management. The study was embodied in decrees, laws and regulations, as well as authors that outline the particularities of democratic management and humanized management. The reflections of these theoretical bases made it possible to realize that certain types of democratic and humanizing management behavior favor accessibility and tend to promote favorable situations for the learning of people with disabilities. The general objective of the research is to describe how management can motivate the school community to exercise an inclusive humanized and democratic practice. The methodology listed is a qualitative approach, whose data collection took place through interviews with managers who work in the municipality, in order to build a proposal for solutions to the problems that are detected. The results also described the challenges that go beyond special education in the field of research and an analysis of the possibilities of effective promotion of special education was described, based on the principles of an inclusive and humanized education management, as well as the attributions of the manager in promoting conditions that provide assistance to children who are the target audience of special education and favor educational practices. The entire study resulted in the construction of an educational product, a Guidance Guide for the Care of Children with Disabilities, which was developed during the research so that it could work as a support and contribution material for teachers, managers and co-managers in their work, in a perspective democratic and humanized management.

Keywords: Special Education. Inclusion. School management.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Percepções dos participantes sobre a Educação Especial Inclusiva.....	76
Tabela 2 – Opiniões dos participantes sobre a Lei nº 10.098/00.....	78
Tabela 3 – Manifestações sobre as práticas concretizadas na escola para ensinar pessoas com deficiência.....	80
Tabela 4 – Principais dificuldades e desafios apresentados pelos participantes.....	82
Tabela 5 – Opiniões dos participantes sobre o atendimento às exigências da Meta 4 do PNE (2014).....	83
Tabela 6 – Desafios para promover a inclusão de alunos com necessidades especiais.....	86
Tabela 7 – Ações para efetivar o acolhimento dos alunos com deficiência.....	87
Tabela 8 – Ações desenvolvidas pelos gestores para promover a participação dos alunos com NEE no processo.....	91
Tabela 9 – Manifestações dos participantes sobre as medidas que representam a gestão inclusiva democrática e humanizada.....	92

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AEE	Alunos da Educação Especial
APAE	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
CAEE	Centro de Atendimento Educacional Especializado
CORDE	Coordenadoria Nacional para a integração da Pessoa com Deficiência
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
ES	Espírito Santo
FERP	Fundação Rosemar Pimentel- RJ
FUNDEB	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LBDEN	Lei De Diretrizes E Bases Da Educação Nacional
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LIBRAS	Língua Brasileira de Sinais
MEC	Ministério da Educação
ODM	Objetivos do Milênio
PAEE	Professor de Apoio Educacional Especializado
PDE	Plano de Desenvolvimento da Escola
PDDE	Programa Dinheiro Direto na Escola que tem diretor
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar;
PNATE	Programa Nacional de Transporte Escolar
PNE	Plano Nacional de Educação
PNEE	Política Nacional da Educação Especial
PNE-EI	Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva
PPP	Projeto Político Pedagógico
SEMEC	Secretaria Municipal de Educação no Município de Barra de São Francisco/ES
TGD	Transtornos Globais do Desenvolvimento
UFES	Universidade Federal do Espírito Santo
UNIUBE	Universidade de Uberaba
UNESCO	Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
1.2 JUSTIFICATIVA	15
2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	19
3 FUNDAMENTOS TEÓRICOS	26
3.1 GESTÃO HUMANIZADA E democrática: integração da comunidade	26
3.2 O PAPEL DO GESTOR NA CONSTRUÇÃO DA ESCOLA DEMOCRÁTICA.....	37
3.3 EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA: reflexões a partir dos marcos legais	42
3.4 a GESTÃO DEMOCRÁTICA E EDUCAÇÃO ESPECIAL INCLUSIVA: Um entrelaçamento necessário	55
4 METODOLOGIA	60
4.1 O CAMPO DA PESQUISA	62
5 ANÁLISE DE DADOS E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	65
5.1 A GESTÃO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO MUNICÍPIO DE BARRA DE SÃO FRANCISCO-ES	65
5.1 GUIA DE ORIENTAÇÕES PARA O ATENDIMENTO DE CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA.....	95
CONSIDERAÇÕES FINAIS	97
REFERÊNCIAS	100
APÊNDICE A - TERMO DE AUTORIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃOCOPARTICIPANTE.....	107
APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	109
APÊNDICE C – TERMO DE AUTORIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO COPARTICIPANTE.....	111
APÊNDICE D - TERMO DE AUTORIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃOCOPARTICIPANTE.....	113
APÊNDICE E – TERMO DE AUTORIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO COPARTICIPANTE.....	115
APÊNDICE F – ROTEIRO DE ENTREVISTA	117
APÊNDICE G – GUIA DE ORIENTAÇÕES PARA O ATENDIMENTO DE CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA	119

1 INTRODUÇÃO

Ao se falar em gestão escolar e educação especial numa perspectiva inclusiva é possível observar que são questões que vêm sendo discutidas na atualidade, sinalizando a necessidade de propostas na gestão que ultrapassem a ideia de apenas inserir os alunos com deficiências no ambiente escolar, mas faça um acolhimento que prime pela afetividade e a empatia. Essas condutas favorecem a acessibilidade e tendem a promover situações favoráveis ao seu aprendizado. Confluindo com essa perspectiva, é nesse contexto que foi implementada a Resolução Nº 27 de 02 de junho de 2011, assinada pelo então ministro da Educação, Fernando Haddad, que apresenta o programa Escola Acessível com o objetivo de promover condições de acessibilidade ao ambiente físico, além de prover orientações sobre os recursos didáticos e pedagógicos e à comunicação e informação nas escolas públicas de ensino regular.

Ao se considerar o contexto da acessibilidade, é possível detectar que muitas vezes se investe em estrutura física, como mobiliário, rampas, suportes e outros materiais para facilitar a mobilidade dos alunos com deficiência. Embora tais medidas sejam importantes, não são suficientes para promover os avanços necessários à efetiva inclusão nas escolas públicas. Corriqueiramente são observadas, nas instituições escolares, situações diversas, como falta de formação adequada dos professores que, por desconhecimento, não se apropriam das metodologias apropriadas para o ensino dos discentes da educação especial e suas especificidades, fato que redundando em lacunas desse atendimento.

Por outro lado, muitos docentes possuem domínio do conhecimento teórico, buscam se atualizar em formações continuadas, mas nem sempre se tornam sensíveis às causas e às necessidades básicas dos alunos com deficiência. Essa falta de sensibilidade pode tornar seu trabalho ineficaz e toda a energia despendida será em vão.

Com base nisso, na prática laboral, tem-se percebido que uma gestão que estimule a participação e dê voz à comunidade escolar, priorize ações democráticas, que é sensível às necessidades dos educandos e suas famílias, possibilita a inclusão significativa. Quando o gestor apresenta uma postura gestora, alinhada ao caráter participativo, cria possibilidades de formar um ambiente em que os alunos

com deficiência, consigam perceber que fazem parte desse ambiente e se sintam participantes ativos no processo educacional.

Essa postura estimula uma melhor acolhida por parte de toda a comunidade escolar e facilita ao educando apreender os conhecimentos sistematizados em interação com os colegas. Trata-se, portanto, de um modo de gerir que propicia o avanço do desenvolvimento integral e que abrange aspectos cognitivos, emocionais e sociais na aprendizagem. É importante fazer com que esses sujeitos se sintam bem para avançar em suas potencialidades.

Diante disso, pode-se afirmar que a educação inclusiva, sobretudo na atualidade, tem sido um dos maiores desafios da sociedade, uma vez que necessita de uma preparação e conhecimento dos profissionais escolares que irão atender o público alvo da educação especial. Sendo assim, é necessário quebrar alguns paradigmas para que a inclusão dos alunos realmente ocorra. Ao considerar que a educação é um direito de todos, o ambiente escolar deve garantir a aprendizagem, propiciando momentos para que esse processo se dê nas interações entre os discentes, sem nenhum tipo de discriminação. Deste modo, a inclusão, de crianças público-alvo da educação especial, aborda uma atuação pedagógica que deve avançar no sentido de enfrentar as dificuldades encontradas pelos alunos, criando possibilidades de superação nas diferentes dimensões da formação humana.

Dessa forma, este estudo busca fortalecer a ideia de se lançar um olhar menos técnico e mais afetivo e acolhedor, por meio de uma gestão sob o viés humanizado e compreendendo que a gestão escolar pode ser motivadora para que essa prática se faça presente na escola regular.

A escolha do tema se deu em virtude de termos poucos estudos relacionados ao ensino de alunos com deficiência e como vem sendo realizada a inclusão nas escolas no âmbito municipal de Barra de São Francisco - ES. Algumas reflexões instigam e requerem métodos científicos para respondê-las, tais como: O que tem sido feito na prática pelo processo de inclusão? Quais são os agentes responsáveis pela inclusão? Existem condições favoráveis à aprendizagem e ao desenvolvimento das potencialidades e habilidades no ensino desses alunos? Partindo desses questionamentos, este estudo investigou a concepção dos gestores sobre a inclusão de pessoas público-alvo da educação especial na rede regular de ensino, com foco nos pressupostos de um modelo de gestão democrática e humanizada.

Um pouco da minha trajetória

Ingressei como docente no município de Barra de São Francisco-ES em abril de 1988, numa época em que não exigia curso superior para lecionar. Filha de pais semianalfabeto. Cursei graduação em pedagogia na Faculdade Fundação Rosemar Pimentel- RJ no período de 2001 a 2004, em busca de aperfeiçoamento, mesmo com todas as formas de repressão sempre fui além de manso ou atroz, sou também instável, dinâmica, de temperamento forte, irreverente, questionadora, inquieta por tantas respostas prontas e acabadas.

Com isso, foi na universidade que tive um tempo precioso, motivo de orgulho e um tempo de muito aprendizado, dada a excelência dos professores, que me possibilitou um leque de conhecimentos. Frequentar aquele mundo universitário, na verdade, fez uma transformação na minha visão de pequeno a grande mundo, dando sentido e significado para tudo que eu havia aprendido até aquele momento.

Concluí na Universidade de Uberaba-MG outra graduação em Letras português/Inglês, em seguida conclui três pós-graduações *Lato Sensu*, sendo duas na área de gestão escolar e a outra em educação especial e inclusiva.

Profissionalmente, atuei em todos os níveis de ensino da educação do município de Barra de São Francisco-ES, desde a educação infantil até o ensino médio, trabalhei na docência superior na Universidade de Uberaba (UNIUBE).

Particpei também, do Conselho Municipal de Educação do Município de Barra de São Francisco-ES representando os professores que davam suporte pedagógico aos docentes. Posteriormente, fui eleita vice-presidente do conselho e logo após, em outro pleito, fui eleita por unanimidade como presidente e tive a oportunidade de participar de vários fóruns de educação e cursos de capacitação para conselheiros pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES).

Vale ressaltar que atuei como membro do sindicato dos professores e representei o ensino municipal juntamente com os diretores sindicais. Nesse período, confesso que adquiri muitas inimizades nas atividades, sempre fui vista como “esperança” para uns pares, para outros, como “ameaça”. Atualmente, penso que era militante e anarquista da educação, pois a vejo como instrumento importantíssimo na formação dos sujeitos.

Em minha percepção, a escola, o ambiente que deveria ser um espaço de inclusão, tem sido um campo de batalha que classifica seu público pelas

características: riqueza, pobreza, deficiência, gênero, raça, credo, situações socioeconômicas, cognição, psicológica e ainda estimula a competitividade, sem levar em consideração que somos seres diferentes e multiculturais. Por vezes, a escola acaba se constituindo por uma população que não leva em consideração a aprendizagem prévia dos alunos, provocando reações negativas e desestímulos que podem promover a exclusão.

Atualmente trabalho em regime efetivo na sede da secretaria municipal de educação do município Barra de São Francisco- ES como professora de suporte ao docente e gestora da pasta de educação especial e inclusiva. Trata-se de um local onde ainda persistem relações de trabalho permeadas pelo clima de desconfiança generalizada. Observam-se atitudes que denotam preconceito e dificuldade de aceitação daqueles que expõem seus pensamentos e ideias próprias, que não se calam e não fogem da responsabilidade de trazer em sua raiz o senso de igualdade, equidade, fraternidade e que não lutam em defesa do direito à inclusão de todas as pessoas, sem distinção de nenhuma classe.

Diante dessa realidade, sonho com um mundo que percebe a valorização das diferenças como estratégia enriquecedora, pois as diferentes ideias somadas contribuem para trazer resultados de excelência para solução dos problemas educacionais em todos os sentidos: profissional, pessoal e humano. Sempre acreditei que o poder do conhecimento adquirido, conseguiria concretizar esse mundo.

Nesse sentido, o que me motiva a continuar lutando na busca do conhecimento, me impulsionou a cursar o mestrado e isso se deu por eu perceber, ao longo do processo de ensinar e aprender, que o sistema de educação escolar é um lugar central de afirmação da cidadania. Porém, para que isso ocorra, é importante que toda a equipe escolar esteja atualizada para acompanhar a velocidade com que o mundo contemporâneo avança.

Sendo assim, a aprendizagem deve ser permanente, com objetivos de trazer sempre o novo e garantir o acesso e a permanência do estudante até os níveis mais elevados de ensino, com o intuito de proporcionar uma transformação dos indivíduos e da sociedade, seja pela diminuição das desigualdades sociais, pelo respeito às diferenças de cada ser único no universo ou pelo direito a uma educação laica e de qualidade para todos.

Essas questões apresentadas permearam o percurso acadêmico e de trabalho, sobretudo durante os estágios realizados nas escolas de ensino fundamental em que se percebia a presença de alunos com diferentes comprometimentos cognitivos, sensoriais, físicos e mentais, como também com muito pouco ou com nenhum acompanhamento da equipe de educação inclusiva ou da equipe pedagógica da escola.

A inquietude diante das questões relativas à escolarização dos alunos-público da educação especial motivou a realização de um aprofundamento do conhecimento referente à organização da educação especial e inclusiva no município de Barra de São Francisco-ES, a partir de um estudo em uma escola que atende esses alunos.

1.2 JUSTIFICATIVA

A proposta de uma educação inclusiva se fundamenta nos direitos humanos e parte da filosofia que é preciso reconhecer a diversidade e aceitá-la, principalmente na escola, um espaço de ampla formação social e cidadã, tal qual onde se fomentam relações de afeto, aprendizagem e empatia, independentemente das diferenças individuais de cada ser que a compõem.

Nas bases ideológicas dos Direitos Humanos há uma determinação que define os princípios de igualdade e diversidade, características que só se sustentam em um modelo de sociedade democrática e justa, cujas bases devem nortear a educação especial, que prima pelo ensino de qualidade a todos, respeita as diferenças individuais e realiza o atendimento de acordo com as necessidades educativas de cada sujeito. Isso implica em adaptações que respeitem as diferenças, para que a inclusão aconteça em sua plenitude. Portanto, devem contemplar tanto a estrutura física, quanto a estrutura pedagógica, passando pelo modelo de gestão.

Dessa forma, a escolha pelo presente estudo nasceu de minha vivência cotidiana no papel de profissional da educação, lotada no órgão central administrativo, onde exerço também a função de gestora educacional. Essas circunstâncias me suscitaram reflexões sobre as políticas públicas, como também, no funcionamento das unidades escolares, onde tenho oportunidade de acompanhar a postura de alguns dos meus pares na função de gestor escolar, no âmbito das unidades educacionais. Ao longo desse percurso, pude notar que alguns gestores

apresentam certa dificuldade de compreender o espaço educacional como espaço de atuação democrática e que ainda não reconhecem os alunos público alvo da educação especial como sujeitos que têm o legítimo direito de participar do processo educativo.

Quando o gestor não compreende a educação como direito de todos, automaticamente enxerga a criança/aluno com deficiência como um fator que dificulta o processo de ensino na sala de aula. Ao promover a inclusão no seu estrito sentido, o gestor assume a postura democrática e perpassa por todos os âmbitos funcionais da unidade, desde a área administrativa, até o campo da docência propriamente dita, que requer pedagogias apropriadas.

Uma questão importante se refere às diretrizes das políticas voltadas às dotações orçamentárias, os recursos da Educação Especial são concorrentes às demais verbas do município para investimentos na Educação, perpassando-se assim todas as modalidades de ensino.

O município de Barra de São Francisco conta com recursos oriundos das políticas públicas destinadas ao desenvolvimento da educação, dentre os principais elencamos: a) Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB); Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE); b) Salário Educação- Recurso usado para financiamento de programas, projetos e ações voltadas para Educação Básica Pública; c) Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE); d) – Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que contempla verbas alimentares; e) - Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), que presta assistência financeira para as escolas, em caráter suplementar, a fim de contribuir para manutenção e melhoria da infraestrutura física e pedagógica e visa também, fortalecer a participação social e a autogestão escolar.

Enfatiza-se que, se esses recursos forem bem aplicados em sua totalidade facilitam o desenvolvimento de estratégias para que de fato os estudantes possam receber uma educação de qualidade. Dessa forma, é possível que se tenha eficácia em seu desenvolvimento global para a formação da autonomia na construção do próprio conhecimento. Com isso, as competências e habilidades estudadas terão aplicabilidade em sua vida nos diversos contextos sociais de sua inserção.

Com base nisso, organizar as escolas, de forma que possam contribuir com o aprendizado de todos os alunos, incluindo os que possuem alguma necessidade diferenciada de aprendizado, torna-se um desafio. É de fundamental importância

que os gestores sejam preparados e se tornem capazes de efetivar a inclusão de pessoas com deficiência. Por isso, há que se considerar a importância das funções do gestor escolar nesse processo.

Todavia, é importante ressaltar as inúmeras dificuldades em relação ao trabalho com o público de Educação Especial, principalmente porque faltam aos professores, na maioria das vezes, habilidades e saberes para efetivar ações na prática escolar, especificamente para essas pessoas. O desafio que se coloca é promover o ensino aprendizagem em turmas compostas por alunos com deficiência e alunos sem deficiência, bem como, ampliar a visão dos gestores sobre a educação inclusiva. Para que isso ocorra, as interações e socializações devem acontecer em conjunto e não em diferentes tempos.

Também se deve reconhecer que o papel dos gestores escolares é imprescindível para que a inclusão aconteça de forma adequada, de modo a proporcionar melhor acolhida, dentre outras ações adequadas para promoção da inclusão das pessoas público-alvo da educação especial. Com base nas concepções apresentadas, discute-se, neste trabalho, o papel do gestor na educação especial a favor da educação inclusiva, tomando como ponto de partida, o histórico da educação especial e as políticas públicas estabelecidas em níveis nacional, estadual e municipal que visam apresentar medidas sobre o atual contexto da educação especial.

Esses pontos suscitam o delineamento do seguinte Problema de Estudo: como a gestão democrática pode motivar a comunidade escolar para o exercício de uma prática inclusiva?

Mediante a isso, o Objetivo Geral desta pesquisa é analisar como a gestão democrática pode motivar a comunidade escolar para o exercício de uma prática inclusiva.

De acordo com Rodrigues (2003), entende-se que a gestão escolar humanizada requer alguns atributos e ações caracterizados por determinados fatores ou modos de operar no exercício de sua função. Dentre os quais, elenca-se: a) visão democrática do processo educativo que atinja todos os atores da comunidade, a fim de que os alunos público-alvo da educação especial tenham senso de pertencimento e possam se sentir protagonistas no processo educacional; b) Planejamento coletivo e adequado ao aluno; c) práticas docentes que busquem a criação de caminhos alternativos de aprendizagem; d) promoção da inventividade.

Diante de tal exposto, os objetivos específicos desta pesquisa são:

- Investigar os desafios que transpassam a educação especial nas escolas regulares municipais de Barra de São Francisco-ES.
- Analisar as possibilidades de promoção efetiva da educação especial, com base nos princípios de uma gestão de educação inclusiva democrática e humanizada;
- Elaborar um Guia de Orientações para os gestores, como produto educativo para à promoção de condições que proporcionam um atendimento às crianças público-alvo da educação especial, focada na gestão democrática e humanizada.

A dissertação está estruturada em cinco capítulos. O capítulo 1 apresenta a introdução deste trabalho, bem como, um breve contexto sobre a trajetória educacional e profissional da pesquisadora. Também disserta sobre a justificativa e apresenta os objetivos do estudo. O capítulo 2 apresenta uma revisão bibliográfica com uma breve discussão sobre alguns estudos que possuem ligação com o tema da pesquisa.

O capítulo 3 descreve o referencial teórico que fundamenta o tema da gestão humanizada e democrática como via de promover a integração da comunidade e tornar o processo democrático. Em seguida discute a importância do papel do gestor na construção da escola democrática, abordando o assunto a partir dos marcos legais. Também descreve como se materializa a gestão da educação especial no município de Barra de São Francisco-ES. Por fim, esclarece o entrelaçamento necessário entre gestão democrática e a educação especial inclusiva para viabilizar a inclusão dos alunos com deficiência, no âmbito escolar.

O capítulo 4 apresenta metodologia da pesquisa, que se caracterizou como um estudo exploratório com abordagem qualitativa, e o caminho metodológico desenvolvido para coleta de dados. Por fim, o capítulo 5 analisa e discute os resultados e apresenta sucintamente o Produto Educativo: um Guia de Orientações. O capítulo 6 traça as Considerações Finais baseadas nas percepções apreendidas pela autora durante o percurso da pesquisa. O produto Educativo é descrito em um caderno separado para posterior publicação em formato de e-book.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Ao se desenvolver uma pesquisa sobre a gestão participativa e humanizadora para a educação especial inclusiva, o estudo se embasou em pesquisas desenvolvidas por outros autores com o tema correlacionado, bem como, em análises para nortear e desenvolver com qualidade o atendimento aos alunos público alvo da educação especial sob a ótica de gestores, cogestores, professores, alunos e família e/ou responsáveis.

Desta forma, os estudos aqui explanados, tratam de autores que desenvolveram suas pesquisas acadêmicas com foco na educação especial em uma perspectiva inclusiva destacando os desafios e possibilidades, as melhorias que podem ocorrer ou o que pode ser minimizado. Assim, os materiais foram pesquisados, a cargo de semelhança com a objetividade e o tema desta pesquisa, nos sites das próprias universidades e faculdades supracitadas com as palavras chaves: gestão; gestão democrática; gestão humanizada; gestão inclusiva, em no início do ano de 2021. As pesquisas foram selecionadas com a avaliação da semelhança e particularidades do tema com as objetividades da pesquisa.

Quadro 1- Teses e Dissertações relacionadas ao tema deste trabalho

Títulos Selecionados	Autor/Ano	Instituição Executora
Educação de Qualidade e Gestão Escolar: Desafios e perspectivas de atuação do gestor no município de Aparecida de Goiânia	Roseany Diniz Barbosa Nascimento (2013)	Universidade Estadual de Goiás – UEG, Anápolis – GO.
EXPERIÊNCIA, Escuta e Diálogo: Uma Descrição Compreensiva-Hermenêutica na Constituição do Ser-Gestor-Escolar	Alexsandra dos Santos Oliveira. (19/02/2016)	Universidade Federal do Espírito Santo.
A comunicação Aumentativa e Alternativa para a Aprendizagem: ESTUDO DE CASO SOBRE UM ALUNO COM SURDOCEGUEIRA CONGÊNITA	Elzinete Maria Carvalho Machado(2020)	Faculdade Vale do Cricaré
Gestão pública da educação especial e formalismo nas políticas públicas inclusivas – o caso do Brasil	Bruno Luiz Américo* Fagner Carniel** Adriana Roseli Wünsch Takahashi*** (2014)	Ensaio: aval. pol. públicos Educ., Rio de Janeiro, v.22, n. 83, pág. 379-410, abr./jun. 2014 https://www.readcube.com/articles/10.1590%2Fs0104-40362014000200006
Política da Educação Especial na	Carlos José de Melo	Universidade Estadual de

Perspectiva da Educação Inclusiva: uma análise de três programas Federais, para a Educação Especial, desenvolvidas pela secretaria Municipal do Município de São Luís Maranhão, no período de 2009 a 2012	Moreira	Campinas
---	---------	----------

Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Ao se considerar a educação especial inclusiva, tem-se a expectativa de torná-la uma realidade possível. Para tanto, não se pode abrir mão do exercício da gestão democrática, cuja perspectiva destaca informações, estudos e conhecimentos que possuem mais valia e possam ser adaptados à prática pedagógica pautada em um olhar mais humanizado.

A educação especial se constitui numa modalidade de ensino que visa garantir o direito à educação dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação.

Nessa perspectiva, tomamos as ideias de Boaventura de Souza Santos (1987) que defende a universalização da educação, revelando que

todos têm o direito de ser iguais quando a diferença nos inferioriza e tem o direito de ser diferente quando a igualdade nos descaracteriza. Daí a necessidade de uma igualdade que reconheça as diferenças e de uma diferença que não produza, alimente ou reproduza, alimente ou reproduza as desigualdades (SANTOS, 1987, p. 53).

De acordo com o explicitado, pode-se afirmar que a educação especial se constitui por políticas públicas que visam à garantia da matrícula, permanência e aprendizagem e a educação de qualidade para todos os alunos, independente de suas condições físicas, intelectuais e linguísticas. Para tal, busca-se também a valorização e o respeito às diferenças, atendendo às reais necessidades, e desenvolvendo o potencial desses alunos, como forma de garantir seu direito à educação. Por isso, providenciar os recursos e auxílios para desenvolver a autonomia da aplicabilidade dos conhecimentos para o trabalho e para a sociedade em que os alunos estão inseridos é de extrema importância da instituição escolar.

Nesse contexto, a educação especial, como modalidade de ensino, direciona suas ações para o atendimento educacional especializado, que pode ser caracterizado por um conjunto de atividades e recursos. Ao longo do período, podem ser encontrados caminhos alternativos de aprendizagens, de acessibilidade e

aspectos pedagógicos organizados institucionalmente de forma a complementar ou suplementar à formação dos alunos matriculados no ensino regular.

Por conseguinte, a educação especial foi fundada no princípio da diversidade conforme garante a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação com base legal na Constituição Federal (1988) - Art. 206, I e 208, III; na Lei Diretrizes e Bases (1996); na Diretrizes Nacionais da Educação Especial, na Educação Básica (2001); na Portaria SEDU 074/2000; na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008); nas Diretrizes da Educação Especial na Educação Básica e Profissional para a Rede Estadual de Ensino do Espírito Santo (2010); na Lei Nº 13.005/2014 que institui o Plano Nacional de Educação – PNE- no Inciso III, Parágrafo primeiro, do Artigo 8º, determina que os Estados, o Distrito Federal e os Municípios garantam as necessidades específicas na Educação Especial; e na Lei Nº 10.382/2015 (PEE). Resolução CEE Nº 3.777/2014. Lei Nº 13.146/ 2015 – Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

Em completude a isso, Roseany Diniz Barbosa do Nascimento (2013) em seu trabalho de mestrado sob o título “Educação de qualidade e gestão escolar: desafios e perspectivas de atuação do gestor no município de Aparecida de Goiânia” tem por intuito analisar a educação e a gestão escolar por uma perspectiva de qualidade. Ao longo do estudo são destacados os desafios e as perspectivas de atuação consciente do gestor dentro da escola e a necessidade de promover uma educação de qualidade para todos. Por isso, é instituído que as possibilidades do perfil do gestor em estimular e sensibilizar toda escola de forma democrática e participativa faz parte do processo em que se devem enfrentar os desafios e ações necessárias para que se cumpra o que está firmado na Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional de 1996. Sobre tal, a lei assegura o direito e a qualidade da educação para todos, uma vez que, de acordo com Gadotti (2007) as crianças aprendam na escola.

Para tal, a pesquisadora Oliveira (2016), em sua tese de doutorado, versa sobre o gestor escolar que vem arraigado por concepções históricas, culturais e econômicas, bem como estabelece um estudo do ser gestor, suas teorias e práticas em uma ocupação e função. Posteriormente, é realizado um estudo sobre as políticas educacionais que devem ser pautados na participação, diálogo e escuta sensível por parte dos gestores e docentes. Vale ressaltar que se deve levar em

consideração o princípio da impessoalidade e singularidade de cada ser, bem como em sua liberdade de expressão, respeito e cuidado que visam garantir capacidade em reproduzir avanços significativos que por vezes aparece de forma conflituosa no cotidiano escolar.

Em consonância a isso, a pesquisa apresenta que desconsiderar o processo de descentralização da educação e as regras legais prescritas nas leis, decretos e normas que regulamentam o modelo de gestão pública e no setor terciário é constituído por organizações não governamentais, instituições filantrópicas, dentre outras associações parecidas. E complementa, afirmando que o Estado tem por intuito justificar recursos, minorando seu papel, no que declara as políticas sociais nas esferas de descentralização e centralização, tipificando assim, a transferência de responsabilidades nas políticas educacionais.

Pode-se perceber, ao longo da leitura da dissertação e das vivências da pesquisadora, que as situações nas escolas apresentam certas similitudes, principalmente no que tange a educação especial inclusiva, pois retrata as vivências e experiências da educação inclusiva no cotidiano escolar, bem como, seus desafios. Por essa razão, o estudo destaca que a importância de considerar a inclusão como um meio que combate a exclusão, como também, a possibilidade de enxergar o aluno que não consegue acompanhar a turma e passa por situações de bullying em relação à cor ao gênero, a raça, a situação sócio-histórica, financeira e ao credo.

Em vista disso, no estudo acima é destacada a importância de observar os alunos e suas peculiaridades além da deficiência, uma vez que, ao se ter um olhar mais sensível é possível desenvolver um trabalho que facilite os processos que serão percorridos visando o avanço dos discentes no processo de ensino aprendizagem. A proposta de um ensino consistente tende garantir o acesso ao currículo e a permanência dos alunos dentro e fora da sala de aula. Por conseguinte, a escola deve propiciar o atendimento ao aluno de forma igualitária e criar espaços que incluam esses grupos de forma ampla para assim dispor formas para que o discente aprenda e se desenvolva em todos os sentidos: cognição, psicológico e emocional.

Sobretudo também, é importante destacar que o gestor escolar deve buscar o diálogo, a escuta atenta e o comprometimento, não com o sistema educacional vigente, que muitas vezes é falho, mas, sobretudo com a formação dos professores,

com a aprendizagem dos alunos, buscando se desvincular das questões burocráticas e se aproximar das exigências legais que regem a educação na modalidade especial inclusiva.

Em seu trabalho de mestrado intitulado “A comunicação Aumentativa e Alternativa para a Aprendizagem: Estudo de caso sobre um aluno com surdocegueira congênita”, Machado (2020) verificou que as estratégias pedagógicas contribuem para o ensino e aprendizagem do aluno com deficiência, quando bem estimulados por um profissional especializado e responsável com a entrega de seu trabalho.

Assim sendo, um dos meios de intervenção que se faz necessário é conhecer seu aluno, sua história de vida, sua cultura, situação sócio-histórica, fazer uma escuta sensível e praticar uma educação humanizada. Para isso, devem-se utilizar materiais didáticos pedagógicos, adaptados as necessidades do aluno público-alvo da educação especial inclusiva, tal como, envolver as micropolíticas existentes nas escolas classificados como: professores, família e o aluno.

Diante dessas ações conseguirá desenvolver com êxito as habilidades e competências dentro das possibilidades supracitadas, garantindo assim, o direito do aluno em aprender, criando condições de igualdade e encontrando caminhos alternativos de aprendizagem, para formar alunos autônomos.

Destarte, o estudo de Américo, Carniel e Takahashi (2014), salienta sobre a necessidade e a importância de avançar o atendimento da educação inclusiva na contemporaneidade, porém para que isto aconteça é necessário analisar e compreender o formalismo que se desenvolve na prática do cotidiano escolar com ações inclusivas, seja nos modos de pensar, ser ou agir.

Sobre tal, para que a inclusão aconteça é importante que o atendimento seja de qualidade e respeite as particularidades dos alunos (MANTOAN, 2003), bem como, considere as vivências sociais, culturais, de forma que as divergências políticas nacionais, estaduais, municipais e a internas (dentro da própria escola) dialoguem entre si e alcancem como resultado a aprendizagem dos alunos.

Diante disso, conclui-se que as práticas das políticas têm o conhecimento da educação especial inclusiva na pluralidade e vivências. Melo (2016) em sua tese de doutorado esclarece que a política de educação inclusiva implantada em consonância com os programas e ações federais no ano de 2008 sanciona a Política

Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNE-EI) Nacional de Educação Especial.

Diante disso, destaca-se que através da implementação de programas federais para a Educação Inclusiva: Direito a Diversidade -SEESP/MEC, no ano de 2003 pode-se destacar a Implantação de Salas de Recursos constituídas por microcomputadores, monitores, fones de ouvido, microfones, scanner, impressora laser, teclado, colmeia, mouse, acionador de pressão, laptop, materiais e jogos pedagógicos acessíveis, software para comunicação alternativa, lupas manuais e lupa eletrônica, plano inclinado, mesas cadeiras, armário e quadro melanímico para sala de tipo I e impressora Braille, máquina de datilografia Braille, reglete de mesa, soroban, guia de assinatura, globo terrestre acessível, kit de desenho geométrico acessível, calculadora sonora, software para produção de desenhos gráficos e táteis para sala do tipo II, SEESP\ Ministério da Educação (MEC), 2007, celebrados em parceria entre o Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, (MEC\SEESP) e a Superintendência da Área da Educação Especial (SEMED SLs) no período de 2009 a 2012.

A tese de Melo (2016) explicita que a gestão cria estratégias para que o atendimento e a educação de qualidade dos alunos sejam garantidos. Para tal, o estudo destaca que foi realizado capacitações com os gestores e professores, bem como, foram realizadas instalações nas salas de recursos multifuncionais e equipadas com materiais de acessibilidade, rico em materiais didáticos, adaptações arquitetônicas.

Essas ações garantem a acessibilidade, matrícula e permanências dos estudantes público-alvo da educação especial inclusiva pelos Professores de Atendimento Educacional Especializado (PAEE), em uma perspectiva inclusiva, em que estão legalizadas nas leis, decretos e normas na modalidade de ensino. Em torno disso, todas as etapas e níveis da educação do desenvolvimento no ensino regular perpassam por igualdade de condições com os demais alunos e ainda cria situações que envolvam a participação dos pais e/ou responsáveis e a participação da comunidade em que escola está inserida.

À vista disso, as anomalias apresentadas estão na forma de sua implantação na micropolítica das secretarias estaduais e municipais de educação que perpassam para as escolas, salas de aula, salas de recursos multifuncionais.

As principais situações dificultam a efetividade do sistema de ensino inclusivo esperado é o sistema político, pois a responsabilidade administrativa da educação de alunos com deficiência nem sempre é de competência do Ministério da Educação, mas também do corpo legislativo, políticas, metas, planos, financiamentos incipientes, recursos inadequados; como também da escola, currículo e abordagens pedagógicas inadequadas; soma-se a isso, formação e suporte ao professor inadequado, barreiras físicas, institucionalização da discriminação, estigmatização e negligência, barreiras físicas, institucionalização da discriminação, negligência, barreiras atitudinais; e por fim, violência, abuso físico e verbal.

O caminho da exclusão e o direito de inclusão das pessoas com deficiência estão relacionados com as características econômicas, sociais, políticas e culturais concretas de cada época, as quais são determinantes para o modo como se pensa nas diferenças e nos direitos humanos em caráter universal.

As leituras e análises dos estudos supracitados permite compreender que a escola é um espaço importantíssimo na sociabilização e integração do aluno na sociedade e que a gestão democrática e humanizada se acentua como um aspecto relevante na inclusão do aluno público-alvo da educação especial.

3 FUNDAMENTOS TEÓRICOS

Este capítulo disserta sobre a gestão humanizada e democrática como via de promover a integração da comunidade e tornar o processo democrático. Em seguida discute a importância do papel do gestor na construção da escola democrática, abordando o tema a partir dos marcos legais. Também descreve como se materializa a gestão da educação especial no município de Barra de São Francisco-ES. Por fim, esclarece o entrelaçamento necessário entre gestão democrática e a educação especial inclusiva para viabilizar e garantir a matrícula, permanência e aprendizagem dos alunos com deficiência, no âmbito escolar.

3.1 GESTÃO HUMANIZADA E DEMOCRÁTICA: integração da comunidade

Uma das prerrogativas da gestão humanizada se refere ao seu caráter democrático, o qual requer a maior participação possível dos envolvidos nos processos escolares. Nesse sentido, faz-se relevante tecer considerações sobre a participação da comunidade escolar. Sendo assim, este subtítulo apresenta um breve estudo a cerca dos princípios que norteiam a gestão escolar quando esta se caracteriza como democrática, bem como, uma análise sobre sua integração com a comunidade considerando alguns aspectos escolares e extraescolares. Possui uma abordagem crítico-reflexivo que visa incentivar e proporcionar suporte às discussões sobre o tema explicitado. Para tanto, a gestão escolar não deve ser vista somente como um conjunto de práticas burocráticas a serem exercidas pela escola, mas sim, precisa estimular e propor meios de promoção do fazer democrático e humano, que, em última instância, irá proporcionar o desenvolvimento da cidadania dos sujeitos.

Destaca-se por gestão democrática toda a equipe escolar como os funcionários, pais, alunos, representantes da comunidade que tenha o objetivo em contribuir para a melhoria do processo pedagógico (LÜCK, 2006). Por isso, é importante ressaltar que a gestão democrática na educação é uma objetividade de todos. Assim, deve proporcionar a participação do governo, da família da sociedade e de toda comunidade escolar como prática vigente para que tenha um efeito positivo e significativo na educação.

Uma visão democrática de gestão estimula os participantes das instituições de ensino a expressarem suas lideranças, habilidades e objetividades. Para tal,

Gadotti (2007) afirma que a gestão tem extrema relevância para o funcionamento da instituição de ensino, bem como para organizar e promover a formação do sujeito privando pelo sucesso no processo de ensino aprendizagem.

Dessa forma, destacar a importância do trabalho em equipe na gestão democrática é uma das prerrogativas que fazem a diferença e promove a divisão de responsabilidades, participação de todos e o desenvolvimento do trabalho compartilhado. Assim, será possível chegar a uma solução e/ou ação que seja positiva, necessária e que se adeque as particularidades da educação inclusiva.

Tratar de gestão humanizada implica em trazer para o seio da escola uma práxis voltada para as questões de justiça social, aparada na empatia com os sujeitos com deficiência. Tais aspectos tendem a transformar a escola num ambiente mais humanizado. Diante disso, Lopes (2014) afirma que a educação pode agir com aspetos humanizados, pois faz com que os sujeitos se preocupem uns com os outros no sentido de promover um ambiente pacífico, harmônico e saudável, onde os alunos se sintam acolhidos. Nesse sentido, Freire (2010) afirma que “não há educação fora das sociedades humanas e não há homem no vazio” (FREIRE, 2010, p.13). Com base nisso, pode-se dizer que uma gestão pautada em aspectos humanizados é aquela que se preocupa com estratégias e ações que levem a escola, em todos os níveis, desde docentes até funcionárias administrativos e da limpeza, a se envolver com a aprendizagem dos educandos. Portanto, todos devem se sentir parte desse processo.

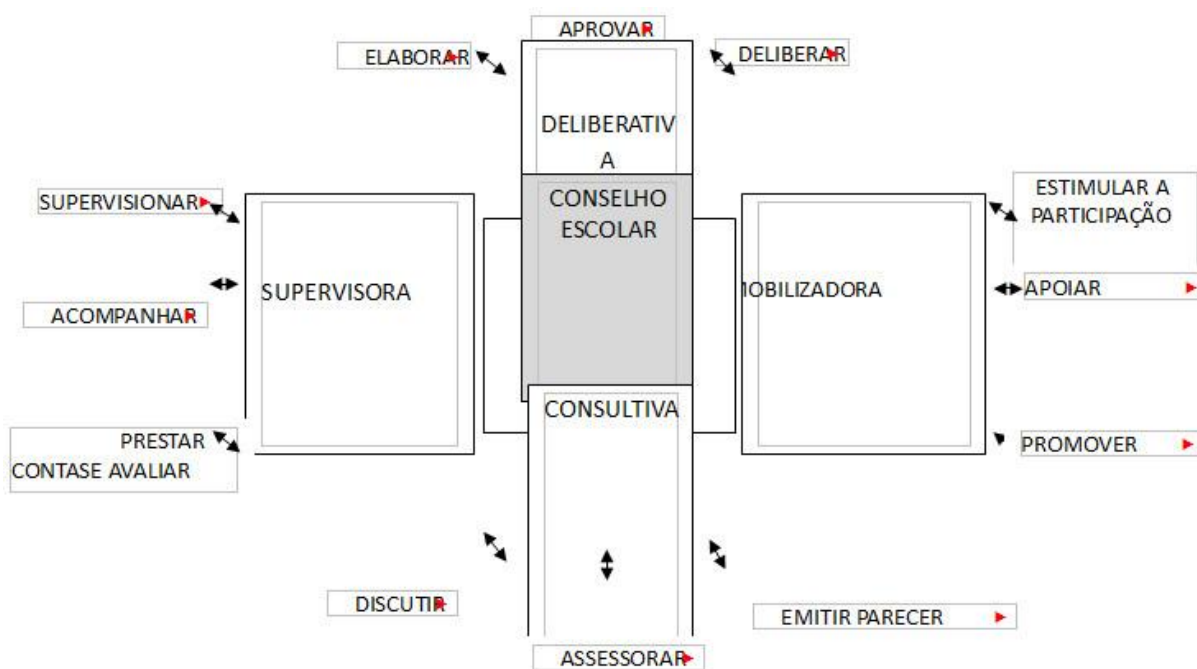
Para viabilizar essa ideologia educativa, a base da gestão humanizada deve ser pautada no diálogo e observar as relações com o outro, pois “[...] somente na comunicação tem sentido a vida humana.” (FREIRE, 2015, p. 89), o contato com os diversos sujeitos pode contribuir para o próprio autoreconhecimento, e conseqüentemente, para o conhecimento do outro.

Nesse contexto, a escola não pode e não deve fechar-se em seus muros, deixando de considerar toda a realidade que a norteia e a influência constante que essa interação exerce no processo de ensino aprendizagem. A sociedade vem se transformando em ritmo cada vez mais acelerado, logo as instituições de educação não podem manter-se distantes do meio social, pois este exige uma proximidade pertinente se o êxito da educação for o objetivo a ser alcançado.

Com base nisso, atualmente não há como a escola subsistir sozinha nas suas atribuições, pois os fatores externos circunscritos a ela devem ser

considerados. Portanto, nota-se que é imprescindível que a comunidade local esteja em sintonia com o ambiente escolar para assim, garantir a melhoria educacional e promover mais facilmente uma gestão democrática e, por conseguinte, com um viés mais humanizado. Com essa perspectiva, nascem os Conselhos Escolares em todas as instituições de ensino, cuja divisão de atribuições encontram-se explanadas na Figura 1.

Figura 1 - Funções do Conselho escolar



Fonte: VEIGA, 2008, p. 125.

Assim sendo, a realidade social de hoje exige a necessidade de que a escola desempenhe um caráter participativo, ou seja, que seja aberta a todos independentemente se estão inseridos ou não no quadro de funcionários da escola. Para tal, precisa-se de uma escola, tendo em vista todos os fatores que influem diretamente na educação e que possa desempenhar em primeiro lugar a construção da cidadania e não somente as exigências pedagógicas e administrativas. Dessa forma, percebe-se que a escola pode se caracterizar como democrática ou não democrática, a depender das escolhas metodológicas feitas pela gestão e pelas práticas pedagógicas, e da qualidade do relacionamento que mantém com a família e com a comunidade. Nesse sentido, Gadotti (2007), contribui esclarecendo que

É preciso entender o que é democratização para que se possa efetivá-la. A participação possibilita à população um aprofundamento do seu grau de

organização. [...] ela contribui para a democratização das relações de poder no seu interior e, conseqüente, para a melhoria da qualidade do ensino. [...] Todos os segmentos da comunidade podem compreender melhor o funcionamento da escola, conhecer com mais profundidade todos os que nela estudam e trabalham, intensificar seu envolvimento com ela e, assim, acompanhar melhor a educação ali oferecida (GADOTTI, 2007. p. 16).

Por essa razão, percebe-se que a escola democrática possui como uma de suas principais características a construção da democracia “a escola necessária é uma escola democrática e que prepara os indivíduos para a democracia” (RODRIGUES, 2003, p. 60) e pode estar ligada a um perfil de gestão humanizadora. De acordo com tais pressupostos, Mizukami (1986) afirma que,

Essa abordagem dá ênfase a relações interpessoais, e ao crescimento que delas resulta, centrado no desenvolvimento da personalidade do indivíduo, em seus processos de construção e organização pessoal da realidade, e em sua capacidade de atuar, como uma pessoa integrada. Dá-se igualmente a ênfase à vida psicológica e emocional do indivíduo e à preocupação com a sua orientação interna, com o autoconceito, com o desenvolvimento de uma visão autêntica de si mesmo, orientada para a realidade individual e grupal. (MIZUKAMI, 1986. p. 37-38).

Além dessa construção, estimula-se também o exercício do caráter democrático, que se dá em atitudes, tais como, tomadas de decisões em conjunto, participação na construção do projeto político-pedagógico (PPP), atuação no conselho escolar e melhoramento do espaço escolar, tanto físico, como institucional.

Diante disso, é possível destacar a escola democrática da seguinte maneira: “como lugar de pessoas e de relações, é também um lugar de representações sociais; como instituição social ela tem contribuído tanto para a manutenção como para a transformação social. Em uma visão transformadora ela tem papel essencialmente crítico e criativo” (GADOTTI, 2007. p. 11).

Por outro lado, é importante destacar que a gestão humanizada perpassa por características de gestão democrática, uma vez que o intuito desta é desenvolver, aplicar e possibilitar que a instituição escolar se desenvolva com transparência respeitando a participação dos sujeitos envolvidos. Nessa perspectiva, a gestão humanizadora cria situações para que sejam desenvolvidas práticas pedagógicas de forma organizada, que respeita limites e auxilia no bom desempenho do professor. Tangenciando essa perspectiva, Spagolla (s.d) afirma que,

A educação para a humanização significa pensar e agir fundamentando-se em princípios éticos responsáveis, determinações políticas interventiva,

criatividade estética sensibilizatória. Nesta direção, a humanização da educação e da escola é, ao mesmo tempo, processo e produto, nascida e conquistada num projeto de mutua determinação e radicais lutas de educadores transformadores. (SPAGOLLA, [s.d]. p.2).

Com base nessas ideias, pode-se afirmar que a escola democrática e humanizada busca manter os aspectos do estado social que promovam o bem-estar da sociedade e a cidadania, afinal a educação deve buscar um bom desenvolvimento do âmbito social como um todo e não somente, tornar a escola uma mera transmissora de conteúdos e regras morais.

Logo, torna-se importante considerar que a essa gestão é, pois, “aquela que permite a manifestação de várias contradições que perpassam a escola e que, na sua forma de organização, permite o aprendizado a respeito da natureza dos conflitos e das contradições existentes na sociedade de hoje” (RODRIGUES, 2003, p. 60)

À vista disso, nota-se que a escola democrática e humanizada precisa desempenhar diversas funções, tendo em vista a formação crítico-reflexiva de seus alunos acerca dos mais diversos temas que permeiam o meio em que estão inseridos. Deve também estimular o respeito mútuo às diferenças, buscando possíveis soluções para os conflitos que surgem na comunidade e na escola por meio das práticas educacionais que a instituição escolar promove imbuída pela prática da democracia.

Em contraponto, existem em atuação ambientes educacionais em que a participação, a autonomia e a colaboração não se tornam prioritárias e não acontecem rotineiramente. Assim, os gestores podem e precisam permitir-se a autorreflexão para compreender se exercem práticas antidemocráticas, que caminham no sentido oposto.

De acordo com Freire (1991) a comunidade escolar, em consonância com os princípios da gestão democrática, deve, [...] estar presente na história e não simplesmente estar nela representadas”, ou seja, a gestão deve envolver “[...] a participação política das classes populares através de suas representações no nível das opções, das decisões e não só do fazer o já programado. (FREIRE, 1991, p.75).

A construção coletiva dos currículos e do Projeto Político Pedagógico deve fazer parte da gestão democrática e humanizada. Todavia, as escolas que se caracterizam como antidemocráticas estão sujeitas a se deixarem permeiar pela cultura burocrática que existe nos sistemas institucionais brasileiros. Dessa forma, a

realidade local, as necessidades emergentes da comunidade, as opiniões e anseios dos demais interessados na educação ficam de lado, pois a burocracia do sistema, geralmente não contempla estes fatores. Nesse sentido, a escola corre o risco de ser uma instituição que cumpre apenas exigências legais e burocráticas, não se tornando sensível aos problemas e outros aspectos que a norteiam e interferem significativamente no processo de acolhimento, e de ensino aprendizagem dos diferentes grupos de alunos que a compõem.

Quando a direção da escola age de forma autoritária, todas as ações escolares estão sujeitas à vontade da administração, portanto, não há uma participação mais ampla e como consequência, a escola passa a tornar-se reprodutora da vontade da gestão, não dando tanta importância às opiniões e possíveis contribuições dos demais agentes que possam colaborar com o melhor desenvolvimento dos educandos. Tal situação favorece o risco de haver um ambiente de trabalho desagradável que desembocará em consequências negativas tanto em sala de aula como fora dela.

De sua experiência e teorias educação popular, Freire (1991) traz reflexões importantes que vão auxiliar à gestão que se pretende democrática e humanizada:

Não devemos chamar o povo à escola para receber instruções, postulados, receitas, ameaças, repreensões e punições, mas, para participar coletivamente da construção de um saber, que vai além do saber de pura experiência feito, que leve em conta as suas necessidades e o torne instrumento de luta, possibilitando-lhe transformar-se em sujeito de sua própria história. A participação popular na criação da cultura e da educação rompe com a tradição de que só a elite é competente e sabe quais são as necessidades e interesses de toda a sociedade (FREIRE, 1991, p.16).

É, portanto, perceber a importância de a escola assumir seu papel político, realizando intervenções que promovam a cidadania e a boa convivência com a comunidade, pois atitudes autoritárias e centralizadas não condizem com a construção de uma prática democrática. Somente a vivência democrática poderá formar sujeitos civilizados e preparados para atuar e transformar a sociedade em um ambiente mais justo e igualitário. O autoritarismo aprendido na escola, naturalmente será reproduzido na própria sociedade.

Essa forma em que se conduz uma instituição educacional pode estar relacionada ao descaso com a educação, à falta de preparação da gestão, que por vezes é simplesmente indicada por interesses políticos, pelo comodismo por parte

dos profissionais e, principalmente, na preocupação exagerada em cumprir as exigências burocráticas.

Mediante disso, é válido ressaltar que as escolas democráticas e não democráticas possuem algumas características específicas, para isso, o Quadro 2 exemplifica tais configurações.

Quadro 2 Comparativo entre a escola democrática e a escola não democrática

Escola democrática	Escola não democrática
Elabora o PPP considerando as necessidades da comunidade e com maior participação.	Apenas reformula o PPP e sem a participação de todos os interessados na educação.
Autonomia distribuída igualmente entre o corpo administrativo, buscando não criar um ambiente autoritário.	Autonomia geralmente voltada apenas ao diretor, onde geralmente prevalece a vontade do mesmo.
Conselho Escolar com alunos e membros da comunidade atuantes e conscientes de seu papel na escola.	Conselho Escolar cumprindo apenas funções burocráticas, onde, na maioria das vezes os membros não sabem quais as funções que devem desempenhar.
Gestão sensível aos fatores sociais que interferem na escola, buscando parcerias com outros órgãos para o auxílio nas atividades.	A gestão demonstra pouca preocupação com as questões sociais, comodismo e mero cumprimento de obrigações.
Planejamento participativo, produtivo e flexível, onde todos podem opinar e sugerir, tendo em vista o planejamento, de fato, das atividades a serem propostas.	Planejamento burocrático, com o simples repasse de informações e datas e, às vezes, contendo ações desnecessárias e infadonhas.
Participação dos alunos nas decisões da escola e maior satisfação em relação à metodologia dos professores.	Pouca ou nenhuma participação dos alunos nas decisões da escola, insatisfação em relação à estrutura física e à gestão.

Ambiente de trabalho agradável onde há respeito, colaboração e onde todos cumprem suas funções tendo em vista o bom andamento da escola.	Ambiente de trabalho desagradável, não há colaboração e onde os funcionários não mantêm um bom relacionamento entre si.
Maior participação da comunidade e da família nas decisões e no dia a dia da escola.	Pouca ou nenhuma participação da comunidade. Participação da família apenas quando solicitada pela escola.

Fonte: Mello (2016).

Observou-se que as escolas não democráticas tentam mascarar a realidade dos problemas cotidianos encontrados nas instituições e agem, muitas vezes, de forma equivocada, mesmo tendo a consciência de que os trabalhos podem ser realizados de forma mais ajustada. São instituições que buscam conduzir a educação como algo que tem que acontecer sem objetivações, não compreendendo que o processo de ensino aprendizagem é, também, uma troca de experiências, comprometendo, dessa forma, a educação.

Por outro lado, a escola democrática possui várias características que apontam para o êxito educacional, como a participação, tanto dos alunos como da comunidade como um todo. Segundo Gadotti (1994) “a gestão democrática da escola exige uma mudança de mentalidade de todos os membros da comunidade escolar” (GADOTTI, 1994, p.02). Por essa razão, é preciso atentar-se, porém, que essa configuração escolar não é um modelo perfeito, que também não passa por dificuldades e desafios. Porém, se trata de uma proposta que reúne estratégias que tendem conduzir o processo educacional de modo a favorecer a formação do cidadão.

Diante disso, é preocupante essa diferenciação, pois se sabe que há instituições que atuam de acordo com o formato da escola não democrática, logo, é urgente que se tomem medidas de transformação dessa realidade, para que a educação possa dar passos mais largos, principalmente tendo gestão e comunidade mais comprometidas com uma educação de qualidade e construir uma sociedade mais justa e igualitária.

Dessa maneira, quando se trata da integração da escola com comunidade para a melhoria da educação, muitos têm a ideia de algo utópico e difícil de concretizar na prática. Isso se dá, a partir do cenário educacional que se conhece e

presença em que a colaboração mútua de fato não ocorre ou pelo menos não como deveria acontecer a partir dos anseios nos processos educacionais.

O termo utopia designa o lugar que não existe, mas não quer dizer que não possa vir a existir. Na medida em que não existe, mas ao mesmo tempo se coloca como algo de valor, algo desejável do ponto de vista da solução dos problemas da escola, inicialmente a tarefa deve consistir em tomar consciência das condições concretas ou das contradições que apontam para a viabilidade de um projeto de democratização das relações no interior da escola (PARO, 2000).

Assim sendo, é importante que se tenha consciência de que existe a possibilidade de haver uma interação entre a escola e a comunidade, tendo como principal objetivo a eficácia da educação escolar e tudo que norteie seus trabalhos, bem como suas consequências para o meio comunitário e social.

Esse conhecimento a cerca de tais possibilidades deve, porém, buscar compreender quais as questões mais pertinentes, visando à integração, pois do contrário, pode ocorrer uma cobrança da escola para com a comunidade e vice-versa, obtendo-se, assim, uma relação de conflito mascarada de democracia e participação.

Por essa razão, quando se volta para uma educação mais humanizada e com aspectos mais democráticos, de acordo com Freire (2005), deve-se pensar em uma educação que promova uma visão de mundo além, com uma postura profissional e mais humana frente às dificuldades e desafios que ocorrem na educação. Por isso, os gestores e profissionais da escola devem pensar e agir para uma educação sem distinções.

Dessa forma, o ato de educar por si próprio é um desafio constante que deve ser enfrentado mediante os objetivos que a educação propõe. Administrar uma instituição educativa torna-se uma tarefa ainda mais exigente, pois abrange as várias dimensões do espaço interno e externo da escola. Este último, por sua vez, tem caráter mais exigente, afinal é difícil propiciar meios adequados para que possa ocorrer à relação mais íntima entre comunidade e escola, logo a gestão escolar deve ser a principal mediadora tendo em vista estas perspectivas. Deve, pois, buscar através de suas incumbências e autonomia os meios pelos quais essa inter-relação se dê de fato.

Dessarte, a gestão escolar só poderá conseguir uma efetiva participação da comunidade e, conseqüentemente, sua colaboração se ela trabalhar nos moldes

democráticos que a administração da escola deve assumir “(...) a interdependência escola-sociedade tem como objetivo situar as pessoas como participantes da sociedade – cidadãos (...)” (BRASIL, 1998 apud BEZERRA et al, 2010, p. 282), ou seja, só há realmente a integração da comunidade com a escola se houver uma gestão democrática.

O processo de gestão democrática das instituições de ensino representa um importante instrumento de consolidação de democracia na sociedade, uma vez que a escola e a sociedade estão dialeticamente constituídas. Nesse âmbito, promover a democratização da gestão escolar significa estabelecer novas relações entre a escola e o contexto social no qual está inserida. Por isso, repensar a teoria e a prática da gestão educacional no sentido de eliminar os controles formais e incentivar a autonomia das unidades da educação constitui-se em instrumentos de construção de uma nova cidadania. Assim, a democratização institucional torna-se um caminho para que a prática pedagógica se torne efetivamente prática social e possa contribuir para o fortalecimento do processo democrático mais amplo (GARBIN; ALMEIDA, 2007, p. 3).

Por essa razão, a percepção de que a partir do momento em que a gestão educacional se faz democrática, a possibilidade de melhoramento social torna-se algo mais concreto, pois se pensará na prática pedagógica de uma forma mais ampla em tudo que possa vir a acrescentar de forma positiva à educação. Isso gerará uma maior preocupação com o meio externo da unidade escolar, garantindo que a comunidade tenha vez e voz nas ações realizadas durante o desenvolvimento das atividades educacionais.

Mediante a isso, ressalta-se que a gestão escolar tem primordial colaboração em relação à busca da relação e integração da comunidade com a escola e na geração da autonomia. Em consonância a essa informação, Gadotti (1994) afirma que,

A autonomia se refere à criação de novas relações sociais que se opõem às relações autoritárias existentes. Autonomia é o oposto da uniformização. A autonomia admite a diferença e, por isso, supõe a parceria. Só a igualdade na diferença e a parceria são capazes de criar o novo. Por isso, escola autônoma não significa escola isolada, mas em constante intercâmbio com a sociedade (GADOTTI, 1994, p. 05).

Só a partir de uma real interação da escola com a comunidade que se conseguirá trabalhar em meio às transformações sociais contínuas. Este é

considerado um fator que influi na educação e que se inter-relaciona diretamente com o meio comunitário, principalmente tendo em vista os efeitos da globalização. Dessa forma, faz-se necessário que se tenha plena consciência da importância de se dispor a relação de reciprocidade positiva da comunidade com a escola.

Não há, portanto, uma receita pronta que discrimine os passos a serem seguidos para que se alcance a integração do espaço escolar com o espaço comunitário, o que se pode evidenciar são alternativas possíveis que possam promover essa interação, principalmente quando os trabalhos são guiados por uma gestão essencialmente democrática que agregue em si os valores e práticas do agir democrático, direcionando-os para o âmbito escolar na expectativa da relação colaborativa com a comunidade.

De fato, a questão da gestão democrática e humanizada não se torna algo fácil de colocar em vigor nas unidades educacionais e, principalmente, atrair a comunidade para a escola por meio desse tipo de gestão, porém é importante ressaltar que isso não é algo impossível e que todas as possibilidades que levem à progressão da educação devem ser levadas em consideração.

Por essa razão, Libâneo (2004) complementa que,

alguns princípios da organização do trabalho pedagógico e da gestão escolar ancorados numa perspectiva democrática são sustentados a partir: da autonomia das escolas e da comunidade educativa, envolvimento da comunidade escolar no processo escolar, formação continuada para o desenvolvimento pessoal e profissional dos integrantes da comunidade escolar, avaliações compartilhadas e relações assentadas na busca de objetivos comuns (LIBÂNEO, 2004, p. 27).

Essas perspectivas permitem acreditar que há nortes que nos direcionam a efetivação dessa inter-relação da escola com a comunidade e que a partir daí poderão ser avistados novos horizontes que visem à inteira colaboração comunitária no âmbito escolar por meio de uma gestão que apresente caráter democrático e busque constantemente a evolução da educação. Nesse aspecto, Freire (2001) revela que ao se educar e pôr em prática a educação por meio de aspectos humanizadores essa ação contribuirá ativamente para prática em que o aluno desenvolva suas potencialidades e particularidades. Para o autor,

O sonho pela humanização, cuja concretização é sempre processo, e sempre devir, passa pela ruptura das amarras reais, concretas, de ordem econômica, política, social, ideológica etc., que nos estão condenando à desumanização. O sonho é assim uma exigência ou uma condição que se

vem fazendo permanente na história que fazemos e que nos faz e refaz (FREIRE, 2001, p. 99)

Por essa razão, as instituições escolares devem buscar se aproximar da realidade comunitária, pois muitas vezes espera-se apenas que a comunidade busque participar, quando não há um estímulo a essa participação, de acordo com isso, Nogueira apud Didonê (2013), ressalta que “a escola deve se misturar e se contaminar com o bem e o mal das comunidades” (NOGUEIRA apud DIDONÊ, 2013, p.11). Com essa postura, a escola começa a adquirir um espaço comunitário em que a comunidade será convidada a estar mais presente e atuante na escola.

Para tal, uma estratégia que a gestão democrática e humanizada pode utilizar para tornar a integração da escola com a comunidade uma realidade possível seria promover formações com a comunidade para assim atuarem nas mais diferentes funções da escola, desde a atuação nos conselhos escolares até o mais simples voluntariado. Dessa maneira, a comunidade, além de se interessar pela escola, estaria capacitada para agir dentro do espaço escolar, colaborando e transformando-o de forma positiva a eximir as barreiras que possa haver entre escola e comunidade, garantindo assim, uma educação de qualidade e que é impulsionada à gestão democrática promotora da cidadania.

3.2 O PAPEL DO GESTOR NA CONSTRUÇÃO DA ESCOLA DEMOCRÁTICA

Conforme a democracia vai amadurecendo em uma sociedade, o cidadão, individualmente, ultrapassa o papel de consumidor de direitos públicos e passa a assumir uma postura mais crítica e ativa, nas esferas das relações sociais. Porém, o perfil do serviço público brasileiro reflete o contexto da administração pública em suas dimensões culturais, políticas e socioeconômicas. Nesta perspectiva, o processo democrático implantado ou assumido pelo governo propicia maiores possibilidades de alcance de uma sociedade democrática e isso requer dos sistemas educacionais uma função importante. Segundo Kuenzer; Calazans; Garcia (1999),

[...] se há um consenso de todos os segmentos do Estado e da Sociedade civil, hoje, acerca da Educação, é sobre a necessidade de sua democratização, e não têm faltado nos últimos anos, diagnósticos e denúncias a apontar os obstáculos a esta democratização. Da mesma forma a realidade tem se mostrado resistente às iniciativas de qualquer tipo, quer as desenvolvidas pelos governos autoritários, quer aos insipientes ensaios que têm sido feitos no chamado período de transição (KUENZER; CALAZANS; GARCIA, 1999, p.05)

Os referidos autores complementam suas ideias, quando acreditam que os brasileiros, tendo passado pela experiência de não ver efetivada a melhora da situação crítica do sistema nacional de ensino, nos últimos anos de planejamento educacional, não podem perder de vista a necessidade de democratizar a educação. Durante um período, não houve inovação na área das políticas educacionais, em que se destacou apenas a mescla do populismo e autoritarismo em um processo que pretende ser democrático. Nesse sentido informam que

O momento político que se vive, marcado pelo esforço de democratização da sociedade, exige o repensar das metodologias de formulação das políticas públicas, de forma a definir com clareza as responsabilidades e áreas de atuação do Estado, nas esferas federal, estadual e municipal, e da sociedade civil, através de suas organizações (KUENZER; CALAZANS; GARCIA, 1999, p.61).

Essa perspectiva democrática exige cada vez mais que seja reavivada a consciência política, possivelmente ausente pelo prolongado período em que foi limitado o espaço de participação do exercício da democracia, pelos longos anos de ditadura que marcaram o país.

Contudo, depois da abertura política, o Brasil foi conquistando espaços cada vez mais abertos ao diálogo, com a sociedade civil, o que exigiu práticas mais coerentes com esse modelo de estado, pois

[...] é a existência de um novo projeto de sociedade que gera a necessidade novas formas metodológicas; é impossível concretizar as mudanças pretendidas rumo à democratização da sociedade com os velhos métodos, uma vez que eles foram produzidos por intelectuais representantes de interesses outros, que não este (KUENZER; CALAZANS; GARCIA, 1999, p. 71).

Tal projeto permitiu mudanças nos fazeres educativo que apontam para o rumo da construção democrática, e deve estar presente em um planejamento educacional baseado numa concepção de totalidade da realidade a ser transformada. Desse modo, ao gestor planejador caberá a tarefa de desvendar a complexidade do movimento estabelecendo a relação de interdependência entre parte e totalidade. Por isso, a qualidade da leitura que este planejador realiza do real poderá determinar a eficácia do planejamento. Isso o obriga a compreender as questões educacionais a luz das determinações sociais, econômicas e políticas mais amplas.

Outra questão que o planejador deve ter presente, diz respeito às formas de organização, pois “[...] as prioridades nacionais deverão se rediscutidas nas diferentes instâncias, considerando a especificidade de cada realidade” (KUENZER; CALAZANS; GARCIA, 1999, p.72). Nessa perspectiva, “[...] se o planejamento voltado para a transformação da realidade exige direção, definida pelo conjunto da sociedade, conseqüentemente exige também integração, articulação e continuidade” (KUENZER; CALAZANS; GARCIA, 1999, p.72).

Baseado nessas premissas, o gestor de uma sociedade democrática necessita considerar a articulação entre o saber técnico e o saber popular. Uma dessas formas é o incentivo à participação dos setores organizados da sociedade. Eles devem ser ouvidos e representados durante todo o processo de investigação e de discussão, tendo em vista, reunificar o refletir teoricamente e o atuar praticamente, sendo viável transformar a realidade.

Em consequência, o planejamento da educação na sociedade democrática exige outro tipo de racionalidade,

[...] a que articule a racionalidade substantiva, assegurada pela participação dos envolvidos no processo de determinação dos rumos e das prioridades, com racionalidade operativa, assegurada pelo domínio do saber próprio dos especialistas das distintas (KUENZER; CALAZANS; GARCIA, 1999, p.78).

Uma boa gestão produz efeitos positivos nas escolas e nos sistemas de ensino. Esses efeitos vão além de reformas dos prédios, compra de equipamentos ou realização de novos eventos. Embora essas ações sejam necessárias e a gestão democrática esteja comprometida a elas, a ênfase na aprendizagem dos alunos, o planejamento criterioso, a implementação do projeto pedagógico e a melhoria das condições de trabalho produzem também, resultados esperados e demonstráveis para o local e as comunidades escolares.

Com isso, para Adorno (1996), o ideal da democracia é uma sociedade em que todos os cidadãos possam participar das decisões relativas ao seu destino político, no qual qualquer forma de imposição hierárquica na distribuição do poder e dos privilégios esteja definitivamente abolida, e o desenvolvimento pleno dos indivíduos enquanto seres humanos seja maximizado. Essa sociedade só será possível se os seus membros forem pessoas de iniciativa, responsáveis, críticas e autônomas.

Em razão disso, o docente deve procurar sempre participar da organização da escola em várias práticas. Desta forma, ao atuar em equipe pode-se dividir, somar, multiplicar ou mesmo dilatar as sequências de atividades estabelecidas. Essas possibilidades se iniciam a decidir coletivamente sobre o que fazer, como e com quem fazer. Inicia-se assim, o planejamento do projeto coletivo pela interação com aqueles com quem convivemos na comunidade escolar. Nesse aspecto, o papel do gestor é de suma importância, uma vez que cabe a ele conduzir as rédeas do processo, no sentido de propor as mais diversas formas de participação dos docentes, desde o planejamento, até a implementação de cursos de formação, sempre em diálogo com as diversas categorias que consubstanciam o ambiente escolar.

Atuando de forma participativa, o docente, consegue obter como resultado a otimização do tempo. Por isso, quando se constrói equipes com objetivos definidos coletivamente, ampliam-se as possibilidades de atingir o resultado desejado. A adoção e a socialização de atitudes positivas e claras favorecem a promoção de um ambiente mais favorável a uma gestão democrática.

Contudo, à equipe de gestão compete estabelecer condições materiais e envolver pessoas capazes de sistematizar idéias e ações, relacionando-as com propostas inseridas nos projetos da escola.

Schön (2000), afirma que o professor reflexivo,

deve tomar como ponto de partida a competência e o talento já inerentes à prática habilidosa – especialmente a reflexão-na-ação (o pensar o que fazem, enquanto o fazem) - que os profissionais desenvolvem em situações de incerteza, singularidade e de conflito (SCHÖN, 2000, p.07).

Assim, as ações necessárias para uma gestão democrática não são exclusivas de nenhum cargo, função ou pessoa. A organização democrática, seja de uma pequena escola, ou de um sistema de ensino, precisa reconhecer a necessidade urgente de se trabalhar em equipe. Pois é por intermédio desse processo que inovações são geradas. Em uma gestão participativa os docentes devem procurar novos parceiros para chegar à meta pretendida.

Fica claro que para as atividades funcionarem com os docentes (como equipe), é necessária motivação e muita definição de responsabilidades. Por isso, uma boa gestão se dá quando a relação entre meios e fins permitem o crescimento de novas relações interpessoais e sociais assentadas em valores de solidariedade,

cidadania e justiça. A relação entre gestão, docente, política e comunidade escolar leva cada pessoa envolvida, com a gestão da escola, a partilhar a liderança.

Spósito (2001) declara que a gestão democrática do sistema educativo com práticas administrativas compartilhadas e com a participação popular envolvendo a participação dos setores mais amplos, como pais, moradores, movimentos populares e sindicais.

Na inter-relação entre essas diversas dimensões deve-se interpretar, relacionar e construir as novas ações dos professores à sua prática pedagógica. Observa-se que nas ações dos professores são expressos concretamente o seu compromisso ético com a educação e a sua competência em incluir suas práticas pedagógicas às ações dos alunos, inserindo-as em sua realidade social.

Nesse sentido Brzezinski (1996) aponta que a prática educacional:

Tem a prática social como ponto de partida e de chegada, assim a transformação do sistema educacional exige e supõe sua articulação com a própria mudança estrutural da sociedade em busca de condições de vidas justas, democráticas, igualitárias para as classes populares (BRZEZINSKI, 1996, p.170-171).

Sobre tal, enfatiza-se que a organização e o planejamento do sistema educacional no Brasil sempre estiveram subordinados ao projeto hegemônico da sociedade capitalista fundamentado na estrutura produtiva da sociedade.

A possibilidade de construção de uma sociedade democrática depende da garantia da plena participação social. Nessa perspectiva, afirma-se que a transformação da educação possibilitará a definição de princípios – éticos, políticos e metodológicos - como norteadores de um modelo educacional marcado pela ação social que irá se contrapor à lógica educacional dominante.

Nesse contexto, o professor deverá, em articulação com a equipe gestora, programar estratégias à sua prática e a sua formação a fim de viver e saber conviver com as diversas mudanças que correm os contextos sociais e educacionais. Desta forma Apple (1997) afirma que o reconhecimento de que “mudanças no currículo e na Pedagogia precisam estar acompanhadas de alterações de poder na escola, nas relações entre a administração central do sistema e os professores e entre as escolas e a comunidade local” (APPLE, 1997, p.62).

3.3 EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA: reflexões a partir dos marcos legais

Para melhor abordagem sobre o conceito da Educação Especial Inclusiva é importante compreender o que é considerado educação especial e educação inclusiva, para em seguida, ser realizado uma explanação do termo em conjunto.

Com relação à educação, o artigo 53 do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (1990) “[...] prevê o direito ao seu pleno desenvolvimento, bem como o preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho”. Além disso, o documento prediz que é dever do estado oportunizar atendimento educacional especializado às pessoas com deficiência, de preferência na rede regular de ensino. Aqui, compreende-se o Eca, independentemente dos fatores que as caracterizam como, etnia, classe social, cor, orientação religiosa etc.

O documento foi criado para assegurar direitos e definir deveres para todas as crianças e adolescentes. Seu objetivo se fundamenta em que todos sejam tratados com atenção, proteção e cuidados para se desenvolverem de forma plena, e essa é uma responsabilidade do Estado.

Outra ação importante ainda em 1990 foi aprovada a Declaração Mundial sobre Educação para Todos, em Jomtien (1990), que teve como principal foco satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem.

Essa declaração veio para reafirmar, através da Declaração Universal dos Direitos Humanos (1990, p. 4), que

“[...] todas as pessoas têm direito à instrução [...]” e “[...] a instrução técnico-profissional será acessível a todos, bem como a instrução superior [...]”. Porém, na realidade, ainda persistem os mesmos problemas, especialmente para uma pequena parcela da população.

O artigo 2º da Declaração de Jomtien (1990, p. 5) propõe:

Que é necessário um enfoque mais abrangente, ou seja, expandir os recursos existentes até o momento e melhorar as práticas, construindo novas possibilidades, a fim de “[...] universalizar o acesso à educação e promover a equidade [...]”, especialmente para as pessoas portadoras de deficiência.

O artigo 3º do mesmo documento prevê que,

“[...] é preciso tomar medidas que garantam a igualdade de acesso à educação aos portadores de todo e qualquer tipo de deficiência, como parte integrante do sistema educativo [...]” (p. 6), reafirmando a necessidade de uma maior atenção a esse público.

Em 1994 foi promovida a Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais pela Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), que resultou na elaboração da Declaração de Salamanca e que reconheceu a necessidade das pessoas com deficiência em que significou apontar como responsabilidade do estado incluir a pessoa com deficiência no sistema educacional.

Com isso, faz-se necessário considerar que as alterações enfatizadas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) causaram divergências sobre a correta nomenclatura a ser utilizada pelas escolas que atendem aos alunos com necessidades cognitivas ou físicas. Desta maneira e de acordo com o Ministério da Educação (MEC) 1994, a educação especial envolve as estratégias e recursos didáticos específicos para o atendimento das limitações do aluno, quer sejam físicas ou cognitivas.

Promulgada em 1996, a nova Lei de Diretrizes e Bases integra os princípios da Declaração de Salamanca e a partir dela verifica-se toda alteração na legislação brasileira em que se nota a intenção de tornarem-se possíveis mudanças sociais para a construção de uma escola inclusiva.

O capítulo V da LDB trata-se sobre a educação especial a qual prevê a oferta de educação especial com prioridade na rede regular de ensino, para os alunos que possuem deficiências, devendo a escola atender essas crianças desde a educação infantil limitando o atendimento em classes e/ou escolas especializadas aos alunos cuja deficiência não permitir sua integração na rede regular. Ou seja, há uma discussão voltada especialmente para esse público, com normas e diretrizes para lhes assegurar plenas condições de usufruírem desse direito.

A partir desse documento, que autorizou que o ensino regular recebesse as crianças com deficiência, a escola começou a matricular para efetivar as atribuições legais. Há posições favoráveis e contrárias à nova Lei, há pessoas que se posicionam em favor, pois compreendem a importância para o desenvolvimento da criança com deficiência, o convívio com outras crianças, gerando assim benefícios para ambas, ensinando-lhes o convívio com as diferenças e gerando noções de empatia e respeito.

Em 1999, a Convenção da Guatemala - Convenção Interamericana para Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas com

Deficiência¹ - trouxe como conceito de deficiência, no Artigo 1º, segundo Mantoan, (2001): “[...] uma restrição física, mental ou sensorial, de natureza permanente ou transitória, que limita a capacidade de exercer uma ou mais atividades essenciais da vida diária, causada ou agravada pelo ambiente econômico e social” (MANTOAN, 2001, p.48). (ORDEM CRONOLÓGICA DE 2001)

Conforme determina o Art. 7º do documento, é de responsabilidade das entidades públicas desenvolverem as ações nas áreas de "saúde, educação, trabalho, transporte, assistência social, edificação pública, previdência social, habitação, cultura, desporto e lazer, visando à prevenção das deficiências, à eliminação de suas múltiplas causas e à inclusão social". Cabe ao Poder Público possibilitar programas que oferecem uma inclusão social efetiva, com programas de prevenção e atendimento especializado para demanda existente, com relação à inclusão social.

A educação inclusiva é composta por um sistema educacional misto que correlaciona à educação formal regular com a educação especial. Sendo assim, os alunos são matriculados na rede regular de ensino que muitas vezes possui pouca ou nenhuma estrutura física adequada. Além disso, é urgente que se realize a adaptação de recursos e que os professores sejam capacitados para o seu fazer considerando as especificidades de todos os discentes. Dessa forma, é instituída, uma proposta de ensino desenvolvido que abrange e inclui também os demais educandos que não possuem deficiência.

Para tal, é importante considerar que os estudantes com deficiências, sejam elas deficiências visuais, intelectuais, auditivas, físicas e/ou múltiplas e até mesmo os educandos de altas habilidades, necessitam um ensino diferenciado.

Este é um desafio de toda educação inclusiva, sendo necessário que a escola propicie o acesso, a permanência e a aprendizagem de todos os educandos. Por isso, é necessária a criação e/ou transformação de um modelo de escola mais inclusiva e que assuma os princípios da igualdade. Isto posto, uma educação inclusiva exige uma comunidade escolar que seja acolhedora, que aceite as diferenças tais como são, que acolha as diversidades dos alunos.

¹ A expressão " DEFICIÊNCIA" foi abolida e entrou em vigor a Lei Brasileira de Inclusão (LBI) – Lei nº 13.146/2015, onde a mesma compõe de princípios e diretrizes do mais atual tratado de direitos humanos do sistema global de proteção da ONU. A LBI propõe as regras que deverão ser observadas para garantir o exercício dos direitos das pessoas com deficiência no país.

Em razão disso, tratar todos os alunos de maneira igualitária não é a intenção da educação especial inclusiva na escola, pois esta ideia é errônea, já que cada ser humano possui suas singularidades. Seu fim é o de que todos os alunos tenham igualdade de oportunidade e que independente das diferenças e limitações de cada um, a escola possa se tornar um espaço de todos e para todos.

Para tanto, Teixeira (2016) afirma que as tendências capazes de possibilitar os direitos e oportunidades de igualdade a todos os seres humanos surgiram em decorrência das consequências graves da Segunda Guerra Mundial, evento crítico que também viabilizou a inserção das pessoas com deficiência no mercado de trabalho, tendo em vista a escassez de mão de obra. Segundo o mesmo autor, não existiam políticas públicas para a pessoa com deficiência, antes da Declaração de Salamanca (1994), porquanto, a ajuda de que essas pessoas precisavam deveria ser providas por atos de caridade, havendo um grande preconceito quanto as pessoas com deficiência no Brasil, pois as pessoas que possuíam alguma deficiência eram vistos como doentes e incapazes. Foi então que os familiares e pessoas com deficiência se sensibilizaram e fizeram manifestações a favor desse público. Isso ocorreu em 1981, ano no qual foi promovido o ano da deficiência.

O conceito de inclusão relaciona-se com as políticas públicas criadas para garantir a todos o acesso à educação em geral. A palavra inclusão pode ser caracterizada por garantia de direitos humanos ou por práticas democráticas. No entanto, a escola contemporânea ainda está longe de exercer essas premissas. De acordo com Sánchez (2005):

O primeiro passo em direção à inclusão foi dado nos EUA, em meados dos anos 1980 e início dos anos 1990, através de um movimento denominado "Regular Education Initiative" (REI), que tinha como principal objetivo a inclusão de crianças com alguma deficiência na escola comum (SANCHÉZ, 2005, p.).

Naquela época, a Regular Education Initiative estava a serviço de um único sistema para todos, ou seja, todos os alunos deveriam frequentar as classes de ensino regular. Contudo, a Regular Education Initiative defendia que para que isso ocorresse efetivamente, seria necessária uma reforma na educação geral, que já atendia todo o restante da população, e agora, deveria atender os sujeitos da educação especial inclusiva, nos mesmos espaços, a fim de promover a interação e socialização de todos.

Amparados por essa lógica, é importante compreender como as políticas públicas podem contribuir para a promoção e acesso da educação especial. Para isso, Teixeira (2016) conceitua as políticas públicas como,

[...] diretrizes, regras e procedimentos norteadores de ação do poder público com a sociedade; ou seja, mediações entre a sociedade e o Estado, as quais são sistematizadas em documentos que orientam as ações que normalmente envolvem aplicações dos recursos públicos. Assim, elaborar políticas públicas implica em definir quem decide o que, quando, com que consequência e para quem. No entanto, para ser considerada uma política pública, é preciso considerar a quem se destinam os benefícios e se o processo de elaboração é submetido ao debate público (TEIXEIRA, 2016, p. 02).

Em concordância com Garcia (2004), "[...] as políticas públicas para a educação especial na realidade brasileira têm causado impactos no âmbito da educação básica, como, por exemplo, nas questões curriculares, em relação à formação dos professores etc [...]" (GARCIA, 2004, p. 29).

Dessa forma, a perspectiva da inclusão agrega várias definições e mudanças dentro do contexto e realidade escolar. Ainda segundo o autor, a inclusão deve transpassar a rede de ensino através de reorganização, apontando novas soluções às demandas existentes, competências e responsabilidades.

Esta mudança, assim como a aquisição de novas possibilidades, só foi possível a partir do momento em que foram adotados novos modos de pensar a deficiência e após essas concepções terem sido documentadas em declarações, decretos e leis. Essa nova tomada de consciência fez o mundo se mobilizar em direção a novas ações que possibilitam mais igualdade de direitos entre todos os cidadãos. Então, criaram-se os documentos que disseminaram tais ideias pelo país.

Dentre os quais, destaca-se o Plano Nacional da Educação na Perspectiva da Educação Inclusiva (2001):

teve como objetivo 'a plena integração dessas pessoas (pessoas com deficiência) em todas as áreas da sociedade'. Essa diretriz trata do 'o direito à educação, comum a todas as pessoas, e o direito de receber essa educação sempre que possível junto com as demais pessoas nas escolas "regulares". Portanto, com essa diretriz pretendia-se incluir/integrar os alunos com necessidades especiais na escola regular e, se isso não fosse possível, realizar o atendimento nas classes e escolas especializadas; ampliar o regulamento das escolas especiais a fim de prestarem apoio e orientação em relação a integração e atendimento; melhoria na qualificação dos professores do ensino fundamental para atender esse público e expandir a oferta dos cursos de formação e especialização pelas universidades e escolas normais (BRASIL, 2001, p. 63).

Há um crescimento atual das matrículas dos alunos com deficiência nas escolas regulares e isso demanda um desafio enorme para o sistema de ensino, pois as ações e transformações que precisam ser realizadas incluem preparação e qualificação de professores e toda a equipe que trabalha no ambiente educacional para atender esse público ingressante no ensino regular, contratação de profissionais, adaptações curriculares, adaptações estruturais em termos de ambiente físico etc.

Para alcançar os seus objetivos inclusivos, a escola regular deve estar apta para receber a todos, independente das qualidades que possam apresentar, pois ela é um espaço que deve ser desfrutado por todos. É fácil perceber que a realidade está longe de unir todos os ideais de uma educação igualitária e democrática, mas efetivar as políticas existentes se faz necessário para que as estruturas legais possam concretizar o direito de todos de conviver em sociedade, obtendo conhecimento teórico e de mundo.

Datada em 11 de setembro de 2001, a resolução número 2 da CNE/CEB estabelece as Diretrizes Nacionais para a Educação dos alunos com alguma deficiência em todas as etapas e modalidades de ensino, sendo oferecido esse atendimento desde a Educação Infantil por meio de avaliação que comprove a necessidade, segundo o artigo 1º do documento. No artigo 2º é destacada a responsabilidade das escolas para oferecer a esses alunos o suporte necessário tendo em vista uma educação de qualidade para todos.

O Artigo 3º define a Educação Especial como um método educacional que garante recursos e serviços educacionais especiais, organizados de forma institucional para apoiar, complementar e até, em determinados casos, substituir os serviços educacionais comuns, com o intuito de proporcionar a educação escolar para todos.

É de extrema importância ressaltar que as instituições de ensino têm a função de fazer funcionar um setor que fique responsabilizado por essa parte, que faça acontecer a educação inclusiva e que organize a modalidade de educação especial em cada município. Segundo o artigo 4º dessa resolução, a educação especial deve sempre levar em consideração as especificidades e particularidades de cada educando, bem como suas características biopsicossociais, a fim de assegurar que estes possam buscar uma identidade própria, desenvolver sua cidadania, além de

poder ampliar seus valores, potenciais e habilidades. O aluno deve ser pensado como único, para ser agregado ao todo.

O documento prevê, em seu artigo 5º, que são considerados alunos com necessidades educacionais especiais aqueles que apresentarem dificuldades significativas na aprendizagem, limitações no seu desenvolvimento que os impossibilitam de acompanhar as atividades curriculares, dificuldades de comunicação que necessitem de outros tipos de linguagens e altas habilidades/superdotação.

Para que esses alunos sejam identificados pela escola e assim encaminhá-los para o atendimento necessário, a escola precisa, de acordo com o artigo 6º, realizar a avaliação de tais alunos dentro do processo de ensino e aprendizagem, juntamente aos demais profissionais da escola, dos serviços de saúde, assistência social e membros da família. Pertinente ao seu desenvolvimento em todas as esferas sociais, essa percepção e avaliação é que permite ao aluno o atendimento que necessita.

As diretrizes ainda determinam, através do artigo 7º, que os discentes com deficiência devem ser atendidos em classes comuns do ensino regular da educação básica. Portanto, as escolas devem dispor de professores capacitados, tanto nas classes comuns como nas de educação especial, para atendê-los, conforme o 8º artigo. Também, devem distribuir esses alunos pelas várias classes de cada ano escolar em que se encaixem, bem como proporcionar currículos e anos letivos flexíveis, tendo em vista a procura da melhor maneira de disponibilizar a eles todos os recursos necessários para o seu processo de aprendizagem, definindo-se assim o processo de inclusão e não apenas, o processo de inserção.

Em complementação, as escolas devem disponibilizar atividades que favoreçam o desenvolvimento dos alunos com altas habilidades através dos mais diversos recursos que a escola apresentar, de acordo com o artigo 8º, também serviços de apoio pedagógico especializado nas classes comuns e nas salas de recursos, nas quais o professor especializado oferecerá um serviço complementar àquele encontrado nas demais salas de aula que favorecerá condições para que os profissionais e a comunidade reflitam sobre a prática e a viabilidade da educação inclusiva.

No artigo 9º, tem-se a percepção que quando a escola não tiver condições de atender devidamente ao aluno, deve se aliar a outros serviços para que a educação

oferecida seja respaldada de todas as formas, pois segundo o artigo 58º da Lei De Diretrizes e Bases Da Educação Nacional (LBDEN), quando necessário haverá serviço de apoio especializado para atender as particularidades da educação especial. Caso se faça necessário o atendimento individual a algum aluno que a escola regular não consiga abranger, esse pode ser atendido, excepcionalmente, por uma escola especial, pública ou privada, ou ainda, pelos serviços da área da saúde, trabalho e assistência social.

É instituído que as escolas devam garantir a acessibilidade aos alunos que possuem deficiência, através de barreiras arquitetônicas, conforme as diretrizes propostas no artigo 12, bem como, de acordo com o artigo 13 da LBD, organizar o atendimento educacional especializado para os alunos que se encontram impossibilitados de permanecer na escola devido ao tratamento de saúde.

Outra responsabilidade das instituições é organizar, adequar seus currículos, de forma a contribuir com o desenvolvimento da aprendizagem dos educandos que possuem necessidades especiais, segundo o artigo 15º da LDB. Já o artigo 18º propõe ser responsabilidade dos sistemas de ensino criar regras e normas que possam fundamentar o funcionamento de suas escolas, com o propósito de que essas tenham condições de elaborar seus projetos pedagógicos, bem como contar com professores capacitados, segundo o que está previsto no artigo 59 da LBDEN. Aqui, vale salientar que o Projeto Político Pedagógico (PPP) é de suma importância e deve estar atualizado para que se cumpram as propostas definidas no documento, que interage com a comunidade que está inserida a unidade escolar, a realidade dos educandos, a garantia dos Direitos Humanos e a percepção dos docentes e corpo pedagógico.

Após a Constituição Federal (1988), a Declaração de Salamanca² (2003) e outros documentos, garantem o ensino regular para o aluno com deficiência, mas ainda essa conquista legal não representa a efetivação desse direito para as crianças que possuem necessidades especiais.

A Declaração de Salamanca (2003) aborda uma visão nova de educação especial oficializado em diferentes ideias. Defende e proclama que todas as crianças

²Ocorrida em 1994, a Declaração de Salamanca (Espanha), proporcionou uma oportunidade única de colocação da educação especial dentro da estrutura de “educação para todos” firmada em 1990 (...) Ela promoveu uma plataforma que afirma o princípio e a discussão da prática de garantia de inclusão das crianças com necessidades educacionais especiais nestas iniciativas e a tomada de seus lugares de direito numa sociedade de aprendizagem (SANTOS, 2000).

possuem as suas características, e assim, seus interesses necessidades e habilidades que são únicas e, desse modo, tem que ter a oportunidade de atingir e manter o nível adequado de aprendizagem através da educação e, “aqueles com necessidades educacionais especiais devem ter acesso à escola regular, que deveria acomodá-los dentro de uma pedagogia centrada na criança, capaz de satisfazer a tais necessidades” (SALAMANCA, 2003, p. 01-02).

Em completude a isso, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar (2008) apresenta em seu documento a importância de confrontar as práticas que causam discriminação e possibilitar mecanismos e alternativas para superá-los. O documento visa se adequar e acompanhar os avanços e as lutas que perpassam a educação especial.

O plano tem por objetivo promover e assegurar a inclusão dos alunos público-alvo da educação especial no ambiente escolar, bem como, garantir que a aprendizagem ocorra, que os atendimentos especializados sejam dispostos e que haja formação e preparo dos docentes. Este plano elucida também, a relevância que a família e a comunidade têm para a promoção da acessibilidade.

Promovida pelo governo federal, a educação especial na perspectiva da educação inclusiva, tem os seus desafios da implantação de uma política nacional, o que, todavia, tornou-se determinante na organização política, administrativa e pedagógica das redes municipais de ensino. Sancionada durante o ano de 2008, pelo ex-presidente Luis Inácio Lula da Silva (2003-2006; 2007-2010), passou a contar com a implementação sequencial de três programas federais, estratégicos para a educação especial, a saber: 1. Educação Inclusiva: Direito à Diversidade; 2. Salas de Recursos Multifuncionais; 3. Escola Acessível; realizados em parceria - MEC/SEESP e SAEE/Semed/SLs -, nas Unidades de Educação Básicas, tendo apresentado como reflexo a:

1. Capacitação de 220 Gestores e Professores multiplicadores.
2. Instalação de 40 SRMs.
3. Adaptação para a acessibilidade de 35 UEBs da Semed/SLs.

A partir daí, passou a contribuir com a ampliação do número de matrículas e de Atendimento Educacional Especializado dos estudantes público-alvo da Educação Especial, nas SRMs, passando de 1.886 matrículas e atendimentos de estudantes Professor de Apoio Educacional Especializado (PAEE), em 2009, para 2.300 matrículas e atendimento total de estudantes PAEE, no ano de 2012.

O decreto nº 7.611 sancionado pela Excelentíssima Presidente da República Dilma Rousseff, em 17 de novembro de 2011, assegura, em seu artigo 1º, a respeito da educação especial, que o atendimento educacional especializado, além de dar outras providências, é dever do estado oferecer educação às pessoas que necessitem de educação especial. Deve garantir um sistema de ensino inclusivo em todos os seus níveis, adotar medidas individualizadas e eficazes de apoio. Deve-se ainda, visar um ambiente que proporcione o desenvolvimento acadêmico desses alunos, ofertando, ainda, educação especial inclusiva dentro do ensino regular e apoio técnico e financeiro às instituições privadas especializadas somente em educação especial inclusiva.

É pertinente esclarecer que com base na Política Nacional e na Convenção Internacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência a aqueles que possuem algumas das limitações e/ou capacidades no que tange pessoas com transtornos globais do desenvolvimento, pessoas com deficiência e com altas habilidades/superdotação.

Conforme o artigo 2º, o documento considera que a educação especial deve garantir serviços de apoio especializado que visem a diminuir as barreiras que possam estar impedindo o processo de alfabetização, através de complemento à formação do público-alvo e com apoio permanente e limitado ao tempo e frequência desse aluno na sala de recursos.

Deve ser integrado o atendimento educacional especializado e o plano pedagógico da escola, com a participação da família, com ênfase no atendimento às necessidades específicas desses alunos, articulando-se assim com as demais políticas públicas. Faz-se necessário que todos os mecanismos se articulem para que a criança seja atendida em todas as vertentes da sua necessidade.

Conforme o 3º artigo, esse atendimento educacional especializado, tem como objetivos, garantir acessibilidade à escola e à aprendizagem no ensino regular, como também oportunizar condições de acesso aos serviços de apoio especializados, de acordo com a necessidade de cada um. Objetiva ainda responsabilizar-se pela transversalidade das ações em educação especial dentro do ensino regular, assim como promover o desenvolvimento de recursos didáticos e pedagógicos que eliminem as barreiras no processo de aprendizagem, com o intuito de garantir a continuidade dos estudos nos demais níveis e modalidades. Ao cumprir seu papel, a

escola atende ao aluno facilitando sua evolução na educação em busca de um atendimento integrado em frente às necessidades.

Segundo o decreto, os artigos 4º e 5º ainda prevêm que o poder público tem o objetivo de ampliar a oferta de atendimento educacional especializado, portanto deve estimular o acesso ao atendimento educacional especializado de forma a complementar ou suplementar o ensino regular, bem como a União deve prestar apoio técnico e financeiro aos sistemas públicos de ensino e às instituições comunitárias e filantrópicas sem fins lucrativos. No entanto, segundo o Ministério da Educação, para receber este apoio técnico e financeiro, os requisitos para a participação deverão ser atendidos. Logo, tendo uma percepção ampla das necessidades reais da inclusão e atendendo todas as medidas estabelecidas pelo Ministério da Educação, a escola é respaldada financeiramente, o que ainda é considerado uma das limitações para o completo atendimento educacional especializado, e a inclusão se torna eficaz.

A prática da inclusão, até hoje, retrata uma realidade diferente da teoria, na prática os alunos especiais ficam numa parte da sala e os ditos “normais” num outro espaço. E se houver proximidade, esta não envolve parceria na aprendizagem e muito menos afetividade por parte dos alunos ou dos professores. Dessa forma, Bueno, Mendes e Santos (2008) destacam que:

Os estudos sobre as práticas pedagógicas desenvolvidas pelos professores no trabalho com alunos deficientes têm, historicamente, criado polarizações (prática com sujeitos ditos normais num polo e prática com sujeitos deficientes em outro) na forma de análise de tal objeto, ou feito recortes que destacam as características dos sujeitos e suas deficiências e o desafio de atendê-las no espaço regular de ensino (BUENO; MENDES; SANTOS (2008, p. 109).

Este movimento evoluiu segundo Sanches e Teodoro (2006), afirmando-se a partir de sucessivos trabalhos científicos e legislativos. Na Conferência mundial sobre educação para todos, em Jomtien (1990) reforça-se a ruptura com a Educação Especial, dial sobre as necessidades educativas especiais que deram origem a Declaração de Salamanca (1994), já citadas anteriormente. Esses movimentos auxiliaram de maneira decisiva no processo de aquisição de direitos pelas pessoas com necessidades especiais e da plena igualdade de oportunidade a todos, aqui especificamente, pela temática do estudo, a inserção dos discentes com necessidades especiais na modalidade regular.

O Plano Nacional de Educação (PNE) para o decênio 2011 – 2020 foi elaborado em 2010 para ser um instrumento capaz de direcionar a educação no processo de construção do país. A partir da I Conferência Nacional de Educação, o PNE foi construído apresentando proposições verdadeiras para universalizar toda a educação básica. No entanto, um dos maiores desafios da educação nacional são a exclusão e desigualdade social. Refletir sobre a educação para um futuro próximo é pensar as decisões do PNE, pois a esperança é que os melhores rumos educacionais sejam pensados, que medidas sejam tomadas e a expectativa é que as consequências se apresentem em resultados positivos, concretizando avanços capazes de gerar benefícios a todos os alunos.

O PNE ainda aborda, na meta- 4, a universalização do atendimento escolar na rede regular de ensino para estudantes com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, de 4 a 17 anos. Essa meta abrange estratégias de implantação, ampliação e promoção que se destina ao atendimento escolar das necessidades existentes nesta população como: inserção de salas de recursos multifuncionais; adequação referente à acessibilidade nas escolas; ampliação do atendimento educacional especializado; garantia do atendimento aos estudantes com deficiência na rede pública regular de ensino e a oferta de educação bilíngue através do ensino da Língua Portuguesa e da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS).

Com relação a LIBRAS, a Lei nº 10.436 (24 de abril de 2002) "reconhece esta língua como meio legal de comunicação e expressão, em que o sistema linguístico é de natureza visual-motora, sendo oriundo de comunidades de pessoas surdas no Brasil" (BRASIL, 2002).

Também existe o Decreto no 5.626/05, que, em seu artigo 30, apresenta o uso e difusão das LIBRAS, bem como da tradução e interpretação a qual responsabiliza os órgãos da administração pública pelas ações integradas nesse decreto, priorizando a formação, capacitação e qualificação de professores, servidores e empregados, tanto da administração pública direta como indireta.

Em concordância com Garcia (2004): “[...] pensar a política educacional implica pensar práticas sociais vividas por sujeitos concretos que representam forças sociais diferenciadas e em luta constante [...]” (GARCIA, 2004, p.132).

Nesse âmbito, entre as legislações vigentes encontra-se o Decreto nº 5.296/05 "que faz abordagens acerca das características e enquadramentos de cada

deficiência e destaca a importância de atendimento prioritário a estas pessoas, tal como questões de acessibilidade, visando à garantia de mobilidade e autonomia, a quebra de barreiras arquitetônicas e de comunicação, entre outras. O decreto citado atua de maneira mais pontual nas definições para a acessibilidade" (BRASIL, 2004).

Sempre houve uma preocupação com a busca de um espaço que favorecesse a aprendizagem de todos os alunos, desde os primórdios da história sobre os espaços destinados à educação. Na busca de adequar a prática educativa com o ambiente físico e atividades pedagógicas em que o aluno está inserido, visando seu desenvolvimento pleno, é uma trajetória reflexiva ao longo do tempo. A crescente necessidade do ambiente adequado e sua mobília são essenciais no processo de aprendizagem. O ambiente escolar é entendido como um espaço, onde são socializados saberes sistematizados, valores e onde são desenvolvidas competências ao longo da vida. É garantido por lei, o acesso e permanência da criança na escola, desde a Educação Infantil ao mais elevado nível de ensino. Conforme Luck (2006), "os processos de gestão pressupõem a ação ampla e continuada que envolve múltiplas dimensões, tanto técnicas quanto políticas e que só se efetivam, de fato, quando articuladas entre si" (LUCK, 2006, p. 31).

Em conformidade com Fortes (2005) o autor define que é através de instituições de ensino regular que as atitudes discriminatórias devem ser combatidas, proporcionando condições para o desenvolvimento de comunidades integradas, que é à base da construção da sociedade inclusiva e conseqüentemente obtenção de uma real educação para todos.

Segundo a autora Mantoan (2003, p.79):

A prática da inclusão escolar, pauta-se na capacidade de entender e reconhecer o outro e, assim, ter o privilégio de conviver e compartilhar com pessoas diferentes; é acolher todas as pessoas, sem exceção. É construir formas de interagir com o outro, que, uma vez incluídas, poderão ser atendidas as suas necessidades especiais.

Mediante a isso, Elizabeth dias de Sá (2012) complementa que a escola inclusiva exige novas estruturas e novas competências e que se observa que as escolas públicas não têm correspondido às características individuais e socioculturais diferenciadas de seu alunado, funcionando de forma seletiva e excludente.

Ainda, segundo a autora, especial é a educação que legitima esquemas, espaços e dimensões do conhecimento e dos direitos humanos sem atributos

restritivos. Ou seja, a educação, a priori, tem que produzir e se caracterizar por promover a dignidade humana.

3.4 A GESTÃO DEMOCRÁTICA E EDUCAÇÃO ESPECIAL INCLUSIVA: Um entrelaçamento necessário

O cenário da história da educação vem sofrendo modificações ao longo dos anos considerando que os estudantes possuem um capital cultural diferente uns dos outros. Assim como a escola que tem diferentes disciplinas em que os alunos não terão a mesma habilidade, facilidade ou dificuldade na aprendizagem. Com base nisso, a Lei de Diretrizes e Bases Educação Nacional prevê a gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com suas peculiaridades.

Todavia para atender as mudanças, não se cabe mais um modelo de gestor do (macro ao micro), estático, centralizador, é necessário a criação de uma escola inclusiva com capacidades de inovar usar a gestão como uma ferramenta para alcançar os nossos objetivos sociais. Bem como, ajudar o estudante transformando problemas em soluções, contribuindo com a elevação do capital intelectual, na parte econômica, na parte social e na parte ambiental, assim, a partir de mentes inovadoras, será capaz de traçar soluções para uma educação sustentável, criativa e que transforma o futuro da sociedade.

Para tal, Honnef (2013) desenvolve sua dissertação tendo como foco a proposição do trabalho do professor articulado com professores da educação especial e de classes comuns, buscando subsídios para a pesquisa sobre trabalhos colaborativos.

Muitas vezes, o professor regente tem dúvidas a respeito de como ensinar alunos com alguma deficiência e o trabalho colaborativo vem a incrementar e fortalecer essa prática, de maneira que a experiência do professor especialista que atende na sala de recurso multifuncional-SRM, contribua significativamente. Para isso, a formação é fator importante, visando o conhecimento necessário.

O artigo “O importante papel da gestão democrática na inclusão de alunos surdos nas escolas de ensino regular”, apresenta a vinculação da gestão educacional às escolas. Envolve, porém todo o sistema de ensino, desde as políticas educacionais até as instituições de ensino. Para Luck (2006), “vale dizer que, do ponto de vista paradigmático, a concepção de gestão permeia todos os

segmentos, [...] tanto no âmbito macro (gestão do sistema de ensino) como no micro (gestão de escolas)” (LÜCK, 2006, p. 26).

Neste trabalho, busca-se destacar a concepção de gestão no seu contexto mais amplo, procurando compreender o direcionamento que as políticas educacionais impõem ao sistema de ensino refletido diretamente nas escolas.

A articulação entre estes dois aspectos da gestão, a saber, o contexto político e a organização escolar é o que se pretende alcançar neste estudo. Tendo em vista que “os processos de gestão pressupõem a ação ampla e continuada que envolve múltiplas dimensões, tanto técnicas quanto políticas e que só se efetivam, de fato, quando articuladas entre si” (LÜCK, 2006, p. 31), discuti as formas organizativas que a política educacional atual indica à escola.

Segundo a Constituição Federal, todos têm direito à educação e esta é o principal meio de instrumentalizar o indivíduo para o exercício de suas funções na sociedade.

A partir deste direito garantido na Constituição, sabe-se que existe uma parcela da população que tem necessidades educativas especiais, os estudantes com deficiência destacando o que precisam urgentemente da sua inclusão em Salas Comuns ou Regulares de Ensino.

Conseqüentemente, a gestão escolar está vinculada, relacionado diretamente com as escolas. “Vale dizer que, do ponto de vista paradigmático, a concepção de gestão permeia todos os segmentos, [...] tanto no âmbito macro (gestão do sistema de ensino) como no micro (gestão de escolas)”. (LÜCK, 2006, p. 26).

Não se podem limitar as diferenças do aluno que possuem algum tipo de deficiência, pois experiências comprovam que é possível esse aluno incorporar determinada cultura, linguagem, desenvolver determinados conhecimentos, e ainda alcançar as expectativas esperadas pela escola.

A função social da escola definida segundo o Constituição Federal (1988), diz que todos tem direito à educação visando que esse direito refere-se ao “pleno desenvolvimento da pessoa para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1988, p. 01). Portanto, para se obter uma educação de qualidade, contendo que todos devem ter acesso ao conhecimento, ao atendimento educacional especializado e o desenvolvimento das capacidades cognitivas.

Para se ter a inclusão é imprescindível que a escola atenda todos os alunos, independente de sua necessidade, dispondo o envolvimento de toda a comunidade escolar de forma a englobar o espaço educativo. Segundo Pacheco (2007):

Para que a inclusão total aconteça na educação, é indispensável o envolvimento das famílias, educadores, gestores e profissionais da escola neste processo, assim como, o ambiente de aprendizagem escolar precisa oferecer condições adequadas para a aprendizagem de todos os educandos, reconhecendo suas limitações e construindo novas vertentes para as práticas pedagógicas (PACHECO, 2007, p. 78).

Percebe-se então, a importância do gestor movido pelos ideais humanizadores e democráticos para consolidação de uma escola inclusiva, já que é a partir do trabalho do gestor deve ser propiciar o processo de inclusão de alunos com necessidades especiais para que juntos se construam uma escola inclusiva.

Para tal, faz-se necessário que as diretrizes que norteiam a política nacional de educação contemplem os educandos que possuem necessidades educativas especiais, propiciando uma reflexão sobre a prática pedagógica junto a esses alunos.

Em nossa realidade concreta, pode-se dizer que há uma prática discriminatória existente ainda em nas escolas, visto que há muitos professores que não compreendam a capacidade do educando, seja ela em suas limitações físicas ou intelectuais, ocorrendo-se assim essa prática tão comum e que a maioria das vezes, por falta de entendimento sobre a situação, o que acaba afetando o aprendizado desses alunos. Frente a essas adversidades é necessário a execução de ações conjuntas que visem à inclusão, levando a todos o conhecimento de suas angústias, sentimentos e dificuldades emocionais ou cognitivas, a fim de melhor compreendê-los e aceitá-los, para serem mais reconhecidos e acolhidos, no sentido de promover o despertar pleno de suas potencialidades.

Contudo, diante das diferenças e necessidades individuais de aprendizagem de cada aluno, é necessário rever as adaptações no ambiente escolar, situação social, econômica, familiar e comportamental do aluno. Levando-se em conta também dos conflitos psíquicos existentes na sala de aula, comprometendo a responsabilidade e preocupação dos gestores e educadores.

A municipalização pode proporcionar a aproximação da comunidade e da escola, perante a descentralização do poder, com uma das possibilidades, a aproximação dos sujeitos (comunidade externa e interna) para construção da escola

inclusiva. Sendo a gestão escolar democrática e participativa, responsável pelo envolvimento de todos que, direta ou indiretamente, fazem parte do processo educacional, assim se estabelece objetivos, busca por solução de problemas, execução do plano de ação, acompanhamento do desenvolvimento pleno dos educandos e resultado das avaliações. Enfatizando as responsabilidades de todos que fazem parte da comunidade escolar.

De acordo com Bobbio (2000), é observado que expansão do poder se estende nas esferas das relações políticas, visto que o autor defende qual o espaço a população deve ocupar e como esses espaços são organizados (hierárquico ou burocrático):

[...], das relações nas quais o indivíduo é considerado em seu papel de cidadão, para a esfera das relações sociais, das relações das quais o indivíduo é considerado na variedade de seu 'status' e de seus papéis específicos, por exemplo de pai e de filho, de cônjuge, de empresário e de trabalhador, de professor e de estudante e até mesmo de pai de estudante, de médico e de doente, de oficial e de soldado, de administrador e de administrado, de produtor e de consumidor, de gestor de serviços públicos e de usuário, etc. (BOBBIO, 2000, p. 67).

Segundo o autor, o que importa é os ambientes conquistados, o sufrágio universal nos locais políticos, ampliando-se assim o direito do voto em outros locais sociais, hierárquicas e burocráticas. Sendo assim, não é mais o número de pessoas que votam, mas que os cidadãos exercem o poder de eleitores. De acordo com Bobbio (2000): “[...] para dar um juízo sobre o Estado da democratização num dado país, o critério não deve mais ser o de ‘quem’ vota, mas o do ‘onde’ se vota [...]” (BOBBIO, 2000, p. 68).

Nesse sentido, Paro (2001): informa sobre a democratização das instâncias sociais, incluída a escola pública, “[...] não apenas o acesso da população a seus serviços, mas também a participação desta na tomada de decisões que diz respeito a seus interesses [...]” (PARO, 2001, p 27).

É afirmado por Bobbio (2000), que atualmente pode-se falar da democratização, ele constitui-se, (não da forma como se diz), mas de maneira representativa para a democracia direta, quanto a democracia política e em sentido para a democracia social restrito.

Sendo assim a democratização social resulta a distribuição do poder, que está centralizado no Estado para suas instâncias que se encontram na base da sua

pirâmide, conforme o autor cita. Assim, com base nas decisões das políticas públicas, a população poderia participar de forma mais efetiva.

Por fim, é válido dizer que ao estudar as necessidades e dificuldades para compreender o conceito de democracia como sistema de governo em que o poder emana do povo e do desenvolvimento desse conceito no espaço escolar, quando ocorre a formação cidadã e o exercício da cidadania, analisar as formas de aplicabilidade na teoria e na prática acerca da gestão democrática é estabelecer uma relação entre o trabalho coletivo na escola e a política de gestão democrática.

4 METODOLOGIA

A pesquisa compõe-se de um estudo exploratório com abordagem qualitativa, De acordo com Gil (1999):

As pesquisas exploratórias têm como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista, a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores. De todos os tipos de pesquisas, estas são as que apresentam maior rigidez no planejamento. Habitualmente envolvem levantamento bibliográfico e documental, entrevistas não padronizadas e estudos de caso. Procedimentos de amostragem e técnicas quantitativas de coleta de dados não são costumeiramente aplicados nestas pesquisas (GIL, 1999, p. 43).

Por essa razão, o tema de estudo se relaciona com a pesquisa exploratória descrita por Gil (1999) anteriormente, pois o objetivo de do estudo é apresentar situações justifiquem e esclareçam fazeres e aspectos da gestão democrática e da educação especial com seu viés na inclusão. Por isso, exige da pesquisa uma maior rigidez no planejamento do que será realizado.

Em completude a isso Paro (2001) salienta que:

Com relação ao aspecto metodológico, pareceu-nos que a opção mais acertada seria uma investigação que privilegiasse técnicas qualitativas de análise, buscando examinar em profundidade os múltiplos aspectos que envolvem a questão da participação da comunidade na escola (PARO, 2001, p.40).

Para coleta de dados foi utilizado uma entrevista, uma ferramenta que proporciona uma gama de informações completas e importantes para a pesquisa, em um tempo relativamente curto. Os entrevistados foram dez sujeitos que ocupam a posição de gestores de escolas municipais de Barra de São Francisco - ES, sendo: 03 professores gestores da SEMEC, que não atuam diretamente na escola campo da pesquisa, mas estão em constante interação com os envolvidos; 01 diretores escolar, 04 pedagogos escolares e 02 coordenadores escolares.

A entrevista foi realizada com cada participante presencialmente de acordo com o protocolo da COVID-19. Nela constam perguntas abertas que visam obter as expressões dos sujeitos, por meio das quais, pudemos construir uma análise com foco no modelo de gestão democrática.

Vale destacar que para a preservar as identidades dos participantes seus nomes não serão expostos e para isso foram utilizadas as seguintes denominações:

P1, P2, P3 e P4 como pedagogo escolar; C1 e C2 como coordenador escolar; G1, G2 e G3 como professor gestor e D1 como diretor.

Sobre a utilização do uso da entrevista, Gil (1999) diz ser,

[...] seguramente a mais flexível de todas técnicas de coleta de dados de que dispõem as ciências sociais, é importante destacar algumas técnicas para utilização da entrevista, também compreender vantagens quanto ao seu uso. É imprescindível que o pesquisador tenha consciência da qualidade e quantidade das informações que pretende coletar, tornando-se assim lúdica para o pesquisador na escolha de sua técnica, onde o mesmo deve identificar as fraquezas e pontos fortes (GIL, 1999, p.118).

Gil (1999) aponta algumas outras vantagens que as entrevistas sobressaem sobre outras formas de coleta de dados, vejamos:

[...] proporcionar a obtenção de maior número de respostas; disponibiliza a flexibilidade muito maior, sendo que o entrevistador pode esclarecer o significado das perguntas e adaptar-se mais facilmente às pessoas e às circunstâncias em que se desenvolve a entrevista; permite captar a expressão corporal do entrevistado, bem como a tonalidade de voz e ênfase nas respostas (GIL, 1999, p. 118).

Gil (1999) esclarece que o instrumento de entrevista pode apresentar algumas desvantagens, sobre as quais o pesquisador deve antentar a fim de dirimir possíveis dissonâncias. São esses os pontos apontados pelo autor:

- a) a falta de motivação do entrevistado para responder as perguntas que lhe são feitas; b) a inadequada compreensão do significado das perguntas; c) o fornecimento de respostas falsas, determinadas por razões conscientes ou inconscientes; d) inabilidade, ou mesmo incapacidade, do entrevistado para responder adequadamente, em decorrência de insuficiência vocabular ou de problemas psicológicos; e) a influência exercida pelo aspecto pessoal do entrevistador sobre o entrevistado; f) a influência das opiniões pessoais do entrevistador sobre as respostas do entrevistado (GIL, 1999, p.118).

Isso posto, cabe ao pesquisador ter sensibilidade e primar para minimizar tais desvantagens. Assim, buscou-se nessa coleta de dados conferir maior clareza às perguntas, estimular os entrevistados sobre a importância de sua opinião sobre o tema pesquisado e os contributos que o estudo possibilitará à escola e à sociedade. Durante os momentos das entrevistas, fizemos um diálogo que tornou possível esclarecer as dúvidas dos entrevistados que minimizaram seus desentendimentos.

4.1 O CAMPO DA PESQUISA

A unidade escolar faz parte da rede municipal de ensino público de Barra de São Francisco-ES, situada em meio urbano. A rede de ensino atende a aproximadamente cinco mil e setecentos (5.700) alunos, divididos em trinta e duas (32) escolas, sendo que vinte (20) dessas escolas possuem diretor escolar e as demais não possuem e são orientadas por uma equipe de professores gestores localizados na sede da Secretaria Municipal de Educação (SEMEC). Contudo, para coletar os dados, focou-se em profissionais que atuam em uma só unidade escolar, com exceção dos três gestores da SEMEC, que atuam em interação com os atores escolares.

A unidade escolar foco desta pesquisa oferta o Ensino Fundamental II (anos finais do 6º ao 9º ano) e atende 722 estudantes, sendo desses, 64 com deficiência e que estão sendo preparados para iniciar o ensino médio e entrar na trajetória de trabalho. O Quadro 3 apresenta o quantitativo de alunos e suas respectivas deficiências na escola do estudo.

Quadro 3 – Quantitativos de Alunos público-alvo da Educação Especial e respectivas deficiências

DI – Deficiência Intelectual	20 alunos
DV- Deficiência Visual	01 aluno
DA- Deficiência Auditiva	00 alunos
TEA- Autista	11 alunos
DM- Deficiência Múltipla	00 aluno
DF- Deficiência Física	01 aluno
OUTROS- Alunos que possuem laudos, mas que não se enquadram no quadro das deficiências	31 alunos
Total de alunos	64

Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Os alunos designados como “outros” são aqueles que possuem laudos, mas que não se enquadram no quadro das deficiências. É feito um atendimento diferenciado por professores das salas regulares de ensino, nas salas de recurso.

Diante disso, elencam-se a seguir, os aspectos que a pesquisa buscou investigar para formular uma compreensão e descrever uma análise que responde ao problema proposto, baseado das proposições de Rodrigues (2003).

a) Se os personagens sujeitos da pesquisa valorizam o direito à educação para a vida e mundo do trabalho; b) Como está sendo viabilizada a promoção e a garantia dos direitos humanos e a aprendizagem dessas crianças, no âmbito da gestão média e micro. c) verificar quais as ações estão sendo realizadas; se, estão sendo incentivados ao empreendedorismo, à inovação e à tecnologia; d) Infraestrutura: Como a escola favorece a inclusão e as adaptações necessárias e de que forma atendem às necessidades específicas dos estudantes da educação especial; e) Quais são as legislações e regimentos que fundamentam a gestão democrática e a educação inclusiva; f) Currículo: Como acontece as flexibilizações dos conteúdos; se o currículo é o mesmo para todos, quais as habilidades e competências necessitam de uma atividade diferenciada, como deve ser pensado as necessidades do estudante, quais métodos podem favorecer a aprendizagem e facilitam a leitura e visualização das imagens de modo em se conseguir interpretar melhor.

Verificou também como são efetivadas as práticas, com foco nos seguintes pontos: g) Planejamento: se consideram as dificuldades do educando no ato do planejamento; se o professor planeja a aula se adequando ao aluno; h) como é feita a acolhida sensível: identificando se existe a criação de caminhos alternativos de aprendizagem, observando o que o aluno precisa para adquirir aprendizagens significativas e que sirvam para desenvolver sua autonomia; i) quais mecanismos são usados para promover a interação com as famílias: de que forma ocorre essa interação, se há apoio da família, se as decisões são centralizadas ou democráticas.

À vista disso, os dados foram levantados no sentido de entender como acontece o cumprimento da Lei, se a instituição se respalda financeiramente em ações para que as medidas de inclusão física e estruturais ocorram juntamente com os gestores, como também, se realiza a análise da formação docente e se há relação professor/aluno/família de forma afetiva para o atendimento do público.

Dessa forma, o percurso metodológico buscou compreender as diferentes fases do processo de investigação, percorrendo caminhos desde a elaboração da entrevista, a visitação ao ambiente educacional e o concreto levantamento das informações. A pesquisa buscou verificar como a gestão se articula do início ao final

do ano letivo e quais ações são tomadas para que a inclusão aconteça, no contexto escolar.

Diante disso, a entrevista compreendeu questões que demonstram a importância da efetividade e da prática docente inclusiva, tal como, a gestão educacional prioriza e dimensiona esses espaços. Em sua aplicação, contou com o Termo Livre Esclarecido e a autorização para a efetiva participação na pesquisa.

Também foram levantados dados do Plano de Trabalho para a Educação Especial da rede municipal de ensino, de Barra de São Francisco, do anos 2019, como o intuito de verificar se contempla a aplicabilidade de uma educação inclusiva que seja democrática e humanizada. O referido plano orienta os seguintes objetivos:

- Implementar e organizar as novas salas de recursos contempladas no Programa de Implementação das salas pela Portaria nº38/2011;
- Realizar cursos específicos de LIBRAS para formação de professores para atendimento às salas de aula (professor - intérprete) para atendimento às salas de recursos, reestruturando-as;
- Promover Formação Continuada para os professores das salas de aula regulares visando ressignificar suas práticas pedagógicas para um melhor atendimento aos alunos;
- Proporcionar condições para o acesso e a permanência dos alunos á escola em todas as etapas da escolarização respeitando os ritmos próprios dos alunos com ajuda de profissionais da Rede de Apoio (cuidadores, professores especializados, professores das salas regulares de ensino, estagiários e colaboradores);
- Definir normas e critérios no que concerne ao número de alunos nas classes comuns onde houver alunos com deficiências e transtornos globais do desenvolvimento visando redução de alunos para um melhor atendimento de todos;
- Assegurar o atendimento educacional especializado na Proposta Pedagógica das unidades escolares atendendo assim às necessidades educacionais dos alunos;
- Reestruturar a Proposta Pedagógica, visando implementações de acordo com a nova Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva Inclusiva (2008). (BARRA DE SÃO FRANCISCO, 2019, p. 25 -26)

Em consonância com esses objetivos foi elaborado um Guia de Orientações para os gestores que contém estratégias e sugestões para cada vez mais a gestão ampliar seu fazer pautados em aspectos democráticos e humanizados, a fim de auxiliar no desenvolvimento da educação inclusiva humanizadora.

5 ANÁLISE DE DADOS E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Este capítulo descreve os modos de atuação da gestão da educação especial no município de Barra de São Francisco, a partir das visões dos sujeitos entrevistados. Posteriormente, apresenta uma síntese sobre a necessidade, funcionalidade e objetividades da elaboração do produto final educativo disponibilizado pela pesquisadora em caderno separado do corpo deste texto. Trata-se de um Guia de Orientações para o Atendimento de Crianças com Deficiência.

5.1 A GESTÃO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO MUNICÍPIO DE BARRA DE SÃO FRANCISCO-ES

Na sede da Secretaria Municipal de Educação no Município de Barra de São Francisco/ES (SEMEC) existe o setor denominado Gestão da Educação Especial e Inclusiva incumbido de coordenar a rede de ensino a partir de uma visão macro da educação especial, na rede municipal, onde são implantadas melhorias para a inclusão e permanência das Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais nas escolas municipais.

A Educação Especial é oferecida pelo município sob a luz da legislação nacional e estadual, e todas as escolas da rede que possuem alunos que pertencem ao público-alvo da Educação Especial, pessoas com deficiências e/ou transtornos globais do desenvolvimento, dispõem de estagiários contratados e orientados para o acompanhamento do aluno durante o período em que estiver na escola. Eles auxiliam os alunos desde cuidados básicos até as atividades propostas, aplicando, inclusive, atividades adaptadas quando necessário que são preparadas pelo professor regente.

Este setor acompanha os alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades superdotação, matriculados na Rede Municipal de Ensino, buscando estratégias para sustentar o processo ensino aprendizagem por meio de acompanhamento sistemático às escolas e ações de formação continuada. O Setor de educação especial coordena todo o trabalho relacionado ao público da educação especial em todas as unidades de ensino da Rede Municipal, salas de recursos Multifuncionais tipo I e II inseridas nas escolas abertas a toda a comunidade local.

Tendo em vista que a Coordenação Pedagógica de Ensino Especial e Inclusiva abrange áreas distintas de atuação, que, apesar de pontos de contato, são específicas, resultando da dicotomia a necessidade de elaboração de instrumentos de planejamento diversos, apresenta-se no Plano de Trabalho da Educação Especial da Rede Municipal de Ensino no Município de Barra de São Francisco, as atribuições e ações previstas para esta coordenação nas suas duas vertentes específicas: na Perspectiva de Educação Especial e Inclusiva visa orientar o sistema educacional no sentido de assegurar a inclusão dos alunos com deficiência, transtorno global do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, criando as condições efetivas nas classes comuns do sistema regular de ensino e nas salas de recursos multifuncionais, para inclusão destes alunos à vida escolar e, conseqüentemente, à vida econômica e social.

De acordo com o documento, o nível macro é composto pela secretaria de educação, inspeção e o setor da educação especial e inclusiva sendo divididas por modalidades de ensino, conforme o organograma nos anexos.

Por outro lado, a gestão média é concebida como os responsáveis pelos acontecimentos, fenômenos intermediários que acontecem na escola, onde, neste caso, há necessidade de intervenção e garantia do direito à educação escolar e de qualidade para todos. Sendo composto por seu corpo docente: diretor, cogestores identificados como coordenadores pedagógicos, coordenadores escolares e outros membros da equipe escolar. No entanto, para se alcançar o nível de desempenho pretendido pela instituição de ensino são necessários empreendimentos, espaço físico adequado, preparo no atendimento da educação especializada e interação com a comunidade.

Já a gestão micro é formada por professores e alunos em que os sujeitos em uma sala de aula sucedem o aprendizado, exercendo assim, a cidadania, pois ocorre à gestão democrática no conselho de classe e também no conselho escolar, no qual a comunidade escolar constrói, avalia, planeja, replaneja e acompanha as implementações da proposta pedagógica na escola.

Para tal, a proposta se ocupa em transmitir a afetividade, formação, interação com a família, agente de transformação na vida do educando, ou seja, a formação e criação de um saber sistematizado. Portanto, a gestão micro promove as transformações necessárias na escola, com o intuito de promover uma aprendizagem qualificada ao desenvolvimento de alunos, nos aspectos diversos que

compõem o campo educacional, buscando então, formar cidadãos autônomos e capacitados para atuar na sociedade e contribuir com ela.

Para compreender a diferença entre as esferas macro, média e micro e explicar os fatos sociais é necessário compreender os fenômenos da macro história. De acordo com Freire (2003), a origem da palavra Gestão advém do verbo latino *gero, gessi, gestum, gerere*, cujo significado é levar sobre si, carregar, chamar a si, executar, exercer e gerar. Dessa forma, gestão é a geração de um novo modo de administrar uma realidade, sendo então, por si mesma, democrática, pois traduz a ideia de comunicação pelo envolvimento coletivo, por meio da discussão e do diálogo.

Com base nisso, de acordo com o Plano De Trabalho - Educação Especial Da Rede Municipal de Ensino (2019) do município de Barra de São Francisco- ES a educação especial,

desenvolvida pela SEMEC – Secretaria Municipal de Educação orienta sua ação nos fins da Educação Nacional, previstos no Art. 2º e artigo 3º, Inciso I da Lei Federal – LDB – 9394/96 e no Documento do Regimento Comum das Escolas Municipais de Educação Básica. A Rede Municipal de Ensino em consonância com a legislação vigente e com as orientações de documentos nacionais e internacionais vem aderindo aos pressupostos da educação inclusiva (BARRA DE SÃO FRANCISCO, 2019, p. 08-09).

Para que a escola tenha condições de atender a todos, sem distinções, colocar em prática todas as leis e fazer valer todos os direitos que todos os alunos possuem se faz necessária uma gestão voltada para o todo, com o pensamento de gerir e beneficiar todas as crianças.

Com isso, de acordo com a Lei Orgânica de abril de 2016 do município de Barra de São Francisco-ES

no Capítulo II em seu Artigo 197 faz menção: “O Poder Público Municipal tem o dever de amparar a criança, o adolescente, o portador de deficiência e o idoso, e de assegurar-lhes, nos limites de sua competência, os direitos garantidos pelas Constituições Federal e Estadual e por esta Lei Orgânica” (p. 70, 2006). No Artigo 198, no seu Inciso II diz: “Criar programas de atendimento especializado para os portadores de deficiência, bem como de sua integração social, mediante treinamento para o trabalho e a facilitação de acesso aos bens e serviços coletivos” (id, ibid., 2006). E ainda neste mesmo Artigo, no Inciso V diz: “Apoiar e incentivar, técnica financeiramente, nos termos da lei, às entidades beneficentes e de assistência social que tenham por finalidade assistir a criança, ao adolescente, à pessoa idosa e ao **portador de deficiência**”. (grifo meu, id ibid., 2006) (BARRA DE SÃO FRANCISCO, 2019, p.09)

É interessante ressaltar que a política de educação especial no estado do Espírito Santo passou por períodos diferentes e por isso merece destaque. No primeiro momento, de 2008 a 2013, o estado tentou implementar as suas ações, articulando-as às diretrizes nacionais. Assim, recomendava-se que a educação especial caminhasse junto com ensino comum para garantir tanto o acesso quanto a permanência dos alunos no ensino regular.

Além disso, a Política Nacional da Educação Especial (PNEE), em 2008, no Brasil e, em 2010, no Espírito Santo (ES), geraram um movimento das instituições especializadas, com o fechamento das escolas especiais e sua mudança para Centro de Atendimento Educacional Especializado (CAEE). Entre 2011 e 2013, as ações desenvolvidas nas redes municipais e na estadual do ES tentaram materializar as diretrizes estabelecidas pela resolução estadual em articulação com a PNEE.

No segundo período, de 2014 a 2016, com a Portaria nº 92-R, houve uma mudança na forma de financiamento dos Alunos da Educação Especial (AEE) e sua relação com as instituições especializadas no estado. Através desta portaria, fica estabelecido o credenciamento de instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos em que se define as atribuições para o acompanhamento, fiscalização e controle da execução dos serviços que girariam em torno do AEE, no contra turno do ensino regular, oferecido aos alunos que são público alvo da Educação Especial (pessoas com deficiência e Transtornos Globais do Desenvolvimento (TGD) das redes de ensino estadual e municipal. O município que aderisse ao termo de cooperação técnica ficaria desobrigado de oferecer esta modalidade de ensino.

Ao mesmo tempo que a nova legislação avançava, na definição do PAEE e na afirmação da proposição política em favor da inclusão escolar desse público, de forma articulada com o ensino comum, também regride, ao abrir espaço para a atuação de instituições especializadas não governamentais no âmbito educacional, especialmente no AEE.

No terceiro momento se estendeu de meados de 2016 aos dias atuais, marcado por um termo de cooperação técnica entre o governo do estado e os municípios, transferindo o AEE das escolas públicas para as instituições privadas de educação especial, incluindo os recursos oriundos da segunda matrícula do Fundo

de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB).

Diante disso, é importante destacar que no município Barra de São Francisco-ES, a história da educação especial se interliga diretamente com a história da criação da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) e com a criação das salas de recursos no município. Para tal, “[...] antes da criação da APAE o trabalho no município era desenvolvido por algumas mães (sem qualquer curso) que tinham filhos com necessidades educativas especiais, na própria residência” (BARRA DE SÃO FRANCISCO, 2019, p.10).

Para tal, foram realizadas diversas mudanças e alterações na modalidade de ensino da educação especial ao longo dos anos no município, para isso foi destacado que no ano letivo de 2010,

havia em média de 100 (cem) matrículas de alunos com deficiências e com transtornos globais de desenvolvimento e foram atendidos pelo Serviço de Atendimento Educacional Especializado em torno de 112 (cento e doze) alunos, sendo 109 (cento e nove) nas salas de deficiências Intelectuais/Mental, sendo destes três destes alunos são de deficiência auditiva, quatro com TGD e três alunos na sala de recurso para alunos com deficiências visuais (alunos com baixa visão). Cabe ressaltar que no início deste ano letivo a Instituição Filantrópica - APAE, após promulgação da nova política da Educação Especial enviou à SEMEC um documento contendo todos os seus alunos matriculados na instituição, nos alertando para eventuais matrículas nas escolas municipais (BARRA DE SÃO FRANCISCO, 2019, p.15).

Dessa maneira, pode-se elucidar que após as evoluções que foram acontecendo no município em relação à educação especial pode-se propôr um plano atualizado e que tivesse o intuito de cada vez mais sanar as dificuldades e ampliar a forma como o atendimento é realizado. Por isso, de acordo com o plano o objetivo era,

fomentar uma práxis pedagógica que busque o desenvolvimento da capacidade dos sujeitos com deficiência e com transtornos globais do desenvolvimento em buscar e planejar criticamente. E que tanto a comunidade escolar, quanto o alunado, atente a participação de práticas sociais que estimulem a organização e a luta por direitos iguais, seja no atendimento educacional especializado, seja na inserção e permanência das pessoas com deficiência numa sociedade verdadeiramente justa e igualitária (BARRA DE SÃO FRANCISCO, 2019, p.24).

Em consonância a isso, o município tem o intuito de expandir as oportunidades de escolarização para todos de modo efetivo e com a aplicabilidade

das políticas públicas de uma educação inclusiva e atual, por isso, ao se tomar medidas que sejam aplicáveis pode contribuir na qualidade do ensino.

Neste estudo, considera-se que uma gestão de qualidade seja pautada na interação coletiva e no diálogo entre as partes interessadas que permeiam todo o processo educacional: gestores, coordenadores pedagógicos, coordenadores escolares, professores de sala regular de ensino e professores das salas de recurso multifuncional, estagiários, educando, pais e ou responsáveis, família, comunidade, órgãos governamentais envolvidos.

As responsabilidades dos gestores estão baseadas em competências de liderar os processos educacionais, engajando-se em um processo consciente e ativo de autodesenvolvimento a fim de aprimorar sua capacidade profissional na gestão educacional. É fundamental a utilização de indicadores para se avaliar alguns aspectos que interferem na qualidade da educação especial inclusiva, tais como ambiente educativo, prática pedagógica, ambiente físico escolar, formação e condições de trabalho dos profissionais da escola e avaliações oficiais, mapeando o cenário no qual estão inseridas com o propósito de maior conhecimento e identificação das direções a se tomar, tirando proveito dessa estratégia.

Todavia, é importante considerar que o Programa Escola Acessível, da Secretaria de Educação Especial tem por objetivo adequar o espaço físico para promover uma acessibilidade maior nas instituições de ensino. Para as escolas que se interessarem, elas devem apresentar um plano de trabalho no Plano de Desenvolvimento da Escola (PDE) em que os recursos para tal realização são passados pelo Programa Dinheiro na Escola (PDDE) à instituição de ensino participante.

Em completude a isso, o Plano de Trabalho da Educação Especial do município de Barra de São Francisco-ES previu em seu objetivo a as seguridade e implantação do programa escola acessível,

3.2.9 - Agilizar o transporte escolar adequado visando à locomoção dos alunos às salas regulares e às salas de recursos multifuncionais; 3.2.10 - Zelar pela transparência dos recursos financeiros do Programa Escola Acessível garantindo que os mesmos sejam aplicados na promoção da acessibilidade dos alunos e no apoio à inclusão escolar; [...] BARRA DE SÃO FRANCISCO, 2019, p.25)

Tal implementação vem garantir o desenvolvimento de uma educação especial inclusiva humanizadora e democrática que coloca o aluno dentro do

processo de ensino aprendizagem e o aproxima de uma inclusão significativa e com objetividades.

Dessa forma, é imprescindível que as escolas se adéquem à nova demanda de alunos, cujos direitos de frequentar a instituição regular de ensino são reafirmados na Resolução CNE/CEB nº 2/2001 - Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, que dispõe em seu Art. 2º que os sistemas de ensino devem matricular todos os estudantes, cabendo às escolas organizarem-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos como previsto pelo MEC/SEESP (2001).

Ainda considerando que todas as esferas (macro, média e micro gestão) demandam compromissos e responsabilidades em regime de colaboração que possibilitem a construção de políticas públicas de educação especial na perspectiva inclusiva, constituída entre União, Estado, juntamente com os Municípios, visto que para melhor compreensão a macrogestão é responsável pelos fatos marcantes que acontecem que alteram a vida dos Alunos da Educação Especial (AEE), é necessário que as escolas desenvolvam práticas e ações propiciando ensino na adversidade.

Portanto, há que se responder como se pode melhorar o panorama da educação especial e inclusiva para que os alunos possam ter acesso facilitado e garantia de permanência nas escolas comuns da educação básica. Portanto, isso requer: menos burocracia, descentralização do poder, financiamento da educação especial em regime de colaboração visando os recursos destinados pelos municípios para efetivação dessa modalidade de ensino e de todas as outras e que integra a outras disciplinas. Para isso, é necessária mais agilidade, avanços na tecnologia, transparência, centro e adequação na prática do cotidiano, como: escola, aluno, professor, gestores, famílias, comunidade, com destaque na valorização na produção das micropolíticas que acontecem nas escolas com ênfase ao docente.

Nesse sentido, Sasaki, 1999 p. 42 afirma que:

A inclusão social, portanto, é um processo que contribui para a construção de um novo tipo de sociedade através de transformações, pequenas e grandes, nos ambientes físicos, espaços internos e externos, equipamentos, aparelhos, utensílios mobiliário e meios de transportes e na mentalidade de todas as pessoas, portanto também do próprio portador de necessidades especiais. (SASSAKI, 1999, p. 42).

Com o intuito de melhorar as condições de ensino e aprendizagem para que todos participem e consigam uma educação de qualidade, onde a totalidade dos alunos seja atendida independente de suas capacidades, tem que se efetivar a educação inclusiva. Segundo Rodrigues (2005), a inclusão tem a perspectiva centrada no aluno, com foco nas suas necessidades de aprendizagem, deve ser valorizada a diversidade tanto na escola quanto na comunidade. Conforme Alves, 2005, p.23:

A educação inclusiva implica eliminar barreiras que se contrapõem à aprendizagem e à participação de muitas crianças, jovens, adultos, com a finalidade de que as diferenças culturais, socioeconômicas, individuais e de gênero não se transformem em desigualdades educativas. Definitivamente, a educação inclusiva centraliza a sua preocupação no contexto educativo e em como melhorar as condições de ensino e aprendizagem, para que todos os alunos participem e se beneficiem de uma educação de qualidade (ALVES, 2005, p. 23).

A educação especial é prevista pela Constituição Federal de 1988, pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (Brasil, 1996) e que há políticas públicas em todas as esferas: em âmbito Nacional, Estadual e Municipal. Entretanto, não surpreende o fato de que existam algumas demandas e desafios, a depender da realidade de cada sistema de ensino, que garantam a concretização de uma política educacional transformadora, no sentido de possibilitar que as escolas se tornem acolhedora e competente para construção individual e coletiva do saber.

Com base no que foi citado, pode-se considerar que um dos grandes desafios da rede municipal de ensino de Barra de São Francisco – ES é a,

construção de uma política educacional que esteja pautada em princípios sociais democráticos e que se estabeleça através de propostas inclusivistas que valorizem a diversidade humana, abrindo espaços para que todos, independentemente de suas diferenças, para que possam exercer dignamente sua cidadania. Temos a esperança de que a inclusão dos alunos público-alvo da Educação Especial se realize de fato na prática escolar, para que possamos promover uma educação com “todos” e “para todos” (BARRA DE SÃO FRANCISCO, 2019, p.24).

Afirmar esta, que é descrita assiduamente nos objetivos previsto no plano de trabalho de modo que seja garantida com inclusão e direcionada a todos.

Efetivar Políticas públicas da Educação Especial na Rede Municipal de Ensino no sentido de propor e implementar ações visando ampliar a oferta de escolarização dos seus sujeitos público - alvo e revitalizar a Educação Especial através de ampliação da oferta do atendimento educacional especializado nas salas de recursos, capacitação e formação específica (DM, DA), formação da equipe multidisciplinar e fortalecimento de uma

educação Municipal Inclusiva para que a secretaria promova uma Educação com TODOS e para TODOS (BARRA DE SÃO FRANCISCO, 2019, p.24).

Dados do Censo Escolar de 2019, divulgados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), indicam que o número de pessoas com deficiência tem aumentado. Essa realidade se interpõe como um desafio à sociedade e ao sistema educacional. Sendo assim, é importante que haja interferências baseadas no controle de dados e planejamentos antecipados para atender à demanda, pois os agentes demandados devem criar as necessidades reais concretas para resolver com adequação e sustentabilidade de atendimento ao educando na sua integralidade. Porém, há a necessidade de espaços para a troca de conhecimentos e interação de modo em inovar, pois toda oferta de educação exige uma interação e troca de ideias, posto que mudanças precisam acontecer considerando que a escola deve atender a sociedade e suas constantes transformações. Portanto, isso exige formação docente adequada a fim de promover formação de educandos capazes de atuar em uma sociedade globalizada, independentemente de suas necessidades ou dificuldades.

De acordo com os dados expostos no plano de trabalho de 2019 do município de Barra de São Francisco-ES, no ano regente,

Dos 137 (cento e trinta e sete) alunos públicos - alvo da educação especial matriculados nas escolas municipais, 61(sessenta e um) recebem o atendimento educacional especializado e 25(vinte e cinco) que faz parte dos alunos com transtornos funcionais específicos também recebem atendimento nas salas de recursos e 76 (setenta e seis) não recebem este atendimento nas escolas municipais, mas, convém ressaltar que alguns destes alunos recebem o atendimento educacional especializado na instituição especializada/APAE e outros nem recebem este serviço, pois falta transporte escolar, falta oferta de salas de recursos em escolas da zona urbana, rural, dentre outros fatores (BARRA DE SÃO FRANCISCO, 2019, p.35).

Diante disso, conforme o artigo 3º da Resolução nº 02, de 11 de fevereiro de 2001, da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação – CEB/CNE caracteriza a Educação Especial:

Por educação especial, modalidade da educação escolar, entende-se um processo educacional definido por uma proposta pedagógica que assegure recursos e serviços educacionais especiais, organizados institucionalmente para apoiar, complementar, suplementar e, em alguns casos, substituir os serviços educacionais comuns, de modo a garantir a educação escolar e promover o desenvolvimento das potencialidades dos educandos que apresentam necessidades educacionais especiais, em todas as etapas e modalidades da educação básica (BRASIL, 2001, p. 01).

A necessidade de transformação na maneira de pensar, ser e agir vem com a finalidade ou objetivos claros para atender uma população visível, uma demanda que vem da sociedade, visualizar os fatos reais, pois não se pode perder o controle dessa demanda, caso contrário estar-se-á fadado ao fracasso tanto do aluno, como da escola e da sociedade.

Existe uma demanda macro histórica que causa impotência, mas a rede municipal de ensino pode, desde que integrada aos profissionais da educação e a comunidade escolar, promover mudanças a fim de conduzir melhor o cenário da educação especial e inclusiva.

Assim, pode-se pensar na possibilidade de aumentar a população de pessoas com deficiência no ranking da educação e a partir desse ponto promover ajustes necessários com consciência e responsabilidade social a fim de atender a demanda independentemente da cor, raça, credo, gênero, situação sócio histórico de modo que a teoria e a prática estejam relacionadas e que as ações curriculares considerem a realidade educacional dos educadores.

A contemporaneidade exige a necessidade de uma gestão além dos muros das escolas, não para fazer um paliativo, mas uma ação conjunta para resolver de fato essa situação que trás tantas incertezas, inseguranças e ansiedade para todos os profissionais da educação bem como uma ação conjunta onde escola, aluno, família e comunidade devem permanecer juntas formando um viés crítico, reflexivo e participativo.

Tal iniciativa visa à promoção de uma sociedade mais igualitária, mais justa, mais humanizadora, desenvolvendo a ampliação do processo de construção do conhecimento do estudante observando sua realidade o seu contexto sociocultural que são fundamentais para seu crescimento respeitando seus modos de ser e de se expressar ampliando seus conhecimentos em todos os seus aspectos, físico, psicológicos, cognitivos, emocionais, sociais, tecnológicos.

Para garantir o atendimento aos alunos com necessidades educacionais especiais a LDB 9394/96, no artigo 59, diz que: Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos público-alvo da educação especial: currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específica para atender suas necessidades. Diante disso, Minetto (2008) destaca que:

A educação é responsável pela socialização, que é a possibilidade de convívio, com qualidade de vida, de uma pessoa na sociedade;

viabiliza, portanto, com um caráter cultural acentuado, a integração do indivíduo com o meio. A ação pedagógica conduz o indivíduo para a vida em sociedade, produzindo cultura e usufruindo-se dela. É certo que as modificações em todos os âmbitos da sociedade afloram as desigualdades, de modo a impulsionar discussões sobre as exclusões e suas consequências e lançar a semente do descontentamento e da discriminação social, evidenciando-se a necessidade de mudanças nas políticas públicas (MINETTO, 2008, p.19).

Sobre tal, em Barra de São Francisco-ES pode-se destacar que a implantação e aprimoramento ressaltam um plano de ação que foi desenvolvido para sanar tais discordâncias baseadas em leis, decretos e regimentos. Sobre tal, no plano de trabalho proposto foi possível destacar que as ações que foram desenvolvidas pelo setor da educação especial foram:

- Estruturação e Reformulação do Plano de Trabalho com ações/metavíáveis para o desenvolvimento da Educação Especial para o próximo ano letivo de 2019;
- Ampliação da oferta das salas de recursos para atendimento dos alunos com deficiências no contraturno;
- Formação em serviço visando capacitar pedagogos (das escolas regulares e dos CMEIs), professores especializados e Rede de Apoio para melhor atendimento aos alunos e instrumentação teórica e prática para as escolas tornarem mais inclusivas;
- Reunião de estudo com os pedagogos e professores especializados visando sensibilizá-los para mapear os alunos talentosos/altas habilidades e com superdotação matriculados nas escolas municipais objetivando o atendimento educacional especializado dos mesmos;
- Adesão ao “Programa BPC” na Escola em articulação com as secretarias de Educação, Saúde e Assistência Social formando o Trio-Gestor para acompanhar e monitorar os alunos beneficiários deste programa visando o acesso e permanência dos mesmos às escolas;
- Articulação com a Secretaria de Saúde para atendimento clínico dos alunos com aquisição de consultas com Neurologista, Fonoaudiólogos e Psicólogos para agilização dos laudos e melhor atendimento pedagógico a estes alunos e suas famílias;
- Elaboração da Estatística por categorias, por série, por idade dos alunos público-alvo da Educação Especial inclusos nas salas de aula regular e no contraturno (SRM) que recebem o Atendimento Educacional Especializado – AEE;
- Aquisição de verba federal através do Programa “Transporte Escolar Acessível” objetivando adquirir um ônibus adaptado visando promover o acesso das pessoas com deficiências às escolas municipais;
- Participação no Seminário Nacional da Educação Especial e XII Seminário Capixaba de Educação Inclusiva realizado em Vitória, no Teatro da UFES (Universidade Federal do Espírito Santo);
- Participação da formação do Programa: “Direito à Diversidade”, promovido pelo MEC na cidade - polo de Nova Venécia - ES;
- Participação em reuniões da UFES na cidade de Vitória para monitoramento e avaliação do Plano de Trabalho/2017 e reunião no Ministério Público sobre a Educação Especial na Perspectiva Inclusiva;
- Elaboração e reestruturação de fichas descritivas e documentos próprios do Setor da Educação Especial;
- Atendimento ao público externo e famílias com orientações sobre os direitos dos seus filhos (BARRA DE SÃO FRANCISCO, 2019, p.63-65).

Essas são medidas que visam cada vez mais aproximar o aluno público-alvo da educação especial da escola de forma que criem relações construtivas para a o seu desenvolvimento e seja incluído de forma ativa em todo o ambiente escolar. Por

isso que as propostas criadas pelo plano de trabalho do município de Barra de São Francisco são importantes ações que norteiam o trabalho dos gestores e professores e devem ser levados em consideração.

Ao se abordar as objetividades do município com ações como a reformulação e reorganização do plano de plano para o ano letivo; ampliação de salas; reestruturação de recursos; aquisição de verbas para programas como o Programa Escola Acessível; construção de rede de apoio, aquisição de materiais; articulação das diversas secretarias para auxiliar no atendimento do aluno público alvo da educação especial, dentre outras ações, elas possibilitam criar, estabelecer e promover uma inclusão vigente e uma gestão democrática e humanizada que está atenta as particularidades e necessidades dos sujeitos.

Diante do exposto, é importante considerar que sem o subsídio da secretaria de educação muitas arestas ainda estariam abertas, o mesmo aconteceria se os gestores e professores não agissem da forma como é previsto e substanciado para atingir os objetivos e metas traçados.

Posto isso, considerar o aluno parte integrante e participativa do processo de desenvolvimento e inclusão é um dos primeiros passos para a criação de uma verdadeira educação inclusiva.

5.2 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS COLETADOS NAS ENTREVISTAS

A necessidade de proporcionar uma gestão democrática humanizada que torna a escola um ambiente agradável e capaz de incluir os alunos com deficiência, é uma das tarefas e desafios que o gestor se depara em seu fazer na instituição de ensino.

Com relação à compreensão que os sujeitos têm sobre Educação Especial Inclusiva, os participantes responderam que:

Tabela 1 – Percepções dos participantes sobre a Educação Especial Inclusiva

PARTICIPANTES	RESPOSTAS
C1	Oportunidade para o atendimento das necessidades educacionais com ênfase nas competências, capacidades e potencialidades dos educandos.
C2	É aquela que atende ao artigo quinto da Constituição Federal. Hoje se tem muita discussão sobre o assunto, mas na prática se

	cria uma cortina de fumaça em torno do assunto e o maior prejudicado é a clientela. Primeiro que é um gesto de tratar o ser humano igual como diz a Constituição Federal no art. 5º, que a inclusão seja feita na prática sem cortina de fumaça, mas preparando todo o corpo docente, administrativo, pedagógico, com conhecimento aprofundado de causa, a lei os diretos e os deveres.
G1	Atendimento especializado para todos os estudantes que necessitarem.
G2	Educação especial é uma modalidade de ensino que visa assegurar às crianças, adolescentes e adultos o atendimento especializado- AEE. Por conseguinte e/a educação é especial e precisa ser inclusiva como todas as outras modalidades, que é garantir que a educação seja equânime para todos, uma vez que é garantia constitucional.
G3	Entendo que a Educação Especial é uma modalidade de ensino que se destina a alunos com alguma deficiência e que perpassa todos os níveis de ensino. Já Educação Inclusiva é aquela que desperta o senso de pertencimento entre os alunos e propõe a valorização e o acolhimento das diferenças . Dentro dessa proposta, todos os alunos são incluídos igualmente, sem distinção alguma, contemplando diversidades socioculturais, étnicas, de gênero, intelectuais, e assim por diante.
P1	Nossa o que eu entendo hum, a educação especial inclusiva, entendo que um meio de inserir o aluno na sociedade, antes o aluno ficava muito escondido não convivia nem interagia com outras pessoas, hoje ele tem essa inclusão interagindo com a escola com de acordo com a inclusão de acordo com a nova lei de inclusão. O aluno que às vezes não damos nada por eles, mas agora com novos métodos, ajuda dos professores especializados ele aprende algo e adquire conhecimento por mais dificuldade que ele tenha. É um método de ensino que deve abranger todo tipo de alunos independente de suas crenças, raças ou religião, método que deve ser ensinado a pessoas com necessidades especiais da mesma forma que trabalhamos as demais crianças sem exclusão.
P2	Inserir todas as crianças com algum tipo de deficiência no ambiente escolar
P3	È uma necessidade que os alunos especiais precisam dos professores para ajudar e eles não serem escolhidos da sociedade
P4	Aquela educação que atende o aluno nas suas individualidades que inclui ao invés de excluir.
D1	Educação especial inclusiva significa inserir o aluno juntamente com os professores regular de ensino e o professor especializado da educação especial dentro do mesmo contexto.

Fonte: Elaborado pela autora (2021)

As respostas permitem inferir que os participantes reconhecem e descrevem que a educação inclusiva representa respeito às especificidades das pessoas com deficiência e o senso de tratamento igualitário. Um dos respondentes se referiu à importância de valorizar e acolher esses sujeitos. Em suas manifestações deixaram claro que o aluno é o centro do processo de ensino.

Essa questão elucida e traz a reflexão sobre a objetividade do estudo em analisar como a gestão democrática pode motivar a comunidade escolar para o exercício de uma prática inclusiva, assim, quando os gestores afirmam reconhecer esse fazer, cabe a ele estender esse conhecimento a toda instituição escolar.

Todos os participantes afirmaram ter conhecimento da Lei nº 10.098/00, que estabelece normas e critérios para a promoção da acessibilidade as pessoas com deficiência que regula a educação especial inclusiva no Brasil. Sobre a qual opinaram com as seguintes expressões:

Tabela 2 – Opiniões dos participantes sobre a Lei nº 10.098/00

PARTICIPANTES	RESPOSTAS
C1	Sim. Esta lei é muito importante, pois ajuda a combater o preconceito, buscando o reconhecimento e a valorização das diferenças através da ênfase nas competências, capacidades e potencialidades de cada um, porém ainda está muito longe de ser implementada de forma satisfatória nas escolas por causa da realidade das mesmas.
C2	Sim. É a mais completa, se colocada em prática pelos entes federados. Porém, ela é executada em fatias, o que dificulta a essência da Lei e essa maneira de emprego, causa mais danos aos favorecidos de curto, médio e a longo prazo. Ela, no seu bojo, é eficiente. Há necessidade de que seja respeitada na prática, sem remendos e digressões. A lei tem no seu bojo a base para que a educação a Educação Especial Inclusiva seja executada de maneira eficaz, fazendo com que o docente e discente caminhe lado a lado na prática do respeito mútuo e da interação.
G1	Parcialmente. Acredito que deva ter algo em seu conteúdo que facilite o acesso ao atendimento especializado a todos estudantes.
G2	Sim. Entendo que a lei é justa e pretende garantir adequações físicas, no sentido de garantir acesso a espaços públicos e privados, a transportes, a comunicação.
G3	Sim. Esta Lei estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, mediante a supressão de barreiras e de obstáculos nas vias e espaços públicos, no mobiliário urbano, na

	construção e reforma de edifícios e nos meios de transporte e de comunicação. Que infelizmente ainda hoje, mesmo com quase 17 anos da aprovação da Lei da Acessibilidade, poucas são as cidades que realmente mostram comprometimento com a causa e com a legislação. A maioria das cidades brasileiras não segue o que estabelece a lei , não proporcionando às pessoas com deficiência física e/ou mobilidade reduzida o acesso às repartições públicas e privadas, de forma que estas possam levar uma vida, no mínimo, próxima da normalidade. Uma realidade que precisa ser mudada.
P1	Sim. Para mim, a lei nº 10.098/00, é muito importante, pois garante as pessoas com necessidades especiais a usufruir os mesmos direito que as demais, com segurança e autonomia. Mas infelizmente, na maioria das vezes não é respeitada pela sociedade. A lei nem sempre é cumprida como deveria, sabemos que as falhas não são somente das instituições de ensinos, como também dos órgãos competentes que permitem ainda a ausência de acessibilidade por falta de fiscalização para que essa lei seja cumprida.
P2	Sim. Ela precisa ser cumprida em todas as suas especificidades.
P3	Sim. Ela precisa ser cumprida em todas as suas especificidades.
P4	Sim. Importante, realmente precisávamos de uma lei que regularizasse esse atendimento, infelizmente quando não é lei não se cumpre, trata essas questões de qualquer jeito.
D1	Sim. Ela é essencial para a sociedade, principalmente para interagir o aluno com necessidades especial com toda a comunidade escolar.

Fonte: Elaborado pela autora (2021)

De acordo com, Schön (2000) é importante que os profissionais da educação conheçam as leis e regimentos que regem as particularidades pertencentes à educação, pois dessa forma, garante um atendimento que está embasado nas leis.

As expressões dos sujeitos permitiram constatar que todos os participantes conhecem a lei e a aprovam como um dispositivo de inclusão que busca promover a acessibilidade e afirmaram que é essencial para a sociedade, pois os gestores estabelecem momentos de interação com toda a comunidade escolar.

Todos os participantes afirmaram já terem trabalhado com alunos público-alvo da educação especial, dentre as quais citaram: Transtorno de Déficit de Atenção Hiperatividade (TDAH), Síndrome de Down, Deficiência Auditiva, Transtorno do Espectro Autista, Deficiente Visual, Deficiência intelectual, Deficiente físico, Déficit de Atenção, Hiperatividade e déficit de atenção. Assim, fica depreendido que os profissionais da escola possuem conhecimento acerca das necessidades que alguns

alunos apresentam e que estes, por vezes necessitam de formação para atuarem com essa diversidade de público.

Os participantes revelaram que em sua prática procuram atender ao que está previsto na Lei Brasileira de Inclusão, como garantia para inclusão escolar de forma ampla e suficiente. Porém, destacaram também que alguns pontos precisam ser melhorados, tal como ressaltou o participante P1:

Sim. De acordo com os recursos disponíveis na Instituição e que consta nessa lei. Porém, sabemos que ainda precisamos melhorar muito. Por exemplo: A falta de uma capacitação melhor para os professores, acessibilidade, recursos didáticos necessários para facilitar a aprendizagem desses alunos e para um melhor desempenho, mas acredito que o meu trabalho e de toda a equipe está de acordo com a Lei.

Para Mantoan (2003), é importante considerar que a inclusão ocorre a partir do momento em que se busca entender e reconhecer o outro em suas particularidades. Assim, será possível estabelecer, criar e estipular forma de interação e inclusão sem deixar que as necessidades sejam cumpridas. Por essa razão é considerável que a prática dos profissionais de educação esteja pautada nas atribuições das leis e documentos.

Os relatos que descrevem como ocorre sua prática na escola, para ensinar pessoas com deficiência, os participantes assim relataram:

Tabela 3 – Manifestações sobre as práticas concretizadas na escola para ensinar pessoas com deficiência

PARTICIPANTES	RESPOSTAS
C1	Na prática enfrentamos muitos desafios, pois a estrutura física da escola não é adequada, faltam recursos, número excessivo de alunos nas turmas que dificulta um atendimento mais próximo desses alunos, falta de formação dos professores, preconceito em relação á deficiência.
C2	Há uma profissional que auxilia o professor. Essa pessoa medeia o processo entre o estudante e o regente de classe. As atividades e o convívio são transmitidos dentro das capacidades sócio-interativa e educacional. Não há excesso no processo de ensino/ aprendizagem. Há acompanhamento do setor pedagógico em todo processo.
G1	Não posso atender de maneira satisfatória, não considero que tenho a formação necessária.
G2	O ensino as pessoas com deficiência precisa acontecer como ato de direito e equidade, tendo que ter as adaptações que forem necessárias e acesso ao que for comum a todos

	respeitando suas deficiências;
G3	Na educação no Atendimento Educacional Especial procuro elaborar, executar e avaliar o Plano de AEE do aluno, contemplando a identificação das habilidades e necessidades educacionais específicas de cada um, buscando a definição e a organização das estratégias, serviços e recursos pedagógicos e de acessibilidade, priorizando o tipo de atendimento conforme as necessidades educacionais específicas de cada aluno, Programando , acompanhando e avaliando a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade no AEE, na sala de aula comum e nos demais ambientes da escola. Produzindo materiais didáticos e pedagógicos acessíveis, considerando as necessidades educacionais específicas dos alunos matriculados na sala de Recurso Multifuncional e os desafios que estes vivenciam no ensino comum, a partir dos objetivos e das atividades propostas no currículo, procurando sempre desenvolver uma articulação com os professores da sala de aula comum e com demais profissionais da escola, orientando os demais professores e as famílias sobre os recursos pedagógicos e de acessibilidade utilizados pelo aluno de forma a ampliar suas habilidades, promovendo sua autonomia e participação.
P1	Há algum tempo iniciamos com trabalho de preparação de nossos profissionais, é claro que dentro da medida do possível, capacitando-os para trabalhar com essas necessidades, com adaptações de projetos pedagógicos, uso da tecnologia e também adequando o ambiente, como escadas com rampas, banheiro adaptado e dentre outros.
P2	Procuramos fazer uma triagem para atender nossos alunos na sala de recurso multifuncional e também dando suporte na sala regular de ensino;
P3	Temos professores especializados que atendem na sala de recurso multifuncional que atende no contraturno que o aluno estuda e na sala regular de ensino junto ao professor da sala de aula, trabalha com multimídias, jogos pedagógicos, reuniões de pais, capacitações feitas por gestores do setor da Educação Especial Inclusiva do município- SEMEC para professores, estagiários, gestores, palestras de conscientização sobre as deficiências.
P4	Procuro fazer um planejamento adaptado, fazer com que o aluno se sinta incluído em sala de aula.
D1	São atendidas na sala regular e também na sala do recurso.

Fonte: Elaborado pela autora (2021)

Destaca-se que os profissionais da educação fazem seus trabalhos de forma a atenderem o que é exigido pelas leis e regimentos, bem como garantindo uma inclusão satisfatória. De acordo com Bueno, Mendes e Santos (2008), para que ocorra a inclusão de forma contínua, é importante que todos os participantes da

escola estejam ligados e conhecidos deste processo. Por isso, ao ser citado pelos participantes outros profissionais que participam do processo e as práticas pedagógicas elucidam essa importância.

Quanto aos desafios e dificuldades encontradas em seu trabalho com alunos com NEE, os participantes opinaram como apontado na Tabela 4.

Tabela 4 – Principais dificuldades e desafios apresentados pelos participantes

PARTICIPANTES	RESPOSTAS
C1	Muitas dificuldades são encontradas, tais como: a estrutura física das escolas não é adequada, falta de recurso, falta de materiais específicos para cada deficiência, muitos alunos por turmas, falta de apoio por parte dos órgãos competentes.
C2	As dificuldades são a falta de incentivo, que às vezes vem da própria família, material didático cujo fim seja essa clientela, entender mais a psique dessa clientela. Desafios: aprofundar mais em conhecer as habilidades e as competências para conhecer mais e melhor esse público.
G1	Falta de formação, materiais específicos para os alunos com necessidades especiais.
G2	Houve uma mudança de paradigmas educacionais consideravelmente importantes, porém ainda temos uma longa jornada pela frente. Também várias adaptações físicas obedecendo a legislação acontecerem nas escolas.
G3	Sala de aula lotada com mais de 30 alunos sendo que a lei diz que tem que tirar uma porcentagem de alunos para cada aluno deficiente matriculado na sala regular de ensino.
P1	Sempre há alguma dificuldade e muitos desafios enfrentados em relação aos alunos com necessidades especiais, porque nem sempre temos material didático para trabalhar com estes, bem como ambientes adequados. Estamos buscando melhorar e adequar tanto o ambiente quanto a parte didática.
P2	Às vezes faltam os diagnósticos em um conhecimento mais profundo da deficiência.
P3	Pouca formação continuada de forma mais prática para os professores, as verbas que vem para acessibilidade vem de forma engessada na maioria o que dificulta fazer um plano de ação dentro das necessidades da escola.
P4	Uma das maiores dificuldades é a sala cheia e com isso falta tempo pra atender esse aluno na sua individualidade.
D1	A falta de conhecimento específico de alguns professores em relação a necessidade de cada aluno.

Fonte: Elaborado pela autora (2021)

Para os profissionais que participaram da pesquisa, muitas são as dificuldades encontradas no trabalho com os alunos público-alvo da educação especial, para eles a falta de conhecimento específico de muitos professores, salas cheias demais, verbas engessadas, falta de incentivo, a estrutura física das escolas que não é adequada, falta de recurso, falta de materiais específicos para cada deficiência, falta de apoio por parte dos órgãos competentes e falta de formação fazem com que o trabalho fica ainda mais difícil.

Sobre a meta 4 do Plano Nacional de Educação que visa garantir o acesso à educação básica e ao atendimento especializado para crianças e jovens que tenham alguma deficiência, transtornos e altas habilidades na rede pública, os respondentes acreditam que houve algumas conquistas e julgam que a meta contribuiu para o desenvolvimento dos alunos. As respostas dos gestores e cogestores assim se deram:

Tabela 5 – Opiniões dos participantes sobre o atendimento às exigências da Meta 4 do PNE (2014)

PARTICIPANTES	RESPOSTAS
C1	Que o aluno com necessidade especial está inserido em uma escola regular de ensino que antes não era uma realidade, hoje este aluno está incluso. Uma grande vitória, pois os alunos com necessidades especiais estão inseridos no processo de Ensino Aprendizagem. Isso é um grande avanço para a educação e socialização desses educandos.
C2	Ela ainda não cumpriu a meta estabelecida avançou pouco poderia estar melhor. Falta uma caminhada bem longa para que a eficácia da meta atinja seu objetivo maior. Ela foi elaborada a fim de tornar-se em um projeto bem ousado em atender os estudantes de NEE. Mas ainda sofre restrições diversas dentre as quais, preconceito, força de vontade do sistema como um todo e o olhar diferente para com essa clientela.
G1	Formação da equipe referencia na secretaria municipal de educação, contratação de estagiárias para acompanhar os alunos com Necessidades Especiais. Se fosse instituída em sua totalidade os estudantes seriam melhor atendidos.
G2	Reativação das salas AEE, treinamento de estagiários para acompanhar o aluno com deficiência, formação continuada na rede. Fundamentos formação, diálogo e parceria com as famílias para alcançar melhores resultados, com os alunos público alvo da educação especial.

G3	O que mais ocorreu foi a matrícula destes alunos nas escolas, O papel da escola é garantir que os alunos com deficiência tenham um lugar para aprender. A inclusão de alunos com deficiência é um desafio enorme para professores e gestores. Tirando as exceções aqui e ali, a maior parte dos docentes concorda que todos têm direito à Educação.
P1	Essa meta garante que todos os alunos aprendam juntos no Ensino Regular respeitando a diversidade, de raça, gênero, classe social ou necessidades especiais. Mas infelizmente temos muita dificuldade em trabalhar com alguns professores em sala de aula, pois os mesmos alegam se sentirem inseguros pela falta de recursos recebidos e por nem sempre serem capacitados para a realização desse trabalho. Acredito que ajuda no desenvolvimento integral dos alunos, bem como na construção de uma escola mais aberta as diferentes formas de aprendizagem.
P2	O direito de atendimento especial ao que necessita dele. Se o aluno, tanto os com deficiência quanto o de altas habilidades tem atendimento especializado, a possibilidade de progresso tanto de um quanto do outro será muito maior.
P3	Formações das equipes referências que são gestoras do setor de educação especial inclusiva da Secretaria Municipal de Educação, os estagiários para atender os alunos e acompanhamento dos alunos em sala de aula e demais dependências da escola. Melhor atendimento, incluindo os alunos, que garanta seu desenvolvimento da aprendizagem dos estudantes.
P4	As salas de recurso, equipamentos qualificados para atender esse tipo de aluno, escolas preparadas na sua estrutura. Essa clientela precisa de uma escola preparada para atendê-los com uma estrutura adequada.
D1	A inclusão desses alunos. Garantindo a eles um estudo especializado.

Fonte: Elaborado pela autora (2021)

Com a análise em relação à quarta meta do plano nacional de educação pode-se perceber que os participantes a consideram importante na garantia ao acesso à educação pelos alunos com público-alvo da educação especial, e contribuem para o desenvolvimento e inclusão dos alunos em todo o meio escolar. Por isso é importante considerar, assim como Garcia (2004) declara que as leis e políticas públicas são positivas no âmbito educacional. Para ele, as formações e a interação que acontece no ambiente escolar mediante as descrições dos

regimentos, leis e planos, contribuem para que as devidas ações sejam realmente realizadas.

Os participantes conhecem os preceitos da gestão democrática e humanizada e revelam suas respectivas ações para implementá-la e promover a participação dos atores educacionais na escola. Essas foram suas manifestações:

C1: A gestão baseada na participação de todos, onde todos são ouvidos, independente da função que ocupam. Interagir com os colegas, ouvindo e colocando em prática as opiniões de todos.

G1: É a gestão que atende as necessidades dos estudantes, professores e profissionais em questão na sua totalidade considerando os aspectos cognitivos, físicos, psicológicos e emocionais. Reuniões para construção da proposta política pedagógica; instrumentos dos laços escolar/comunidade, estabelecimento de parcerias. Não, nunca participei de nenhum treinamento, curso ou orientação no que tange ao trabalho com alunos portadores de necessidades especiais.

G3: A inclusão de alunos com deficiência é um desafio enorme para professores e gestores. Tirando as exceções aqui e ali, a maior parte dos docentes concorda que todos têm direito à Educação. Defino como um compromisso democrático social, considerando a escola como instituição formadora, não somente de crianças, adolescentes e adultos matriculados como alunos e alunas, mas também de indivíduos participantes e contribuintes de uma sociedade.

Embora conheçam os princípios desse modelo de gestão, os manifestantes não apresentam ações concretas e consistentes que revelam essa prática no chão da escola. Em suas expressões faltaram elementos que comprovam a participação comunitária intra e extraescolar. Não apresentaram ações que convidem a participação dos alunos ou de parte da comunidade escolar, nem da família no planejamento, nem no decorrer do processo pedagógico em si.

De acordo com Bueno, Mendes e Santos (2008), a prática pedagógica precisa ser adaptada ao olhar do outro, visando uma gestão democrática e humanizada por meio de uma escuta sensível. É importante que a realidade e o contexto dos alunos sejam respeitados e levados como embasamento para o planejamento do trabalho. Nessa perspectiva, Santos (2003) afirma que valorização do ser e o respeito às diferenças deve fazer parte de qualquer ambiente, assim como a escola. E Gadotti (2007) complementa que para que haja uma gestão democrática é importante que se pense nas particularidades de todos os segmentos envolvidos, no sentido de fortalecer a gestão humanizada.

Todos os gestores e cogerentes afirmaram concordar com a heterogeneidade presente nas escolas, bem como afirmaram que orientam os professores no sentido de respeitar as particularidades de cada aluno, e sua individualidade, para promover e estratégias que venham desenvolver suas potencialidades. Para Santos (2003) o

princípio da igualdade e o respeito à heterogeneidade deve fazer parte de todo espaço escolar.

Em contrapartida, é válido ressaltar que muitos gestores e cogenitores encontram diversos desafios em seu ambiente de trabalho para promover a inclusão de alunos com público-alvo da educação especial, no ambiente escolar. Essas foram suas manifestações:

Tabela 6 – Desafios para promover a inclusão de alunos com necessidades especiais

PARTICIPANTES	RESPOSTAS
C1	Falta de recurso do ambiente escolar, o preconceito e o número excessivo de alunos nas turmas que dificulta um atendimento mais próximo ao aluno com necessidades especiais
C2	Olhar de amor para com essa clientela. Vê-la como alguém que necessita de afeto e compreensão.
G1	A quebra do preconceito de que o aluno especial “não aprende”, é preciso que todos entendam que cada criança aprende, e respeite o seu tempo de aprendizagem.
G2	Maior desafio romper estigmas e preconceitos referentes as deficiências e ou diferenças.
G3	A inclusão dos alunos com deficiências não acontecerá simplesmente porque está amparada por leis ou decretos, só manter um aluno deficiente intelectual na mesma classe com alunos que não possuem deficiências não lhe garante a inclusão, pois ela não se dá pelo fato de o aluno está presente fisicamente em classe regular e sim pelo engajamento e capacidade da escola em trabalhar com as diferenças individuais de seus alunos e esse é um dos maiores desafios que vejo na inclusão.
P1	O apoio dos governantes, que nem sempre acontece. Capacitação da infra-estruturar escolar. Capacitação dos professores e demais colaboradores da escola.
P2	Formação para todos na escola.
P3	Acessibilidades nos espaços físicos das escolas, os professores da sala regular de ensino que ainda apresenta dificuldades em adequar-se para atender as reais necessidades dos alunos, fazerem diferentes metodologias de ensino que envolva todos os alunos em sala de aula.
P4	A aceitação.
D1	Falta de interesse dos órgãos centrais.

Fonte: Elaborado pela autora (2021)

Predominam em suas falas que os maiores desafios residem na ausência de interesse dos órgãos, a aceitação familiar, o apoio dos governantes, preconceitos e estigmas que são criados e a falta de recursos para a promoção da inclusão. Para Gadotti (2007) a escola é um espaço de transformação sócia, interação e inclusão, por isso ela tem importância na promoção de inclusão dos alunos especiais.

Por isso a realidade descrita por alguns participantes que afirmam a falta de interesse, a participação dos órgãos centrais e a falta de recursos precisa ser revista pela municipalidade, e algumas medidas intervencionais precisam acontecer a fim de minimizar os impactos na não inclusão adequada. No âmbito da infraestrutura, há que se considerar as prerrogativas do Programa Escola Acessível, que visa prover condições de acessibilidade ao ambiente físico, aos recursos didáticos e pedagógicos e à comunicação e informação nas escolas públicas de ensino regular.

Nesse programa são previstas algumas ações, tais como, disponibilização de recursos, por meio do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), às escolas contempladas pelo Programa Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais. Portanto, no âmbito deste programa são financiáveis as seguintes ações: Adequação arquitetônica: rampas, sanitários, vias de acesso, instalação de corrimão e de sinalização visual, tátil e sonora; Aquisição de cadeiras de rodas, recursos de tecnologia assistiva, bebedouros e mobiliários acessíveis. Cabendo ao gestor mobilizar esforços que melhorem a estrutura física das escolas.

Por outro lado, a aceitação e o preconceito são temas que podem fazer parte do projeto escolar, com a realização de palestras para pais, alunos e comunidade, a fim de viabilizar o contato entre esses personagens e ampliar o conhecimento acerca desse tema.

Outro aspecto de grande relevância consiste no momento em que a escola recebe o aluno com deficiência, quando é necessária a realização de formas de acolhimento para que o aluno se sinta inserido e totalmente incluso no ambiente escolar. Nesse sentido, os respondentes revelam algumas ações desenvolvidas para acolher os alunos com deficiência, na tabela 7.

Tabela 7 – Ações para efetivar o acolhimento dos alunos com deficiência

PARTICIPANTES	RESPOSTAS
C1	O acolhimento é feito de forma carinhosa e respeitando o tempo da criança com necessidades especiais, pois esse aluno precisa sentir-se abraçado pela escola.

C2	Ele é recebido com respeito e atenção. Cada sala é trabalhada as peculiaridades de cada situação objetivando a sociointeratividade.
G1	Todos o profissionais e alunos da escola devem ser preparados para receber a criança especial com carinho e respeito (sem exageros) para que se sintam acolhido no ambiente escolar.
G2	È fundamental que o acolhimento seja afetivo como deve ser para todos os alunos, sem nenhum tipo de preconceito da discriminação.
G3	As matrículas são feitas na secretaria da escola e os pais e ou responsáveis podem optar em matricular o aluno na sala de recurso multifuncional, atendimento de um professor especializado para trabalhar junto com o professor regente da sala regular de ensino.
P1	O aluno é acolhido na escola, por toda a equipe técnica, pedagógica, professores e demais funcionários, com muito carinho, respeito, amor e dedicação. Da mesma forma, os outros colegas também o recebem de braços abertos com muito carinho e naturalidade, para que ele possa sentir-se bem no ambiente escolar. No geral, a turma demonstra grande satisfação ao recebê-lo, e conseqüentemente há uma interação muito boa entre todos.
P2	Procuramos os professores e comunicamos sobre essa deficiência, e este conversa com alunos da turma e ele é bem recebido por todos.
P3	Preparar um ambiente de acolhimento de forma que ele se sinta incluso, criando sentimento de pertencimento no ambiente escolar;
P4	Muita conversa com esses alunos e com a turma.
D1	Apresentação dos espaços da escola ao aluno, deixando-o mais à vontade e apresentação do aluno à turma, na serie à qual será incluso.

Fonte: Elaborado pela autora (2021)

Assim como apresenta o Plano Nacional da Educação (2001) um dos objetivos é a inclusão e integração das pessoas com deficiência no ambiente escolar. A diretriz trata o direito à educação comum a todos os sujeitos. Por isso, o atendimento nas escolas deve ser adequado de acordo com o público que a frequenta.

Em suas manifestações, pode-se constar que os gestores e cogestores fazem o acolhimento devido, preparando os alunos e a comunidade para a inserção dos alunos com deficiência no ambiente escolar, procurando fazer a interação e gerar mais familiaridade entre os envolvidos. Todos demonstraram ter um olhar direcionado às necessidades e particularidades do público específico, demonstrando

que existe uma preocupação como o atendimento atento, compreensivo e incentivado pelo diálogo com a comunidade escolar. Essa postura demonstra que esses sujeitos são sensíveis às especificidades dos educandos, fato que reflete em suas práticas. Pois,

Para que a inclusão total aconteça na educação, é indispensável o envolvimento das famílias, educadores, gestores e profissionais da escola neste processo, assim como, o ambiente de aprendizagem escolar precisa oferecer condições adequadas para a aprendizagem de todos os educandos, reconhecendo suas limitações e construindo novas vertentes para as práticas pedagógicas (PACHECO, 2007, p. 78).

Em relação às estratégias utilizadas para que os estudantes com NEE avancem em suas potencialidades, habilidades e competências, os participantes afirmaram que realizam: a) atividades adaptadas, b) exercícios lúdicos, c) interação com os demais alunos, d) respeito à legislação pertinente, criando ambientes em que os alunos possam desenvolver suas potencialidades, e) disponibilidade de salas de recursos multifuncionais, f) professores especializados, g) planejamento adaptado, h) comunicação clara e objetiva. Essas ações permitem uma inserção e inclusão adequada e no ambiente escolar e minimiza as dificuldades que podem ocorrer. Nesse sentido, Bueno, Mendes e Santos (2008) esclarecem que a prática pedagógica que acontece no chão da escola tem total relevância para o processo de inclusão e sociabilização.

Além das ações mencionadas, faz-se importante a realização de treinamentos, cursos ou outro tipo de atividade de orientação que venham aprimorar os trabalhos com e a inclusão desses alunos. Nessa perspectiva, os gestores e cogerentes afirmaram que já participaram de treinamento promovido pela Secretaria Municipal de Educação, palestras, formações sobre autismos, deficiência visual, deficiência intelectual, deficiência física, superdotação e curso de inclusão social. Essas afirmações elucidam que a secretaria municipal de educação e os profissionais preocupam-se em manter esses profissionais atualizados e preparados para trabalharem com os alunos público-alvo da educação especial.

Em completude a isso, é importante que o gestor conheça suas funções, atribuições e competências para promover uma gestão democrática humanizada, por isso, a pergunta de número quatorze abordou essa questão, e foi possível apreender que todos os gestores e cogerentes conhecem suas funções, e expressaram as seguintes considerações:

C1: Promover estudos com os professores, promover interação dos alunos especiais com os demais alunos, promoverem ambientes atrativos.

P1: Acredito que a melhor forma para promover uma educação inclusiva humanizada, seja envolvendo o corpo docente da escola, pais, alunos e comunidade nas ações da escola.

P2: Garantir que os alunos com necessidades especiais sejam efetivamente recebidos e que os projetos pedagógicos sejam alinhados aos interesses e necessidades dos alunos.

Em concordância com o questionamento anterior, as perguntas de número quinze, dezesseis e dezessete estão relacionadas às ações do gestor na promoção de uma gestão democrática humanizada que tende a promover a inclusão dos alunos público-alvo da educação especial. Assim, as perguntas basearam-se no que pode ser feito para a criação de um ambiente e clima agradável para favorecer o desenvolvimento do aluno especial, a fim de verificar se os gestores promovem ações para trazer a família e a comunidade para participar no direcionamento das atividades da escola. Questionou-se também sobre as ações que são implementadas para ouvir os alunos público-alvo da educação especial.

Em análise das respostas, todos os gestores e cogerentes afirmaram que para a promoção de um clima agradável para favorecer o desenvolvimento do aluno com deficiência, a gestão pode adquirir materiais pedagógicos lúdicos e agradáveis, ter um olhar atento no sentido de realizar estudos para compreender o ser humano, estar aberto ao diálogo, propor ambientes que proporcionem possibilidades do aluno se desenvolver, bem como dar suporte aos professores. Um respondente (G1) afirmou que

Preparar toda equipe escolar através de palestras com especialistas, conversas informais, vídeos de sensibilização para que esses estudantes possam ser recebidos com carinho, afetividade, respeito e atenção no que tange às suas necessidades.

Os gestores e cogerentes afirmam que promovem reuniões informativas, palestras, confraternizações, participação em projetos escolares, elaborações de debates e mesas redondas, atividades que auxiliam na aproximação e possibilitam o diálogo e propiciam a interação entre as famílias e a comunidade escolar.

Essas questões elucidam a importância que Freire (2005) destaca sobre a participação que a família e comunidade devem ter no ambiente escolar. Isso faz com que os direcionamentos da gestão com viés democrático e humanizador,

venham promover a inclusão dos alunos público-alvo da educação especial de forma completa, significativa e contínua.

Sobre quais ações são implementadas para ouvir os alunos público-alvo da educação especial, os participantes informaram o que se apresenta na Tabela 8.

Tabela 8 – Ações desenvolvidas pelos gestores para promover a participação dos alunos com NEE no processo

PARTICIPANTES	RESPOSTAS
C1	Oportunizando os alunos a expor suas ideias, ouvindo suas críticas e anseios. Interação entre as crianças com necessidades especiais para com os demais alunos.
C2	Conexão com os professores, reunião de pais, encontros casuais, incentivo às famílias. Tudo com olhar diferenciado.
G1	Através de conversa com a própria criança, professores dos estudantes e familiares.
G2	Atendimento individualizado nas salas de recursos multifuncional-SRM acompanhamento do psicólogo em parceria com a secretaria de saúde.
G3	Foi desenvolvido um projeto de escuta ativa, onde as crianças conversavam com a psicóloga e também escreviam suas dúvidas e perguntas em uma caixinha.
P1	O professor faz uma roda de conversa e depois pede para cada aluno, criar um desenho livre e deixa-os bem descontraídos, depois pede para eles descrever os seus desenhos do jeitinho especial deles, essa é uma ação para o professor ouvir os alunos.
P2	Reuniões e palestras com professores especializados, pais, psicólogo.
P3	Participação dos pais nas reuniões e envolvimento das famílias e professores.
P4	No atendimento através de conversas na sala dos gestores e coo gestores.
D1	Através de reuniões com alunos e pais.

Fonte: Elaborado pela autora (2021)

Os gestores e cogerentes reafirmam a importância sobre a criação de um ambiente agradável para promover a participação dos alunos com necessidades especiais e ressaltam que algumas ações são necessárias para aproximar a família da comunidade escolar. Apontaram também, algumas estratégias que utilizam para dialogar com os alunos com deficiência, tais como, reuniões de pais e alunos,

conversas individuais com os gestores, palestras com psicólogos e professores especializados, rodas de conversa nas salas de aula.

Todas essas atividades confluem com a ideia de Freire (2005), a qual indica a necessidade de realizarem ações amplas e continuadas, reconhecendo aspectos da diversidade e múltipla dimensão que consubstancia o ambiente escolar. Portanto, essas articulações entre família, alunos e agentes da escola devem ser adaptadas para favorecer uma prática gestora democrática e humanizada.

Em atenção à importância das discussões no ambiente escolar como via de promoção de uma gestão democrática e humanizada, os gestores e cogerentes relatam que a gestão promove momentos de discussão visando à melhoria no atendimento da educação especial inclusiva no ambiente escolar. Os participantes afirmaram também, que os pais, professores, a comunidade escolar, equipe pedagógica discutem coletivamente. Esse fato não é complementado pelo depoimento do P1:

Tudo que pode ser feito para ajudar o aluno, é discutido e conversado juntamente com os professores e a Equipe Pedagógica da escola, principalmente sobre o modo de lidar com o aluno NEE na sala de aula. O professor deve tratá-lo de um jeito bem natural, respeitando suas limitações, mas de forma que ele possa sentir capaz de aprender e que é tão importante quanto os outros alunos. Nesse caso, quem participa dessas discussões é o diretor e sua equipe de Suporte Pedagógicos à Docência, juntamente com os professores regulares e os professores de educação especial.

Com relação à frequência com que ocorrem esses momentos de debates, esses sujeitos afirmaram que ocorrem semanalmente e/ou trimestralmente para levantar e decidir o que for pontuado em pauta. Com base, nessas questões observa-se que os participantes validam a participação e discussões com a equipe escolar, familiar e social a fim de proporcionar cada vez mais melhorias no atendimento ao aluno com necessidades especiais.

De acordo com Sasaki (1999) é por meio da inclusão social que se consegue construir uma sociedade transformadora. Rodrigues (2003) esclarece que quando os gestores se relacionam com a família e a sociedade está se consolidando uma perspectiva se atende às necessidades dos discentes e a valoriza como importante e necessária.

Ao serem indagados se os professores participam das decisões relacionadas ao atendimento de alunos com NEE, os participantes afirmaram que a participação

do docente ocorre por meio de diálogo nas referidas reuniões, e que isso se dá de forma leve, aberta e dinâmica. Essa afirmação elucida a participação como via de comprometimento e direcionamento dos envolvidos. A opinião dos professores, para a promoção de uma gestão democrática e humanizada, deve ser levada em consideração, pois intermedia o contato com os alunos e está diretamente relacionado com as particularidades e individualidades dos discentes (FREIRE, 2003).

A respeito das medidas que têm sido tomadas para promover uma gestão de educação inclusiva democrática humanizada, os respondentes apresentaram as manifestações na Tabela 9.

Tabela 9 – Manifestações dos participantes sobre as medidas que representam a gestão inclusiva democrática e humanizada

PARTICIPANTES	RESPOSTAS
C1	Reuniões com as famílias, palestras, passeatas de confraternização, atendimentos individualizados.
C2	Reunião, incentivo à cooperação sócio interativa, mudança de foco no olhar para os estantes de NEE, sala de bate-papo.
G1	As gestoras da pasta de Educação Especial Inclusiva, tem instigado os gestores, bem como toda equipe escolar a adotar práticas educativas inclusivas e humanizadas para que os estudantes com necessidades educacionais especiais tenham a oportunidade de serem inseridos no mundo da aprendizagem e do conhecimento, não importando qual seja sua necessidade.
G2	Compartilhamento de boas experiências e divulgação dos trabalhos.
G3	Conscientização de que todos somos protagonistas da inclusão e que todos devem ser responsáveis para que haja uma educação inclusiva para todos de forma igualitária com equidade de recursos de forma que todos sejam atendidos em sua necessidade.
P1	Um das medidas que podemos citar se refere ao Suporte Pedagógico à docência, que sempre está dando apoio ao professor, juntamente com os alunos promovendo algumas atividades, brincadeiras que envolvem os alunos como um todo, e que os mesmos possam interagir de forma bem legal. Outra medida que tem priorizado ao aluno é a efetividade entre professor/aluno que influencia no processo educativo, bem com a parceria entre escola e família imbuídas na importância da construção mais humanizada. Também é interessante o uso da tecnologia, visto que se trata de um recurso tão presente na vida das pessoas. Em alguns casos essa ferramenta pode ser a ponte de comunicação entre os grupos distintos e mantendo – os

	conectados. A educação humanizada tem boas chances de transformar vidas para melhor. Aos profissionais da área, cabe buscar opções de formações que estejam alinhados a esse modelo transformador. Nosso objetivo é a adequação às necessidades e a potencialidade de cada aluno, para oferecer os mesmos garantias nas condições de suas realizações, de forma que todos tenham os mesmos direitos e sejam inseridos no currículo na frequência e na progressão ao longo da escolaridade obrigatória.
P2	Orientação aos pais das dificuldades e desenvolvimento dessas crianças. Palestras sobre o comportamento das crianças de acordo com sua comorbidade.
P3	O acompanhamento dos professores de sala regular de ensino mais preparados para atender as necessidades dos alunos com deficiência.
P4	Através de participação da família nas reuniões de pais, atendimento na escola pela equipe gestoras.
D1	As medidas são reuniões com as famílias para traçar medidas e projetos visando um melhor atendimento ao aluno.

Fonte: Elaborado pela autora (2021)

As respostas demonstraram que os gestores e cogestores aplicam medidas que visam garantir um modelo de gestão de inclusão democrática humanizada, porém é perceptível em minha experiência de trabalho, no setor de educação especial inclusiva e por meio das visitas na área do campo da pesquisa, que os gestores e professores ainda apresentam dificuldade em fazer as ações pedagógicas no desempenho das suas funções seja por desconhecimento, ou por situações que não dependem unicamente da escola, mas de todo sistema. Por isso, a fim de aperfeiçoar o fazer dos gestores, cogestores e de toda a equipe escolar, a pesquisadora elaborou um guia de orientações, como sugestão para toda equipe escolar, que será apresentado no subcapítulo a seguir.

As manifestações dos respondentes permitiram constatar que a gestão da escola campo da pesquisa busca conduzir as ações que se aproximam mais do paradigma democrático e humanizado para realizar o processo de inclusão dos alunos com NEE. Contudo, essa prática gestora pode ser aprimorada como por exemplo: efetivar uma escuta sensível, que considere as particularidades e individualidades dos alunos, ampliar as atividades adaptativas às diversas peculiaridades.

Para auxiliar nesse processo, elaborou-se um Produto Educativo em formato de Guia de Orientações a seguir sintetizado. O Guia será anexado em um caderno a parte.

5.1 GUIA DE ORIENTAÇÕES PARA O ATENDIMENTO DE CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA

Após a aplicação das entrevistas e da análise de dados descritas, a pesquisadora constatou a necessidade de elaborar um guia de orientações para o atendimento de crianças com deficiência para que pudesse funcionar como um material de auxílio e contribuição para os docentes, gestores e cogenitores em seu fazer, para que imprimisse um caráter democrático e humanizado ao processo de inclusão dos alunos com NEE.

A educação especial inclusiva está presente na educação e por isso merece destaque e atenção quanto à forma como os conteúdos são transmitidos e instituídos na educação. Por isso, propor estratégias, atividades, metodologias e recursos que facilitem o processo de aprendizagem das crianças pode promover a inclusão com uma visão democrática e humanizadora.

Um dos objetivos e desafios do gestor e da cogenição reside em criar possibilidades para a promoção de uma educação inclusiva que seja democrática e humanizada. De acordo com Gadotti (2007), para que se tenha uma gestão escolar humanizada é importante que se desenvolva o planejamento coletivo, a visão democrática, as práticas docentes e a promoção de inventividade.

Dessa forma, o Guia de Orientações para o Atendimento da Criança com Deficiência é resultado de uma pesquisa realizada com os profissionais do município de Barra de São Francisco-ES. Seu objetivo é suggestionar algumas ações, medidas e atividades para o atendimento de alunos com deficiência, que facilitará as tomadas de decisões dos gestores e, conseqüentemente, resultará em apoio pedagógico aos professores regentes e em benefícios para os alunos, familiares e toda a comunidade escolar.

De acordo com Rodrigues (2003), a gestão democrática permite a manifestação e aprendizado acerca das diversidades e pluralidades existentes em toda sociedade e que transcende a todo ambiente escolar. A gestão democrática e humanizada é permeada pela construção de uma sociedade democrática, por isso a

promoção da democratização da gestão escolar engloba aspectos como a relação entre escola e todo contexto social. Dessa maneira, é importante que se repense a teoria e prática a fim de adequar-se as devidas práticas pedagógicas que tornam efetiva a prática social e contribui para o fortalecimento do processo democrático amplo e significativo.

O intuito do guia é contribuir no sentido de orientar o atendimento na prática cotidiana das instituições escolares municipais, ou em outros âmbitos, trazendo ideias de ações e medidas, que viabilizem a inclusão dos educandos, atualmente aplicáveis no contexto escolar. Essa proposta tende a elucidar esse atendimento e está baseada em um modelo de gestão democrática humanizadora.

Além dos gestores, este guia se destina a todos os profissionais que atuam nas instituições escolares, de diversos níveis, desde o ensino fundamental ao ensino superior. Portanto, quando tiver acesso a ele procure identificar os materiais apresentados em cada atividade, considerando que tais recursos e/ou atividades podem sofrer adaptações que melhor se adequem a realidade presente em seu contexto educacional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo se baseou nas inquietações da pesquisadora em seu fazer como profissional da educação especial. Em sua trajetória profissional se deparou com diversas dificuldades, como também com realizações que sempre a impulsionaram a progredir e continuar com suas objetividades. A forma como a gestão interagiu e recebia dos alunos público-alvo da educação especial sempre foi alvo de interesse da pesquisa.

Por isso, o estudo se pautou em analisar como a gestão democrática pode motivar a comunidade escolar para o exercício de uma prática inclusiva humanizada. Como também, investigar os desafios que transpassam a educação especial nas escolas regulares municipais de Barra de São Francisco--ES e analisar as possibilidades de promoção efetiva da educação especial, com base nos princípios de uma gestão de educação inclusiva democrática e humanizada.

Por essa razão, foi disposta uma entrevista com vinte perguntas que foram direcionadas a gestores e cogestores no município Barra de São Francisco- ES com o intuito de analisar as questões que permeiam a uma educação especial inclusiva, a gestão democrática humanizada e o atendimento das pessoas com necessidades.

Quando se fala em gestão escolar e educação especial inclusiva perpassa a assuntos que vão além de somente inserir os alunos com necessidades especiais no ambiente escolar, mas que seja um atendimento que ocorra com empatia, efetividade, que favoreçam a acessibilidade e que promovam situações condizentes ao aprendizado e a sociabilização de forma igualitária.

Com isso, espera-se que a gestão escolar possa agir de forma ampla e ativa na comunidade escolar, priorizando ações igualitárias e democráticas. Para que isso ocorra, é importante que as necessidades dos alunos sejam respeitadas e resguardadas a fim de tornar o acesso a escola com inclusão e adaptações condizentes. Pois, quando a gestão tem uma postura democrática igualitária favorece e cria possibilidades de formar um ambiente em que os alunos consigam perceber sua inserção e que fazem parte desse ambiente, tornando-se assim participativos do processo educacional.

É importante considerar que um dos maiores desafios da sociedade é a educação inclusiva, visto que apresenta alguns paradigmas que precisam ser quebrados. Ao se considerar que a educação é um direito de todos, a escola deve

garantir que a aprendizagem ocorra de forma ampla e com interações se discriminações. Por essa razão, a inclusão aponta que a prática e atuação pedagógica devem enfrentar as dificuldades e criar possibilidades na superação de diferentes dimensões da formação humana.

Por isso, a escola do tema de estudo se baseia nos estudos que se relacionam ao ensino dos alunos com necessidades especiais e como a gestão tem realizado a inclusão.

Em completude, a dissertação desenvolveu e articulou assuntos que subsidiaram a pesquisa amplamente. Para tal, ao se abordar a gestão humanizada e democrática é importante ressaltar que a uma integração com a comunidade, uma vez que sua participação é de inegável importância para a promoção de uma gestão democrática humanizada. Ressalta-se também que possui uma abordagem crítico e reflexiva que proporciona discussões e exemplificações sobre a gestão escolar nesse âmbito.

A gestão não deve ser vista como somente um conjunto de práticas que serão desenvolvidas pela escola, mas sim, como ações que estimulam a promoção de uma educação especial e inclusiva. Por isso, as questões da entrevista realizada com os profissionais da educação tendem a responder essas questões.

Com base nas respostas dos participantes (gestores e cogerentes) ficou perceptível afirmar que ambos possuem conhecimento acerca das leis que regem a educação especial inclusiva e tendem a aplicar em seu contexto escolar, porém algumas questões estruturais e governamentais acabam tornando essa inclusão mais dificultada.

Em contraponto, os gestores e cogerentes afirmaram também que conhecem o significado e a importância da gestão democrática humanizada e fazem as devidas aplicações no contexto escolar. No entanto, alguns pontos precisam ser aprimorados, pois cada um afirma fazer uma coisa que abrange a gestão democrática humanizada e é importante ampliar essas ações para que a promoção das potencialidades, habilidades e competências dos alunos com necessidades especiais sejam alcançadas.

Foi apontado ainda que eles já participaram ou participam de formações propostas pela escola e/ou pela Secretaria Municipal de Educação. Também foi exposto que a instituição escolar promove ações para trazer a aproximar a família e

a sociedade da escola, bem como os incluem juntamente com os professores nas decisões de grande e larga escala da escola.

Contudo, foi possível perceber que as respostas dadas pelos participantes demonstraram que os gestores e cogerentes aplicam as medidas que podem garantir uma gestão de inclusão democrática humanizada, entretanto é perceptível também observar que ainda há situações que apresentam dificuldades em fazer as praxes pedagógicas no desempenho das suas funções seja por desconhecimento, ou em situações que não dependem unicamente da escola, mas de todo sistema.

Por conseguinte, a fim de possibilitar e de aperfeiçoar o fazer dos gestores, cogerentes e de toda a equipe escolar, a pesquisadora elaborou um Guia de Orientações para as crianças com necessidades especiais, como sugestão para toda equipe escolar, com ações, definições, explicações, exemplos e atividades possíveis e aplicáveis para a formação de uma gestão democrática humanizada.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Sérgio. **A Gestão Urbana do Medo e da Insegurança**: Violência, Crime e Justiça Penal na Sociedade Brasileira Contemporânea. 1996. 282 f. Tese para o concurso de livre-docência em Ciências Humanas - Departamento de Sociologia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.

AMÉRICO, Bruno Luiz; CARNIEL, Fagner; TAKAHASHI, Adriana Roseli Wünsch. Gestão pública da educação especial e formalismo nas políticas públicas inclusivas – o caso do Brasil. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**. Rio de Janeiro, v.22, n. 83, p. 379-410, abr./jun. 2014. Disponível em <<https://www.scielo.br/pdf/ensaio/v22n83/a06v22n83.pdf>> Acesso em 16 jan. 2021.

APPLE, Michael W. **Conhecimento Oficial**: A Educação Democrática numa era Conservadora. Petrópolis: Vozes, 1997.

BARRA DE SÃO FRANCISCO. **Plano De Trabalho - Educação Especial Da Rede Municipal De Ensino**. Prefeitura Municipal de Barra de São Francisco, Secretaria Municipal de Educação, 2019.

BEZERRA Zedeki Fiel et al. Comunidade e escola: reflexões sobre uma integração necessária. **Revista Educar**, Curitiba, n. 37, p.279-291, ago./maio, 2010. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-40602010000200016>. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40602010000200016&lng=pt&tlng=pt> Acesso em: 20 dez. 2014.

BOBBIO, Norberto. **O futuro da democracia**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

BRASIL. Decreto nº 5.296 de 2 de dezembro de 2004. Regulamenta as Leis nºs 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.

BRASIL. Lei nº 10.436 de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, 25abr. 2002. Disponível em <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436.htm> Acesso em 15 dez. 2020.

BRASIL. Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, 14 jul. 1990. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm> Acesso em 11 dez. 2020.

BRASIL. Lei Nº 9.394, de 20 de Dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília,

20 dez. 1996. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm> Acesso em 11 dez. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica**. Secretaria de Educação Especial - MEC/SEESP, 2001. 79 p. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/diretrizes.pdf>> Acesso em 12 dez. 2020.

BRASIL. Secretaria De Educação Especial. **Avaliação para a identificação das necessidades educacionais especiais**. Brasília: MEC/ SEESP, 2006. 92 p.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm> Acesso em 18 dez. 2020.

BRASIL. Decreto nº 5626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, 22 dez. 2005. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm> Acesso em 14 dez. 2020.

BRASIL. Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, 18 nov. 2011. Disponível em <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm> Acesso em 14 dez. 2020.

BRASIL. Resolução nº 27 de 02 de junho de 2011. Dispõe sobre a destinação de recursos financeiros, nos moldes e sob a égide da Resolução nº 17, de 19 de abril de 2011, a escolas públicas municipais, estaduais e do Distrito Federal da educação básica, com matrículas de alunos público alvo da educação especial em classes comuns do ensino regular, que tenham sido contempladas com salas de recursos multifuncionais em 2009 e integram o Programa Escola.

BRASIL. Lei nº 10.382, de 24 de Junho 2015. Aprova o Plano Estadual de Educação do Espírito Santo – PEE/ES, período 2015/2025. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, 25 jun. 2015. Disponível em <<http://www3.al.es.gov.br/Arquivo/Documents/legislacao/html/10.382.htm>> Acesso em 15 mai. 2021.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, 7 jul. 2015. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm> Acesso em 22 mai. 2021.

BRASIL. Lei nº 13.005 de 25 de Junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do**

Brasil, Brasília, 26 jul. 2014. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%2013.005%2C%20DE%2025,Art.> Acesso em 11 mai. 2021.

BRASIL. Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, 20 dez. 2000. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l10098.htm> Acesso em 11 mai. 2021.

BRASIL ESCOLA. **Gestão Democrática**: integração escola e comunidade. Disponível em <<https://monografias.brasilecola.uol.com.br/educacao/gestao-democratica-integracao-escola-comunidade.htm>> Acesso em 27 set. 2021.

BRZEZINSKI, Iria. **Pedagogia, Pedagogos e formação de Professores**: Busca e Movimento. Campinas, SP: Papirus, 1996.

BUENO, José Geraldo Silveira; MENDES, Geovana Mendonça Lunardi; SANTOS, Roseli Albino dos. **Deficiência e Escolarização**: novas perspectivas de análise. São Paulo: Junqueira e Marin Editores, 2008.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (Brasil). Câmara de Educação Básica. Resolução CNE/CEB Nº 2, de 11 de Fevereiro de 2001. Diário Oficial da União, Brasília, 14 de set. 2001 – Seção 1E, p. 39-40.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA: **sobre Princípios, Política e Práticas em Educação**. Descentralização, municipalização e financiamento da Educação no Brasil pós-LDB, pg. 372-390. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

Declaração mundial sobre educação para todos e plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem. Jomtien, Tailândia: UNESCO, 1990. UNESCO.

DIDONÊ, Débora. Coluna Compartilhe. **Revista Vida Simples**, São Paulo, v. 129, p. 11, 2013.

ESPIRITO SANTO. Resolução CEE Nº 3.777/2014. Fixa normas para a Educação no Sistema de Ensino do Estado do Espírito Santo, e dá outras providências. Diário Oficial do Espírito Santo, 13 mai. 2014. Disponível em <<https://sedu.es.gov.br/Media/sedu/pdf%20e%20Arquivos/Educa%C3%A7%C3%A3o%20Profissional/Resolu%C3%A7%C3%A3o%20CEE%20n%C2%BA%203.777-2014.pdf>> Acesso em 19 mai. 2021.

ESPÍRITO SANTO. Portaria nº 092-R, de 27 de Agosto de 2020. Define procedimentos complementares para o calendário escolar do ano letivo de 2020 e as interfaces com o ano letivo de 2021 devido à Pandemia do Coronavírus Covid-19, no âmbito da Educação Básica, nas unidades escolares da rede pública estadual do estado do Espírito Santo, e demais providências. Diário oficial do Espírito Santo. 28 ago. 2020. Disponível em

<<https://sedu.es.gov.br/Media/sedu/pdf%20e%20Arquivos/portaria%20092-R.pdf>>
Acesso em 24 mai. 2021.

FORTES, Vanessa Gosson Gadelha de Freitas. **A inclusão da pessoa com deficiência visual na UFRN: a percepção dos acadêmicos**. 2005.240 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2005.

FREIRE, Paulo. **A Educação na Cidade**. São Paulo, Cortez, 1991.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários a prática educativa**. 27. Ed. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 59ª. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

GADOTT, Moacir; ROMÃO, José (org). **Autonomia da Escola: Princípios e Proposta**, 2. ed. São Paulo: 2001.

GADOTTI, Moacir. Por que progressão continuada? **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 84, n. 206-208, p. 221-224, jan./dez. 2003. e-ISSN: 2176-668. Disponível em <<http://rbep.inep.gov.br/ojs3/index.php/rbep/article/view/1384/1123>> Acesso em 09 dez. 2020.

GADOTTI, Moacir. **Gestão Democrática e Qualidade de Ensino**. In Minascentro, Belo Horizonte – MG. 28 a 30 de Julho de 1994. Disponível em: <http://siteantigo.paulofreire.org/pub/Institucional/MoacirGadottiArtigoslt0026/Gest_de_moc.pdf> Acesso em 14 abr de 2021.

GADOTTI, Moacir. **A escola e o professor: Paulo Freire e a paixão de ensinar**. 1 ed. São Paulo: Publisher, 2007.

GARBIN, Tereza; ALMEIDA, Janaina. **Gestão escolar democrática: limites e possibilidades – uma discussão sempre necessária**. Paraná, 2007. Disponível em: http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/producoes_pde/artigo_tereza_garbin.pdf. Acesso em: 20 mai 2021.

GARCIA, Rosalba Maria Cardoso. **Políticas públicas de inclusão: uma análise no campo da educação especial brasileira**. 2004. 227 f. Tese(Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 5. Ed. São Paulo: Atlas, 1999.

HONNEF, Cláucia. **Trabalho docente articulado**. A relação entre a educação especial e o ensino médio tecnológico. 2013 147 f.. Dissertação (Mestrado em

Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Maria, Rio Grande do Sul, 2013.

KUENZER, Acácia Zeneida; CALAZANS, Maria Julieta Costa; GARCIA, Walter. **Planejamento e educação no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1999.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização gestão da escola: teoria e prática**. Goiânia: Alternativa, 2004, 5ed. 319p.

LOPES, Uaçai de Magalhães; TENÓRIO, Robinson Moreira. **Educação como fundamento da sustentabilidade**. Salvador: EDUFBA, 2014.

LÜCK, H. **Concepções e processos democráticos de gestão educacional**. Petrópolis: Vozes, 2006. 132 p.

MACHADO, Elzinete Maria Carvalho; RAGGI, Desirée Gonçalves. A Comunicação Aumentativa e Alternativa para a aprendizagem: Estudo De Caso Sobre Um Aluno Com Surdocegueira Congênita. **Kiri-Kerê – pesquisa em ação**, v. 1 n. 9, 2020. Disponível em <<https://periodicos.ufes.br/kirikere/article/view/32803/22676>> Acesso em: 15 mar. 2021.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Abrindo as Escolas Às Diferenças. In: MANTOAN, Maria Teresa Eglér (Org.) **Pensando e Fazendo Educação de Qualidade**. São Paulo: Moderna, 2001. p. 109-128.

MINETTO, M. L. **Diversidade e cultura: uma escola sem exclusões**. Espanha: Universidade de Málaga, 2008. Ok LINK DO LIVRO OU MAIORES DADOS – LIVRO INTERNACIONAL.

MIZUKAMI, Maria da Graça Nicoletti. **Ensino: as abordagens do processo**. 16. reimp. São Paulo: EPU, 1986.

MOREIRA, Carlos José De Melo. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva: uma análise de três Programas Federais, para a Educação Especial, desenvolvidos pela Secretaria Municipal de Educação do município de São Luis-MA, no período de 2009 a 2012**. 404 f. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas, 2016. Disponível em <http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/319216/1/Moreira_CarlosJoseDeMelo_D.pdf> Acesso em 16 jan. 2021.

NASCIMENTO, Roseany Diniz Barbosa. **Educação de Qualidade e Gestão Escolar: Desafios e perspectivas de atuação do gestor no município de Aparecida de Goiânia**. 2013. 163 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Mestrado interdisciplinar em Educação, Linguagem e Tecnologia (MIELT) da Universidade Estadual de Goiás – UEG, 2013. Disponível em: <<https://docplayer.com.br/60370331-Educacao-de-qualidade-e-gestao-escolar-desafios-e-perspectivas-de-atuacao-do-gestor-no-municipio-de-aparecida-de-goiania-go.html>> Acesso em 15 mar. 2021.

OLIVEIRA, Alexsandra dos Santos. **Experiência, Escuta e Diálogo: Uma Descrição Compreensiva-Hermenêutica na Constituição do Ser-Gestor-Escolar.** Tese (Doutorado) - Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2016. 258 f. Disponível em <http://repositorio.ufes.br/bitstream/10/8552/1/tese_9542_Tese%20-%20Alexsandra%20dos%20Santos%20Oliveira%20-%20vers%c3%a3o%20on-line-18-10-201620161026-171547.pdf> Acesso em 15 mar. 2021.

OLIVEIRA, Dalila Andrade (Org). **Gestão Democrática da Educação: Desafios Contemporâneos.** Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

Origem da palavra gestão. Disponível em: <http://origemdapalavra.com.br/palavras/gestao>, acesso em 27 de agosto de 2020.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Declaração Universal dos Direitos Humanos, 1948. Disponível em <<https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>>. Acesso em 12 dez. 2020.

PACHECO, Jose. **Caminhos para a inclusão: Um guia para o aprimoramento da equipe escolar.** Porto Alegre: Artmed, 2007.

PARO, Vitor Henrique. **Escritos sobre educação.** São Paulo: Xamã, 2001.

PARO, Vitor Henrique. **Gestão democrática da escola pública.** 3. ed. São Paulo: Ática, 2000.

RODRIGUES, Neidson. **Da mistificação da escola, à escola necessária.** 11 ed. São Paulo: Cortez, 2003.

SÁ, E. D. **Necessidades Educacionais Especiais na Escola Plural.** Disponível em: <<http://intervox.nce.ufrj.br/~elizabet/plural.htm>>. Acessado em: 03 ago. 2020.

SANCHES, I.; TEODORO, A. **Inclusão Escolar: Conceitos, Perspectivas e Contributos.** Revista Lusófona de Educação, v.8, p. 63-83, 2006.

SANCHÉZ, P. A. A educação inclusiva: um meio de construir escolas para todos no século XXI. **Revista Inclusão.** Brasília, v.1, n.1, p. 7-18, out. 2005. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/revistainclusao1.pdf>> Acesso em 25 dez. 2020.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Um discurso sobre as ciências.** Porto, Portugal: Afrontamento, 1987.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão: Construindo uma sociedade para todos.** Rio de Janeiro: WVA, 1997.

SCHÖN, D. A. **Educando o Profissional Reflexivo: um novo design para o ensino e a aprendizagem.** Trad. Roberto Cataldo Costa. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

SPAGOLLA, Rosimeiri de Paula. **Afetividade:** por uma educação humanizada e humanizadora. In: Artigo Científico produzido no Programa de Desenvolvimento Educacional – PDE. Secretaria de Estado da Educação – SEED. Orientador UENP: Professor Dr. SOUZA, Antônio Carlos de. Brasil, PR. Disponível em <<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/2343-8.pdf>> Acesso em 08 jun 2021.

SPÓSITO, Marília Pontes. Educação, gestão democrática e participação popular. In: BASTOS, João Baptista (Org.). **Gestão democrática**. Rio de Janeiro: DP&A: SEPE, 2001.

TEIXEIRA, Luzimar. Inclusão na Escola - Parte III. **Revista Avisa lá**. São Paulo, ago. 2016.

UNESCO. **Declaração Mundial de Educação para Todos e Plano de Ação para Satisfazer as Necessidades Básicas de Aprendizagem**. Conferência Mundial sobre Educação para Necessidades Especiais, 06, 1994, Salamanca (Espanha). Genebra: Unesco, 1994.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. **A prática pedagógica do professor de Didática**. 11. Ed. Campinas: Papyrus, 2008.

APÊNDICE A - TERMO DE AUTORIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO COPARTICIPANTE

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO COPARTICIPANTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DE SÃO FRANCISCO
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA**TERMO DE AUTORIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO COPARTICIPANTE**

Eu, Delma do Carmo Ker e Aguiar, ocupante do cargo de Secretária Municipal de Educação e Cultura através do decreto nº 067 no período de 02/04/2018 a 08/03/2020, do Município de Barra de São Francisco, autorizo a realização nesta rede de ensino, utilizando, arquivos, documentos e fotografias desta rede de ensino e a participação na pesquisa através de aplicações de questionário aos gestores da pasta do fundamental – II lotado na sede da Secretaria municipal de Educação- SEMEC, diretor, gestores e cogestores da escola municipal de Ensino Fundamental -II.

Pesquisa com o título “**Gestão Escolar Democrática: Desafios e Possibilidades para o Atendimento a Criança com Deficiência.**”, sob a responsabilidade da pesquisadora Edna Maria De Oliveira Honório, que pode ser contatada pelo e-mail profaedna@hotmail.com ou pelo telefone (27)99999-6405, orientada pela ProfªDrª Désirée Gonçalves Raggi da Faculdade Vale do Cricaré, que pode ser contatada pelo e-mail desireeraggi@yahoo.com.br ou pelo telefone (27) 99923-5005 tendo como objetivo primário (geral) Investigar como a gestão escolar pode motivar os professores à uma prática inclusiva mais humanizada e efetiva de forma que os alunos público-alvo da Educação Especial se sintam parte do processo educacional.

Afirmo que fui devidamente orientada sobre a finalidade e objetivos da pesquisa, bem como sobre a utilização de dados exclusivamente para fins científicos e que as informações serem oferecidas para o pesquisador serão guardadas pelo tempo que determina a legislação e não serão utilizadas em prejuízos desta instituição e/ou das pessoas envolvidas, inclusive na forma de danos à estima, prestígio e/ou prejuízo econômico e/ou financeiro. Além disso, durante ou depois da pesquisa é garantido o anonimato dos sujeitos e sigilo das informações.

Esta rede de ensino está ciente de suas corresponsabilidades como instituição coparticipante do presente projeto de pesquisa, e de seu compromisso no resguardo da segurança e bem-estar dos participantes da pesquisa nela recrutados, dispondo da infra estrutura necessária para tal.

Barra de São Francisco, de de 2020.

.....
Assinatura do responsável e carimbo e/ou CNPJ 27.165.745/0003-29 instituição
coparticipante.

Comitê de Ética em Pesquisa / FVC
cep@ivc.br / Telefone (27) 3313-0028

APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DE SÃO FRANCISCO

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO COPARTICIPANTE

Eu, Rodrigo Duque de Oliveira, ocupante do cargo de Secretário Municipal de Educação e Cultura através do decreto nº 041 de 10 de março de 2020, do Município de Barra de São Francisco, autorizo a realização nesta rede de ensino utilizando, arquivos, documentos e fotografias e a participação e a participação na pesquisa através de aplicações de questionários aos gestores da pasta do fundamental – II , lotado na sede da Secretaria municipal de Educação- SEMEC, diretor, gestores e cogestores da Escola de Ensino Fundamental - II.

Pesquisa com o título “**Gestão Escolar Democrática: Desafios e Possibilidades para o Atendimento a Criança com Deficiência.**”, sob a responsabilidade da pesquisadora Edna Maria De Oliveira Honório, que pode ser contatada pelo e-mail profaedna@hotmail.com ou pelo telefone (27) 99999-6405, orientada pela Profª Drª Désirée Gonçalves Raggi da Faculdade Vale do Cricaré, que pode ser contatada pelo e-mail desireeraggi@yahoo.com.br ou pelo telefone (27) 99923-5005 tendo como objetivo primário (geral) Investigar como a gestão escolar pode motivar os professores à uma prática inclusiva mais humanizada e efetiva de forma que os alunos público-alvo da Educação Especial se sintam parte do processo educacional.

Afirmo que fui devidamente orientada sobre a finalidade e objetivos da pesquisa, bem como sobre a utilização de dados exclusivamente para fins científicos e que as informações a serem oferecidas para o pesquisador serão guardadas pelo tempo que determina a legislação e não serão utilizadas em prejuízos desta instituição e/ou das pessoas envolvidas, inclusive na forma de danos à estima, prestígio e/ou prejuízo econômico e/ou financeiro. Além disso, durante ou depois da pesquisa é garantido o anonimato dos sujeitos e sigilo das informações.

Esta rede de ensino está ciente de suas corresponsabilidades como instituição coparticipante do presente projeto de pesquisa, e de seu compromisso no

resguardo da segurança e bem-estar dos participantes da pesquisa nela recrutados, dispondo da infraestrutura necessária para tal.

Barra de São Francisco, 10 de março de 2020.

.....
Assinatura do responsável carimbo e/ou CNPJ 27.165.745/0003-29 da instituição
coparticipante.

Comitê de Ética em Pesquisa / FVC
cep@ivc.br / Telefone (27) 3313-0028

APÊNDICE C – TERMO DE AUTORIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO COPARTICIPANTE

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DE SÃO FRANCISCO
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO COPARTICIPANTE

Eu, Delma do Carmo Ker e Aguiar, ocupante do cargo de secretaria municipal de educação e cultura nomeada através da portaria nº 127 do dia 27 de janeiro de 2021, do Município de Barra de São Francisco, autorizo a realização nesta rede de ensino e a participação do diretor escolar, gestores e co-gestores, do Ensino Fundamental-II.

Pesquisa com o título **“Gestão Escolar Democrática: Desafios e Possibilidades para o Atendimento a Criança com Deficiência.”**, sob a responsabilidade da pesquisadora Edna Maria De Oliveira Honório, que pode ser contatada pelo e-mail profaedna@hotmail.com ou pelo telefone (27) 99999-6405, orientada pela Profª Drª Désirée Gonçalves Raggi da Faculdade Vale do Cricaré, que pode ser contatada pelo e-mail desireeraggi@yahoo.com.br ou pelo telefone (27) 99923-5005 tendo como objetivo primário (geral) Investigar como a gestão escolar pode motivar a comunidade escolar à uma prática inclusiva mais humanizada e efetiva de forma que os alunos público-alvo da Educação Especial se sintam parte do processo educacional.

Afirmo que fui devidamente orientada sobre a finalidade e objetivos da pesquisa, bem como sobre a utilização de dados exclusivamente para fins científicos e que as informações a serem oferecidas para o pesquisador serão guardadas pelo tempo que determina a legislação e não serão utilizadas em prejuízos desta instituição e/ou das pessoas envolvidas, inclusive na forma de danos à estima, prestígio e/ou prejuízo econômico e/ou financeiro. Além disso, durante ou depois da pesquisa é garantido o anonimato dos sujeitos e sigilo das informações.

Esta rede de ensino está ciente de suas corresponsabilidades como instituição coparticipante do presente projeto de pesquisa, e de seu compromisso no resguardo da segurança e bem-estar dos participantes da pesquisa nela recrutados, dispondo da infraestrutura necessária para tal.

Barra de São Francisco, 27 de janeiro de 2021.

.....
Assinatura do responsável e carimbo e/ou CNPJ da instituição coparticipante.

Comitê de Ética em Pesquisa / FVC
cep@ivc.br / Telefone (27) 3313-0028

APÊNDICE D - TERMO DE AUTORIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO COPARTICIPANTE

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DE SÃO FRANCISCO
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA
ESCOLA MUNICIPAL JOÃO BATOS

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO COPARTICIPANTE

Eu, Amilson José Boechat, ocupante do cargo de diretor escolar na Escola Municipal João Bastos municipal através do decreto nº 014/2019 de 09/01/2019, do Município de Barra de São Francisco, autorizo a realização nesta escola utilizando, arquivos, documentos e a participação na pesquisa através de aplicações de questionários ao diretor, gestores e cogestores do Ensino Fundamental - II.

Pesquisa com o título “**Gestão Escolar Democrática: Desafios e Possibilidades para o Atendimento a Criança com Deficiência.**”, sob a responsabilidade da pesquisadora Edna Maria De Oliveira Honório, que pode ser contatada pelo e-mail profaedna@hotmail.com ou pelo telefone (27) 99999-6405, orientada pela ProfªDrª Désirée Gonçalves Raggi da Faculdade Vale do Cricaré, que pode ser contatada pelo e-mail desireeraggi@yahoo.com.br ou pelo telefone (27) 99923-5005 tendo como objetivo primário (geral) Investigar como a gestão escolar pode motivar os professores à uma prática inclusiva mais humanizada e efetiva de forma que os alunos público-alvo da Educação Especial se sintam parte do processo educacional.

Afirmo que fui devidamente orientada sobre a finalidade e objetivos da pesquisa, bem como sobre a utilização de dados exclusivamente para fins científicos e que as informações a serem oferecidas para o pesquisador serão guardadas pelo tempo que determina a legislação e não serão utilizadas em prejuízos desta instituição e/ou das pessoas envolvidas, inclusive na forma de danos à estima, prestígio e/ou prejuízo econômico e/ou financeiro. Além disso, durante ou depois da pesquisa é garantido o anonimato dos sujeitos e sigilo das informações.

Esta rede de ensino está ciente de suas corresponsabilidades como instituição coparticipante do presente projeto de pesquisa, e de seu compromisso no resguardo da segurança e bem-estar dos participantes da pesquisa nela recrutados, dispondo da infraestrutura necessária para tal.

Barra de São Francisco, de de 2020.

.....
Assinatura do responsável e carimbo e/ou CNPJ 03.396.956/0001-42
da instituição coparticipante.

Comitê de Ética em Pesquisa / FVC
cep@ivc.br / Telefone (27) 3313-0028

APÊNDICE E – TERMO DE AUTORIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO COPARTICIPANTE

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DE SÃO FRANCISCO
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA
ESCOLA MUNICIPAL JOÃO BASTOS

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO COPARTICIPANTE

Eu, Rodrigo Cirilo, ocupante do cargo de diretor escolar na Escola Municipal João Bastos nomeado através do decreto nº 079/2021, do Município de Barra de São Francisco, autorizo a realização nesta escola regular de ensino e a participação dos gestores e co-gestores do Ensino Fundamental-II.

Pesquisa com o título, sob a responsabilidade da pesquisadora Edna Maria De Oliveira Honório, que pode ser contatada pelo e-mail profaedna@hotmail.com ou pelo telefone (27) 99999-6405, orientada pela Profª Drª Désirée Gonçalves Raggi da Faculdade Vale do Cricaré, que pode ser contatada pelo e-mail desireeraggi@yahoo.com.br ou pelo telefone (27) 99923-5005 tendo como objetivo primário (geral) Investigar como a gestão escolar pode sensibilizar e motivar a comunidade escolar à uma prática inclusiva mais humanizada e efetiva de forma que os alunos público-alvo da Educação Especial se sintam parte do processo educacional.

Afirmo que fui devidamente orientada sobre a finalidade e objetivos da pesquisa, bem como sobre a utilização de dados exclusivamente para fins científicos e que as informações a serem oferecidas para o pesquisador serão guardadas pelo tempo que determina a legislação e não serão utilizadas em prejuízos desta instituição e/ou das pessoas envolvidas, inclusive na forma de danos à estima, prestígio e/ou prejuízo econômico e/ou financeiro. Além disso, durante ou depois da pesquisa é garantido o anonimato dos sujeitos e sigilo das informações.

Esta rede de ensino está ciente de suas corresponsabilidades como instituição coparticipante do presente projeto de pesquisa, e de seu compromisso no resguardo da segurança e bem-estar dos participantes da pesquisa nela recrutados, dispondo da infraestrutura necessária para tal.

Barra de São Francisco, 07 de janeiro, 2021.

.....
Assinatura do responsável e carimbo e/ou CNPJ CNPJ 03.396.956/0001-42 da
instituição coparticipante.

Comitê de Ética em Pesquisa / FVC
cep@ivc.br / Telefone (27) 3313-0028

APÊNDICE F – ROTEIRO DE ENTREVISTA

Você está convidado (a) a responder este questionário anônimo, que faz parte da coleta de dados da pesquisa **“Gestão Escolar Democrática: Desafios e Possibilidades para o Atendimento a Criança com Deficiência.”**

Nome do entrevistado (opcional): _____

A pesquisa está sob responsabilidade da Orientadora Prof^a. Dr^a. DÉSIREE GONÇALVES RAGGI, PELA FACULDADE VALE DO CRICARÉ. Caso você concorde em participar da pesquisa, leia com atenção os seguintes pontos:

- a) sua identidade será mantida em sigilo;
- b) caso você queira, poderá ser informado(a) de todos os resultados obtidos com a pesquisa, independentemente do fato de mudar seu consentimento em dela participar.
- c) você é livre para, a qualquer momento, recusar-se a responder às perguntas que lhe ocasionem constrangimento de qualquer natureza;

1. O que você entende por Educação Especial Inclusiva?
2. Você conhece as leis nº 10.098/00 que estabelece normas e critérios para a promoção da acessibilidade as pessoas com deficiência que regula a educação especial inclusiva no Brasil? Qual sua opinião a respeito dessa lei?
3. Em sua gestão, você já trabalhou ou trabalha com alunos que manifestam algum tipo de Necessidades Educacionais Especiais (NEE)? Se sim, cite-as?
4. A Lei Brasileira de Inclusão tem por intuito garantir a inclusão escolar de forma ampla e suficiente, favorecendo o ensino das pessoas com deficiência. Considera que sua prática atende ao que está previsto na lei?
5. Por favor, detalhe como ocorre sua prática na escola, no que diz respeito ao ensino de pessoas com deficiência.
6. Quais as dificuldades ou desafios encontrados em seu trabalho com alunos com NEE?
7. A meta 4 do Plano Nacional de Educação (PNE) de 2014 garante o acesso à educação básica e ao atendimento especializado para crianças e jovens que tenham alguma deficiência, transtornos e altas habilidades na rede pública. Para você, quais conquistas ocorreram com a efetivação desta meta? Como julga que a meta 4 contribui para o desenvolvimento dos alunos?

8. Como você define gestão democrática humanizada? Em sua gestão, quais ações implementa para promover a participação democrática e humanizada na escola?
9. Você concorda com a heterogeneidade presente nas escolas? Como você orienta os professores para que desenvolvam estratégias e métodos diferenciados com seus alunos?
10. Qual o maior desafio que você julga ser o mais importante a superar para que ocorra a inclusão de alunos com necessidades especiais no ambiente escolar?
11. Quando a escola recebe um aluno com deficiência, como é feito o acolhimento e quais estratégias são efetivadas para ele se sinta incluso no ambiente escolar?
12. Quais estratégias a escola utiliza para que os estudantes com NEE avancem em suas potencialidades, habilidades e competências?
13. Você já participou de algum treinamento, curso ou orientação para trabalhar com alunos com necessidades especiais? Se sim, cite-os.
14. Você conhece quais são as funções, atribuições e competências do gestor para promover uma educação inclusiva humanizada?
15. O que a gestão escolar pode realizar para criar um ambiente e um clima agradável para favorecer o desenvolvimento do aluno AEE?
16. No papel de gestor, você promove ações para trazer a família e a comunidade escolar para dentro da escola? Como?
17. Quais ações implementa para ouvir os alunos com necessidades especiais?
18. A gestão promove momentos de discussão direcionados à melhoria no atendimento da educação especial inclusiva na escola? Quem participa dessas discussões? Com que frequência elas ocorrem ao longo do ano letivo?
19. Os professores participam das decisões relacionadas ao atendimento de alunos com NEE?
20. Cite algumas medidas que têm sido tomadas para promover uma gestão de educação inclusiva democrática humanizada.

APÊNDICE G – GUIA DE ORIENTAÇÕES PARA O ATENDIMENTO DE CRIANÇAS
COM DEFICIÊNCIA

EDNA MARIA DE OLIVEIRA HONÓRIO
DÉSIRÉE GONÇALVES RAGGI

**GUIA DE ORIENTAÇÕES
PARA O ATENDIMENTO
DE CRIANÇAS COM
DEFICIÊNCIA**

FACULDADE VALE DO CRICARÉ

Sumário

Introdução 4

*Fundamentos que embasam a gestão democrática/humanizada na
educação inclusiva* 6

**POR UMA GESTÃO HUMANIZADA PARA A EDUCAÇÃO INCLUSIVA: algumas
considerações para os gestores** 10

1. Acessibilidade escolar (arquitetônica) 11

2. Transporte 12

3. Informação e comunicação 13

4. Atendimento Educacional Especializado 13

**OUTRAS AÇÕES INDISPENSÁVEIS À PROMOÇÃO DE UMA GESTÃO
DEMOCRÁTICA/HUMANIZADA** 14

O que pode ser feito? 16

1ª AÇÃO 16

2ª AÇÃO 17

3ª AÇÃO 18

4ª AÇÃO 19

5ª AÇÃO 20

Sugestões de atividades para cada tipo de deficiência 21

TRANSTORNO NO ESPECTRO AUTISTA 21

DEFICIÊNCIA FÍSICA 23

DEFICIÊNCIA INTELECTUAL 24

DEFICIÊNCIA MÚLTIPLA 26

DEFICIÊNCIA VISUAL 27

SURDEZ 29

ALTAS HABILIDADES/SUPERDOTAÇÃO 30

CONSIDERAÇÕES FINAIS 31

REFERÊNCIAS 33

~ 4 ~

Introdução

As pessoas com necessidades especiais passam por constantes desafios, enfrentando problemas de acesso nas vias públicas e nas escolas, decorrentes de diversos fatores, tais como, a falta de estrutura física apropriada, professores sem formação adequada para atendê-las, preconceitos em diversas instâncias, dentre outros aspectos que denotam a falta de consciência da sociedade em geral.

Portanto, algumas medidas devem e podem ser tomadas para que a inclusão ocorra de forma adequada e esses sujeitos possam galgar espaços sociais em uma linha de ascendência que permitirão melhor qualidade de vida e tornarão a sociedade mais justa e igualitária.

A educação especial inclusiva merece destaque e atenção quanto à forma como os gestores conduzem as ações no cotidiano escolar, desde o planejamento de conteúdos até a efetivação das atividades curriculares previstas na formação dos alunos. Por isso, propor estratégias, atividades, metodologias e recursos que facilitem o processo de aprendizagem das crianças pode promover a inclusão com uma visão democrática e humanizadora.

Nesse sentido, este Guia de Orientações para o Atendimento da Criança com Deficiência, resultado de uma pesquisa do Mestrado Profissional do Centro Universitário Vale do Cricaré, realizada com os gestores de uma escola do município de Barra de São Francisco-ES, surge como possibilidade de fornecer algumas ações, medidas e atividades para o atendimento de alunos com deficiência.

Nosso intuito é contribuir com gestores e educadores no sentido de orientar o atendimento de alunos com NEE na prática cotidiana das instituições escolares municipais, ou em outros âmbitos, trazendo ideias de ações e atividades que viabilizem a inclusão dos educandos, baseada em um modelo de gestão democrática humanizadora.

~ 5 ~

Além dos gestores, este guia se destina a todos os profissionais que atuam nas instituições escolares, de diversos níveis, desde o ensino fundamental ao ensino superior. Portanto, se você teve acesso a ele procure identificar os materiais apresentados em cada atividade, considerando que tais recursos e/ou atividades podem sofrer adaptações que melhor se adequem a realidade presente em seu contexto.

~ 6 ~

Fundamentos que embasam a gestão democrática/humanizada na educação inclusiva

Uma das prerrogativas da gestão humanizadora se refere ao caráter democrático, o qual requer a maior participação possível dos envolvidos nos processos escolares. Nesse sentido, faz-se relevante tecer considerações sobre a participação da comunidade escolar. Sendo assim, este subtítulo apresenta um breve estudo acerca dos princípios que norteiam a gestão escolar quando esta se caracteriza como democrática, bem como, uma análise sobre sua integração com a comunidade considerando alguns aspectos escolares e extraescolares. Possui uma abordagem crítico-reflexivo que visa incentivar e proporcionar suporte às discussões sobre o tema explicitado.

Para tanto, a gestão escolar não deve ser vista somente como um conjunto de práticas burocráticas a serem exercidas pela escola, mas sim, precisa estimular e propor meios de promoção do fazer democrático e humanizado, que, em última instância, poderá proporcionar o desenvolvimento da cidadania dos sujeitos, no sentido de tornarem autônomos, críticos da realidade e possam se emancipar e se mobilizar para a conquista de melhores condições de vida.

Mediante ao exposto, a escola não pode e não deve fechar-se em seus muros, desprezando ou ignorando a realidade na qual se insere. Assim, deve procurar interagir com a comunidade e avaliar continuamente a influência constante que essa interação exerce no processo de ensino-aprendizagem. A sociedade vem se transformando em ritmo cada vez mais acelerado, logo as instituições de educação não podem manter-se distantes do meio social, que muda dia a dia. Essa proximidade favorece o êxito da educação, se for esse for o objetivo a ser alcançado.

Na atualidade, não há como a escola subsistir isolada em suas atribuições, pois os fatores externos circunscritos a ela devem ser considerados. Portanto, é imprescindível que a comunidade local esteja conectada ao ambiente

~ 7 ~

escolar, pois essa interação tende a promover melhoria na qualidade educacional e a facilitar as ações. Nessa perspectiva, a gestão assume seu caráter democrático e, por conseguinte, se torna mais humanizada.

Nesse sentido, a gestão deve primar para promover atividades de caráter participativo, ou seja, deve ser aberta para envolver a todos, independentemente, se estão inseridos ou não no quadro de funcionários da escola. Portanto, cria mecanismos práticos para discutir as questões pedagógicas ou administrativas em estreita relação com os familiares e outros agentes da comunidade.

Uma escola inclusiva deve se pautar na gestão democrática, uma vez que o mundo contemporâneo requer uma educação que “[...] prepara os indivíduos para a democracia” (RODRIGUES, 2003, p. 60). Essa perspectiva pressupõe um modelo de gestão humanizadora, que busca ações e estimula nos alunos e docentes, o exercício da democracia, no sentido de tornar participativa os processos de tomadas de decisões, sempre escutando ativamente o coletivo, inclusive nos momentos que envolvem a construção do projeto político-pedagógico (PPP), Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), a atuação no conselho escolar e na busca de melhoramento do espaço escolar, tanto físico, como institucional.

Nesse contexto, a escola democrática se torna

O lugar de pessoas e de relações, é também um lugar de representações sociais; como instituição social ela tem contribuído tanto para a manutenção como para a transformação social. Em uma visão transformadora ela tem papel essencialmente crítico e criativo (GADOTTI, 2007. p. 11).

Um dos fatores que mais contribuem para que haja um ambiente escolar não democrático é a atuação da gestão que, quando age de forma autoritária, coloca as ações escolares sujeitas à vontade própria. Esse modo de atuar impossibilita uma participação mais ampla e como consequência, a escola tornar-se reprodutora da vontade e da ideologia da gestão, que menospreza as opiniões e ignora as possíveis contribuições dos demais agentes. Tal situação favorece o risco de haver um ambiente de trabalho desagradável que desembocará em consequências negativas tanto em sala de aula, como fora dela.

~ 8 ~

Com base no que está posto, em um modelo de organização autoritária, é comum o confronto entre liderança e liderados, fatos que tendem a criar um clima desfavorável para o desenvolvimento do trabalho em equipe, o que frequentemente resulta em conflito. Em nível de escola, são exemplos, os atos administrativos que resultam na expulsão de alunos, demissão de professores, proibição da presença de pais em reuniões, dentre outras situações que abalam emocionalmente os sujeitos e toda a estrutura escolar.

Por outro lado, quando o processo de gestão se concretiza com atividades pautadas nas decisões compartilhadas, com tônica democrática, as instituições de ensino tendem a ser mais bem sucedidas e a sociedade mais justa, posto que sociedade e educação estão dialeticamente constituídas. Nesse sentido, promover a democratização da gestão escolar significa estabelecer novas relações entre a escola e o contexto social no qual está inserida. Por isso, repensar a teoria e a prática da gestão educacional no sentido de eliminar os controles formais e incentivar a autonomia das unidades da educação constitui-se em instrumentos de construção de uma nova cidadania. Assim, a democratização institucional torna-se um caminho para que a prática pedagógica se torne efetivamente prática social e possa contribuir para o fortalecimento do processo democrático mais amplo (GARBIN; ALMEIDA, 2007, p. 3).

A partir do momento em que a gestão educacional se mostra mais aberta ao diálogo, favorece os debates internos e a partilha das decisões, os personagens que a configuram tornam-se mais comprometidos com o fazer pedagógico. Isso gerará uma maior preocupação com o meio externo da unidade escolar, garantindo que a comunidade tenha vez e voz nas ações realizadas durante o desenvolvimento das atividades educacionais.

O ambiente de ensino que não segrega as crianças com deficiência e a visão do desenvolvimento humano impulsionado pelo ambiente social é defendida por Vigotski (2003). Para o autor, “[...] do ponto de vista psicológico, é sumamente importante não isolar essas crianças em grupos fechados especiais, mas exercitar o mais amplamente possível sua comunicação com os demais” (VIGOTSKI, 2003, p. 39).

~ 9 ~

O autor aponta os aspectos práticos da organização escolar e pedagógica como uma das maiores dificuldades, considera ainda, a integração como uma prática benéfica mesmo para crianças com comprometimentos mais graves. Sobretudo, alerta que ajustes ambientais não converterão qualquer comportamento anormal em normal, mas é a atitude mais pertinente em face dos conhecimentos disponíveis sobre essas patologias.

Por conseguinte, o fenômeno da construção social da deficiência explica também a não deficiência. A cultura escolar traduz nos valores zelados em cada escola, a respeito da deficiência, com uma importante influência, na forma como esses alunos serão percebidos e tratados pelos diversos atores que a constituem.

~ 10 ~

POR UMA GESTÃO HUMANIZADA PARA A EDUCAÇÃO INCLUSIVA: algumas considerações para os gestores

Com o objetivo de facilitar e viabilizar a inclusão escolar, esse guia reúne informações e sugestões de caminhos a serem percorridos pela equipe gestora para que a inclusão seja implantada e desenvolvida nas escolas.

Incluir, segundo o Dicionário Online de Português, significa passar a pertencer a um grupo, tornar parte de uma classe de pessoas, portanto, incluir um aluno com necessidade especial seria fazer com que ele pertencesse ao grupo escolar. Assim, ele fará parte como um aluno que possui o direito à educação de qualidade e equidade, levando em consideração o respeito às suas particularidades, conforme aborda a Lei Brasileira de Diretrizes e Bases- LDB, no Capítulo V, parágrafo único, além de “colocá-lo a salvo de toda forma de violência, negligência e discriminação”.

Nesse caminho, o gestor precisa estar disposto a romper barreiras com seus próprios preconceitos, se refazendo enquanto humano e gestor para que ele mesmo não seja um empecilho para a Educação Inclusiva. Como também, compreender as necessidades e limitações alheias, considerando que aquele aluno é uma pessoa que possuem direitos como todos os outros.

(...) o conceito de gestão está associado ao fortalecimento da democratização do processo pedagógico, à participação responsável de todos nas decisões necessárias e na sua efetivação mediante um compromisso coletivo com resultados educacionais cada vez mais efetivos e significativos (LÜCK, 2001, 37).

Ao compreender seu papel enquanto gestor que precisa viabilizar a inclusão, e enquanto ser humano, que precisa respeitar os direitos alheios, ele dá início a esse processo na escola oferecendo “uma medida estruturante para a consolidação de um sistema educacional inclusivo” (BRASIL, 2013 p. 03.), como cita o Programa Escola Acessível, do Ministério da educação sobre o qual passamos a narrar. Esse programa orienta os gestores no sentido de implementar as ações que deverão prover a escola de uma estrutura física adequada.

~ 11 ~

PROGRAMA ESCOLA ACESSÍVEL: orientações para estruturar a escola

O Programa Escola Acessível tem o objetivo de promover condições de acessibilidade ao ambiente físico, aos recursos didáticos e pedagógicos e à comunicação e informação nas escolas públicas de ensino regular.

AÇÕES:

O Programa disponibiliza recursos, por meio do Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE, às escolas contempladas pelo Programa Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais. No âmbito deste programa são financiáveis as seguintes ações:

- Adequação arquitetônica conforme editada pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT): rampas, sanitários, vias de acesso, instalação de corrimão e de sinalização visual, tátil e sonora; mobiliários, espaços para serem acessíveis tais como: medidas, distâncias necessárias, proteção contra queda, altura correta, entre outros.
- Aquisição de cadeiras de rodas, recursos de tecnologia assistiva, bebedouros e mobiliários acessíveis;

A seguir apresentamos alguns aspectos do referido programa quanto à acessibilidade escolar, transporte, informação e comunicação e sobre o atendimento educacional especializado (AEE):

1. Acessibilidade escolar (arquitetônica)

Iniciando pela acessibilidade, o gestor precisa assegurar que a escola seja acessível, de forma arquitetônica, a todos, conforme o Decreto nº 5.296, de 02 de dezembro de 2004, no artigo 24, ao afirmar que:

“Os estabelecimentos de ensino de qualquer nível, etapa ou modalidade, públicos ou privados, proporcionarão condições de acesso e utilização de todos os seus ambientes ou compartimentos para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, inclusive salas de aula, bibliotecas, auditórios, ginásios e instalações desportivas, laboratórios, áreas de lazer e sanitários”.

~ 12 ~

Dessa forma, o gestor fará um levantamento arquitetônico de todo o ambiente escolar junto ao responsável sobre as limitações de acessibilidade do local observando a existência de corrimãos, equipamentos e espaços sanitários compatíveis para cadeirantes ou pessoas que precisam de auxílio, como: portões, rampas, corredores, placas sensoriais de identificação, entre outros. Executadas essas ações, é necessário conferir se o mobiliário e bebedouros atendem a todos as pessoas.

A Norma Técnica da Associação Brasileira de Normas Técnicas- ABNT- NBR- 9050/2004, que trata da acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos, define que “acessibilidade é a possibilidade e condição de alcance, percepção e entendimento para a utilização com segurança e autonomia de edificações, espaço, mobiliário, equipamento urbano e elementos”. Logo, partindo dessa premissa, uma escola inclusiva precisa oferecer espaços físicos que possam ser frequentados por todos, extinguindo barreiras.

Para assegurar a efetivação da acessibilidade, O artigo 9º da CDPD, que trata especificamente dela, afirma que:

A fim de possibilitar às pessoas com deficiência viver de forma independente e participar plenamente de todos os aspectos da vida, os Estados Partes tomarão as medidas apropriadas para assegurar às pessoas com deficiência o acesso, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, ao meio físico, ao transporte, à informação e comunicação, inclusive aos sistemas e aos recursos de tecnologia da informação e comunicação, bem como a outros serviços e instalações abertos ao público ou de uso público, tanto na zona urbana como na rural.

Sendo assim, o diretor deverá solicitar verba específica para acessibilidade de acordo com os critérios municipais e estaduais, direcionando- a para este fim e fazendo a devida prestação de contas.

2. Transporte

Para o transporte dos alunos inclusos, a Secretaria Municipal de Educação possui suas normas, respeitando a hierarquia federal e estadual. Por isso, cabe à equipe gestora informar a relação de alunos que necessitam desse serviço,

~ 13 ~

especificando se há necessidade de adaptação física e acompanhante para que o aluno possa frequentar tanto a aulas quanto o Atendimento Educacional Especializado, quando for o caso.

3. Informação e comunicação

De acordo com o Programa Escola Acessível é importante que o direcionamento, informação e comunicação ocorram de forma aumentativa e alternativa para pessoas cegas, por exemplo. Deve primar pela igualdade de informações e preservando os detalhes da comunicação. É inegável que a forma como ocorre a comunicação atenda as especificidades educacionais dos estudantes com NEE, de modo a favorecer sua independência e autonomia nas atividades escolares.

4. Atendimento Educacional Especializado

Fundamentada Nos princípios de igualdade de condições de acesso, o Atendimento Educacional Especializado deve disponibilizar recursos e serviços que complementem os trabalhos realizados com o estudante com necessidades, garantindo acessibilidade em equipamentos, transporte, na comunicação e informação, nas práticas e planejamentos pedagógicos. O atendimento deve estar relacionando com a promoção de ações que se interligam com o plano de trabalho escolar e que atende as especificidades de todos os alunos.

~ 15 ~

- Use ferramentas que auxiliem sua prática e aprimore sua gestão com metodologias possíveis e viáveis de serem aplicadas, tendo por base, o que o aluno traz consigo, suas individualidades e suas necessidades, como por exemplo um aluno novato, este precisa de estratégias de socialização. Dessa forma, a gestão pode promover uma roda de conversa, um piquenique, um jogo de montagem, entre outros, para estimular o contato com os outros colegas e para que eles se conheçam.
- Envolver todos os personagens que compõem a comunidade escolar (gestores, colaboradores, família, alunos e outros agentes comunitários), pois assim permitirá a participação e o envolvimento de todo o grupo nas decisões importantes da instituição de ensino, como decisões acerca das pautas e acessibilidade do aluno público alvo da educação especial;
- Melhore seus processos educacionais de forma contínua adequando à realidade e respeitando as particularidades dos alunos, como com atividades de socialização e atividades extraclasse;

A seguir apresentamos como sugestões um elenco de ações que facilitarão as escolhas dos gestores no sentido de realizar a gestão democrática e humanizada. Embora estejam numeradas como primeira, segunda etc, não precisam seguir essa lógica cronológica para sua implementação. Os gestores podem definir, a depender dos recursos que possuem em sua realidade concreta, quais ações podem desenvolver primeiro. Muito bom, porém, é colocar um plano para a comunidade discutir, lembrando que os alunos também precisam ser ouvidos.

~ 16 ~

O que pode ser feito?

1ª AÇÃO

Realizar uma escuta sensível baseado na Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

Como realizar?

Para que seja realizada uma escuta sensível do aluno com necessidades especial e esteja de acordo com o que é exposto na BNCC é preciso adotar uma prática democrática humanizadora que dá voz ativa dentro de sala e em todo o espaço escolar. Por isso, as ações que os professores realizarem dentro de sala ou no espaço deve também ir ao encontro com as opiniões e realidade dos discentes, como expor votações acerca das atividades objetivadas.



~ 17 ~

2ª AÇÃO

Conhecer o aluno e sua situação sócio-histórica.

Como realizar?

Quando se conhece a realidade do aluno e a situação sócio-histórica em que ele está inserido consegue-se dispor situações que minimizam as diferenciações e tratamento. Para isso pode ser realizado rodas de conversas,



debates para fazer a integração do aluno à escola permitindo seu direito de voz e sociabilização.

~ 18 ~

3ª AÇÃO

Realizar reuniões e formações com a participação família (troca de experiências) – escola, família, aluno, professor, diretor, secretaria de educação.

Como realizar?

Ao relacionar a família com toda a equipe escolar, consegue-se criar uma ligação e interação que propicia uma comunicação ativa e participativa na tomada de decisões,



bem como, promove a articulação intersetorial na implementação das políticas públicas educacionais. É importante também criar ações em que a família e a sociedade façam parte das atividades que são desenvolvidas e aplicadas na escola, a fim de criar laços de aproximação e interação com todo o grupo escolar.

É sabido afirmar que a família possui direitos e deveres que precisam ser respeitados, como: atualizar os laudos médicos; não deixar de realizar as consultas com os alunos que estão em tratamento; não deixar de dar os remédios; observar se a medicação está tendo resultado e desenvolver em casa as orientações dos profissionais que cuidam do seu filho.

~ 19 ~

4ª AÇÃO

Trabalhar com a sociedade civil organizada – família, comunidade órgãos (promotora, cras, creas, assistência social, saúde, conselho municipal de educação, conselho tutelar, conselho de direito da criança e do adolescente, instituições religiosas – criar parcerias, entre a sociedade civil organizada com a escola.

Como realizar?

É por meio deste tratamento que se consegue fortalecer a acolhida das crianças por meio de um tratamento mais humanizado e dentro da realidade de cada um. Por isso é importante realizar uma escuta



sensível, conhecer a situação sócio-histórica do aluno, familiar como ele vive, quem ele é, o que aconteceu com ele, sua história. Conhecer a família e dar afetividade para que ele possa se sentir amado e familiarizado com a escola. A escola deve ir além do trabalho pedagógico e sim um trabalho humano.

~ 20 ~

5ª AÇÃO

Proporcionar um ambiente escolar acessível

Como realizar?

Com um ambiente adequado e acessível os alunos conseguirão se relacionar uns com os outros de forma inclusiva e participativa. Para que isso ocorra podem ser realizadas algumas



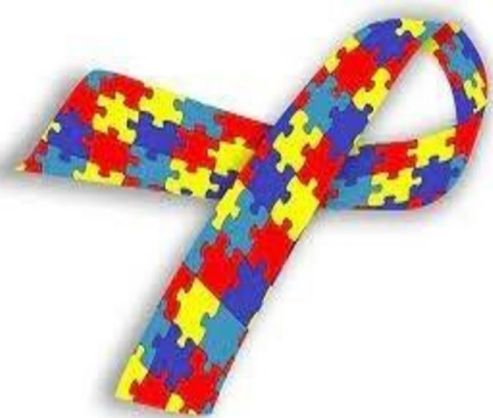
modificações como: disponibilizar mesas adequadas boa iluminação, boa ventilação cruzada, materiais pedagógicos que atendem as necessidades e particularidades dos alunos, um lugar que seja aconchegante, um ambiente educador e com disposição de informações, para que os alunos possam se integrar ativamente no ambiente escolar e se sentir incluído.

É importante também que seja promovido o acesso à participação e à interação nas atividades escolares nos diversos níveis de ensino. A educação deve ser promovida visando o pleno desenvolvimento da pessoa e seu preparo para a cidadania, o que pressupõe a convivência na diversidade. Por essa razão, pode ser proposto gincanas, teatro, dança, musicalização, debates, entre outros.

Na sequência apresentamos algumas sugestões de atividades para cada tipo de deficiência previsto na legislação.

~ 21 ~

Sugestões de atividades para cada tipo de deficiência



**TRANSTORNO NO ESPECTRO
AUTISTA**

O que é?

O Transtorno espectro autista (TEA) são caracterizados em suma, por distúrbios do neurodesenvolvimento. Os sujeitos acometidos por esse transtorno são caracterizados pela deficiência na interação e comunicação social, possuem um desenvolvimento intelectual irregular e um retardo mental.

O que pode ser realizado?

Sugerem-se alguns links de sites que disponibilizam atividades artísticas e culturais, que podem ser desenvolvidas nas instituições de ensino com intuito promover a comunicação e a interação dos alunos.

Os vídeos apresentam atividades que incentivam à participação por meio de dinâmicas, ludicidade, com uma linguagem receptiva e com

~ 22 ~

estímulos graduais. Utiliza também, aspectos visuais para desenvolver a comunicação e a interação.

<https://youtu.be/ukfQqjC6igw>

<https://artsandculture.google.com/partner?hl=pt>

<https://artsandculture.google.com/partner/masp>

Músicas, brincadeiras e

literatura <https://www.youtube.com/user/palavracantadatube/videos>

<https://www.youtube.com/user/biabedran/videos>

<http://www.crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/legis/covid19>

[/dicas_de_brincadeiras_covid19](#)

<http://turmadamonica.uol.com.br/home/>

~ 23 ~

DEFICIÊNCIA FÍSICA**O que é?**

São limitações do funcionamento físico-motor do ser humano, são "diferentes condições motoras que acometem as pessoas comprometendo a mobilidade, a coordenação

motora geral e da fala, em consequência de lesões neurológicas, neuromusculares, ortopédicas, ou más formações congênitas ou adquiridas" (MEC, 2006).

O que pode ser realizado?

As atividades listadas visam contribuir para minimizar as limitações dos alunos com deficiência física com condições motoras de Trata-se de exemplos de exercícios que podem auxiliar no desenvolvimento desses alunos.

- Jogos de encaixe;
- Jogos de arremessar;
- Pegar objetos;
- Boliche adaptado;
- Tiro ao alvo;
- Dominó temático;

~ 24 ~

DEFICIÊNCIA INTELECTUAL

O que é?

A deficiência intelectual é caracterizada por limitações nas habilidades mentais gerais.



Segundo a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, estabelecida pela Organização das Nações Unidas (ONU, 2006), “[...] pessoas com deficiência

são aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdades de condições com as demais pessoas”.

O que pode ser realizado?

As atividades a seguir contribuem para minimizar as limitações dos alunos com deficiência intelectual em sua natureza física, mental, intelectual ou sensorial.

Dessa forma, objetivam desenvolver e estimular o desenvolvimento com atividades compartilhadas, em que os colegas com deficiência intelectual se auxiliam mutuamente. Ocorrem por meio de recortes de figuras de revistas, assistindo e discutindo os temas dos vídeos, com leituras e/ou com jogos de quebra cabeça, de imitação, dentre outros.

~ 25 ~

- Estimular o pensamento e a linguagem por meio de vídeos que fazem esse estímulo;
- Conversas sobre o cotidiano e os acontecimentos recorrentes;
- Leitura de histórias;
- Recortes de revistas;
- Utilização de quebra-cabeças e jogo da velha;
- Jogos de imitações, com tintas, massinha, lápis de colorir, carimbos entre outros.

Link para ter acesso ao passo a passo da confecção desses jogos supracitados: <http://dminperfeitas.blogspot.com/2013/07/>

~ 26 ~

DEFICIÊNCIA MÚLTIPLA



O que é?

A deficiência múltipla é caracterizada por duas ou mais deficiências simultaneamente.

As deficiências podem ser intelectuais, físicas ou mais de uma combinada.

O que pode ser realizado?

Os jogos descritos anteriormente, somam-se a esses:

- Jogos de raciocínio, para estimular o desenvolvimento intelectual;
- Aulas de artesanato, pois auxiliam no desenvolvimento intelectual, bem como, no desenvolvimento físico;
- FILME CORDAS - UMA HISTÓRIA DE AMOR E INCLUSÃO:
<https://youtu.be/zs0TJFWAXGA> - auxilia no desenvolvimento intelectual dos alunos;

~ 27 ~

DEFICIÊNCIA VISUAL**O que é?**

Pode ser disposto pela limitação ou perda das funções básicas do olho e de todo sistema visual.

O que pode ser realizado?

Reconhecimento do outro: Use toques e voz suaves ao se comunicar com a criança que tem deficiência visual, aproximando sua face do rosto dele para que ela possa percebê-lo e tocá-lo.

Conhecendo o próprio corpo: Auxilie a criança a conhecer o próprio corpo com toques enquanto nomeia cada parte tocada.

Descobrimos os sonhos: Incentive que a criança siga em direção ao som de brinquedos ou da sua voz. É interessante ter brinquedos que emitam sons, como chocalhos, bolas e pelúcias com guizos.

Investindo na sociabilidade: Brinque com a criança com deficiência visual e incentive que outras pessoas também brinquem e interajam com ela. Assim, ela se tornará mais sociável e receptiva, facilitando os relacionamentos interpessoais.

Imitando sons: Imita os sons que seu bebê faz e crie estímulos para que ele possa imitá-lo. Isso auxiliará na comunicação.

~ 28 ~

Jogo de orientação: Dê objetos à criança nomeando-os e relacionando às possíveis ações que poderão ser feitas com este item. Exemplo: “A bola. Pegue a bola. Chute a bola. Jogue a bola para cima”.

Conhecendo texturas e formatos: Procure usar brinquedos contrastantes, coloridos, luminosos, de diversas texturas e tamanhos.

Explorando a curiosidade tátil: Propiciar momentos em que a criança manipule e crie espontaneamente jogos a partir da exploração de objetos concretos.

Brincadeiras com miniatura de objetos: Elas possibilitam que a criança tenha uma melhor compreensão de objetos muito grandes ou impossíveis de serem alcançados (casinha com telhado, elefante, caminhão, avião, fogão, geladeira, entre outros).

Brincando com as mãos: Vale incentivar brincadeiras infantis com o uso das mãos, como dedo mindinho, seu vizinho; passa anel.

Jogos com bola: Se não for possível ter uma bola com guizo, envolva a bola com saco plástico, assim ela fará barulho enquanto se desloca.

Salte para o alto: Com a criança agachada, segure em suas mãos e peça para ela se levantar “bem forte e bem alto”, ajudando com um leve “puxão” para cima.

Disponível em: <https://lunetas.com.br/13-dicas-para-brincar-com-criancas-com-deficiencia-visual/>

~ 29 ~

SURDEZ**O que é?**

Quem é impossibilitado e tem dificuldade de ouvir recebe nome de surdez.

Consideramos pessoa surda aquela que, por ter perda auditiva, compreende e interage com o mundo por meio de experiências visuais, manifestando sua cultura principalmente pelo uso da Língua Brasileira de Sinais - Libras (BRASIL, 2005).

O que pode ser realizado?

- Gravar vídeos curtos de até 2 minutos, feitos pelas próprias crianças, jovens e adultos surdos/as, recontando histórias, poesias ou notícias na língua de sinais. Os vídeos podem, quando possível, ser compartilhados entre os colegas.
- Permitir o uso das redes sociais, quando possível, para interagir com os colegas e com os professores.

~ 30 ~

ALTAS HABILIDADES/SUPERDOTAÇÃO**O que é?**

Recebem esse nome os alunos que apresentavam um notável desempenho e/ou elevada potencialidade em qualquer área de conhecimento.

O que pode ser realizado?

- Capacidade para pensar com palavras; usar a linguagem para expressar e avaliar significados complexos quer oralmente (como o faz o contador de histórias, o orador ou o político), quer por escrito (como o poeta, o dramaturgo, o editor e o jornalista).
- Crianças/ estudantes com interesse nessa área adoram ler, escrever, contar histórias, fazer jogos de palavras.
- Precisam de livros, fitas, materiais para escrever, papéis, diários, diálogos, discussões, debates, histórias e outras leituras.

~ 31 ~

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao se falar em gestão escolar e educação especial inclusiva é possível observar que são questões que vêm sendo discutidas na atualidade, sinalizando a necessidade de propostas na gestão que ultrapassem a ideia de apenas inserir os alunos com deficiências no ambiente escolar, mas que se faça um acolhimento que prime pela afetividade e a empatia. Essas condutas favorecem a acessibilidade e tendem a promover situações favoráveis ao seu aprendizado.

Muitos professores possuem domínio do conhecimento teórico, buscam se atualizar em formações continuadas, mas se não forem sensíveis às causas e às necessidades básicas dos alunos com deficiência, o trabalho pode se tornar ineficaz e toda a energia despendida será em vão.

Com base nisso, na prática laboral, tem-se percebido que uma gestão que estimule a participação e dê voz à comunidade escolar, priorize ações democráticas, que é sensível às necessidades dos educandos e suas famílias, possibilita a inclusão significativa. Quando o gestor apresenta uma postura gestora, alinhada ao caráter participativo, cria possibilidades de formar um ambiente em que os alunos com deficiência, consigam perceber que fazem parte desse ambiente e se sintam participantes ativos no processo educacional.

Essa postura estimula uma melhor acolhida por parte de toda a comunidade escolar e facilita ao educando apreender os conhecimentos sistematizados em interação com os colegas de um modo de gerir que propicia o avanço do desenvolvimento integral, que abrange aspectos cognitivos, emocionais e sociais na aprendizagem. É importante fazer com que esses sujeitos se sintam bem para avançar em suas potencialidades.

Entende-se que a gestão escolar humanizada requer alguns atributos e ações caracterizados por determinados fatores ou modos de operar no exercício de sua função. Dentre os quais, elenca-se: a) visão democrática do processo educativo que atinja todos os atores da comunidade, a fim de que os alunos com necessidades especiais tenham senso de pertencimento e possam se

~ 32 ~

sentir protagonistas no processo educacional; b) Planejamento coletivo e adequado ao aluno; c) práticas docentes que busquem a criação de caminhos alternativos de aprendizagem; d) promoção da inventividade.

Por essa razão, destaca-se a importância de considerar a inclusão como um meio que combate a exclusão, bem como, a possibilidade de enxergar o aluno que não consegue acompanhar a turma e passa por situações de bullying em relação à cor, ao gênero, a raça, a situação sócio-histórica, financeira e ao credo.

Assim sendo, um dos meios de intervenção que se faz necessário é conhecer seu aluno, sua história de vida, sua cultura, situação sócio-histórica, fazer uma escuta sensível e praticar uma educação humanizada. Para isso, devem-se utilizar materiais didáticos pedagógicos, adaptados às necessidades do aluno público-alvo da educação especial, tais como, envolver os micropolíticas existentes na escola que envolvem a participação de professores, família e o aluno.

Para que a inclusão realmente se concretize na realidade da escola e tenha desdobramentos efetivos na sociedade, é importante que o atendimento seja de qualidade e sejam respeitadas as particularidades objetivas e subjetivas dos alunos. Nesse sentido, é importante também se considerar as vivências sociais, culturais da comunidade e principalmente, reconhecer as tensões provocadas pelas divergências políticas nacionais, estaduais, municipais e as intrínsecas ao ambiente escolar.

Dessa forma, esperamos que esse guia possa contribuir para o êxito dos gestores, no sentido de promover uma gestão democrática e humanizada que, certamente, trará bons resultados para a qualidade de aprendizagem dos alunos.

~ 33 ~

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial. A inclusão escolar de alunos com necessidades educacionais especiais- DEFICIÊNCIA FÍSICA. Brasília – DF:2005.

BRASIL, Presidência da República. Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. Promulga a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo. Diário Oficial da União, Brasília, nº163, 26 de agosto de 2009. Seção 01.p.3.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. LDB 9.394**, de 20 de dezembro de 1996.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 9050: acessibilidade e edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos**.2 ed. Rio de Janeiro: ABNT, 2004.

GADOTTI, Moacir. **A escola e o professor: Paulo Freire e a paixão de ensinar**. 1 ed. São Paulo: Publisher, 2007.

GARBIN, Tereza; ALMEIDA, Janaina. **Gestão escolar democrática: limites e possibilidades – uma discussão sempre necessária**. Paraná, 2007. Disponível em:http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/producoes_pde/artigo_tereza_garbin.pdf. Acesso em: 20 mai 2021.

Incluir In.: **Dicio**, Dicionário Online de Português. Porto: 7 Graus, 2020. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/incluir/>. Acesso em: 21 de abril, 2021.

LÜCK, Heloísa. A Evolução da Gestão Educacional, a partir de Mudança Paradigmática. **Gestão em Rede**, nº 03, 2001. Disponível em http://cedhap.com.br/wpcontent/uploads/2013/09/ge_GestaoEscolar_02.pdf?iframe=yes&iframe=true#:~:text=O%20documento%20analisa%20quest%C3%B5es%20relacioas,pela%20transforma%C3%A7%C3%A3o%20das%20institui%C3%A7%C3%B5es%20educacionais. Acesso em: 26 mar. 2021.

RODRIGUES, Neidson. **Da mistificação da escola, à escola necessária**. 11 ed. São Paulo: Cortez, 2003.

VIGOTSKI, L. S. **Fundamentos de defectología**. Obras escolhidas. Vol. 5:Madrid: Visor, 2003.